

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

Diretor: Reitor MURILO GUIMARÃES
Diretor-Assistente: Prof. NEWTON SUCUPIRA
Secretário: Prof. CÉSAR LEAL

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. *Aluizio Bezerra Coutinho*
Prof. *Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio*
Prof. *Evaldo Bezerra Coutinho*
Prof. *Francisco de Albuquerque Barbosa*
Prof. *Guilherme de Albuquerque Martins*
Prof. *José Cavalcanti de Sá Barreto*
Prof. *Gilberto Osório de Andrade*
Prof. *Luiz Ferreyra dos Santos*
Prof. *Lourival Vilanova*
Prof. *Luiz Osório de Siqueira Neto*
Prof. *Maria do Carmo Tavares de Miranda*
Prof. *José Lourenço de Lima*

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. *Luiz Delgado*
Prof. *Gláucio Veiga*
Prof. *Nilo Pereira*

Estudos universitários; revista de cultura [da] Universidade Federal de Pernambuco [v.-1- jul./set.— , 1962— Recife, Universidade Federal de Pernambuco | Imprensa Universitária |

v. cm trimestral

De jul. 1962 até ago. 1964 foi publicada sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade [do] Recife.

Diretor: 1962-ago. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set. Murilo Humberto de Barros Guimarães e Newton Sucupira.

1. Educação superior — periódicos. I. Título.

378.5 (CDD 16. ed.)

378.4 (813.41) (05) CDU

U.F.Pe.

SD-BC 62-1278/rev.

Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para:
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS —
Rua Gervásio Pires, 674 —
Recife — Pernambuco — Brasil

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

ENSAIOS

A Concepção da História de Nicolau Berdiaev — <i>Zeferino Rocha</i>	5
A História de Frei Santa Teresa — <i>José Antônio Gonçalves de Mello</i>	27
Os Thibaut — <i>Leônidas Câmara</i>	39
Sociologia do Direito — <i>Nelson Nogueira Saldanha</i>	53
Dramaturgia Brasileira Contemporânea — <i>Joel Pontes</i>	63
Notas para um Ensaio sobre a Cultura — <i>Lourival Vilanova</i>	85
Tempo de Piéron — <i>Paulo Rosas</i>	135

ESTUDOS

Carlos Pena Filho — <i>César Leal</i>	149
Primeira Tradução Brasileira da Imitação de Cristo — <i>Luiz Delgado</i>	165
Resenhas	173

COLABORADORES

Pe. ZEFERINO ROCHA

Graduado em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Professor da Faculdade de Filosofia do Recife e do Seminário Regional do Nordeste. Atualmente se encontra em Paris fazendo o Doutorado do 3.º Ciclo de Filosofia da Sorbonne.

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia, historiador, Diretor do Instituto de Ciência do Homem da Universidade Federal de Pernambuco.

NELSON NOGUEIRA SALDANHA

Professor-Assistente de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da UFPe. e Livre-docente de Direito Constitucional da mesma Faculdade.

LEÔNIDAS CÂMARA

Crítico literário, Professor de Teoria da Literatura na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco e de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia do Recife.

JOEL PONTES

Professor de Literatura Portuguesa da UFPe. *Visiting Associated Professor* da Univ. do Texas.

LOURIVAL VILANOVA

Professor Catedrático de Teoria Geral do Estado, diretor da Faculdade de Direito da UFPe. Ex-Secretário da Educação do Governo de Pernambuco. Professor de Filosofia do Direito nos Cursos de Pós-graduação da Faculdade de Direito da UFPe.

PAULO ROSAS

Psicólogo, Professor de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco.

ESTUDOS

CÉSAR LEAL

Poeta e crítico de poesia. Professor de Teoria da Literatura da Faculdade de Filosofia da UFPe., diretor do Suplemento Literário do "Diário de Pernambuco".

LUIZ DELGADO

Professor Catedrático das Faculdades de Direito e de Filosofia da UFPe. Presidente da Academia Pernambucana de Letras. Crítico de idéias e poeta.

A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA DE NICOLAU BERDIAEV

ZEFERINO ROCHA

PRESSUPOSTOS GNOSEOLÓGICOS E METAFÍSICOS DA CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA DE BERDIAEV

Antes de analisarmos o sentido da História em BERDIAEV devemos em primeiro lugar partir das premissas gnoseológicas e metafísicas que estruturam e caracterizam seu pensamento. A primeira parte de nosso trabalho será dedicada ao estudo destas premissas.

1. *Premissas Gnoseológicas*

BERDIAEV nos diz que a partir de uma certa época de sua vida, êle entrou no mundo do conhecimento e neste mundo sempre viveu (1). A problemática do conhecimento, porém, não pode ser restrita às dimensões formais da lógica. É que para êle o mundo não é apenas uma ordem inteligível que pode ser decifrada pela razão intuitiva. Êle é sobretudo uma dialética de paixão e de emoção, é luta, e por esta razão o conhecimento deve ter também um caráter libertador. No campo da gnoseologia êle se coloca na perspectiva que caracteriza toda sua filosofia: ela não é a análise científica de um mundo real e objetivo, existente independentemente do sujeito cognoscente, mas a tentativa de se dar uma resposta ao problema do destino do mundo e da humanidade. E isto dá à sua filosofia um caráter nitidamente profético e escatológico. A filosofia doutrinária e especulativa não é a filosofia primordial e por isto êle se reconhece da família dos filósofos da existência mas muito mais na linha de um Sto. AGOSTINHO, PASCAL, KIER-

KEGAARD e NIETZSCHE, que não na de um HEIDEGGER, JASPERS ou SARTRE.

Sem nunca ter se filiado a nenhum sistema filosófico, êle admite que sua filosofia muito deve à influência de KANT, sobretudo no que diz respeito ao problema do conhecimento. A distinção kantiana entre a ordem noumenal e fenomenal, a ordem da natureza e da liberdade teve grande influência na estruturação de seu pensamento filosófico. Êle porém acredita ter chegado a uma teoria original do conhecimento, embora nunca a tenha sistematizado. Vejamos o essencial desta sua teoria do conhecimento. Ela é indispensável para a compreensão de sua filosofia da história.

1. *A Teoria do conhecimento* de BERDIAEV, é fundamentalmente dirigida contra todas as formas do racionalismo, que pretende exprimir o ser pelo conceito ou que acredita que o ser seja racional. Para BERDIAEV, porém, existe um ser primordial que precede toda e qualquer racionalização. Êste é o ser autêntico e não pode ser conhecido pelos conceitos. KANT rejeitava a possibilidade de um conhecimento racional do noumenon, a coisa em si era incognoscível. BERDIAEV no entanto vai se esforçar por justificar a possibilidade desta realidade primordial apelando para aquilo que êle chama a experiência espiritual integral (concreta, emocional e volitiva). É êste conhecimento não-conceitual, espiritual e existencial que KANT não viu, que nos possibilita um acesso ao mundo noumenal. O defeito de KANT foi não ter aprofundado a noção de objetividade. Sua crítica queria fundamentar o conhecimento objetivo, e nisto êle se contradisse e contradisse a filosofia do sujeito que êle quis fundar. O objeto, para BERDIAEV, não pode jamais escapar à condição de fenômeno. Isto foi o que KANT não viu (2). Donde a necessidade de aprofundarmos o conceito berdiaeviano de objetivação.

2. *A doutrina da objetivação*

BERDIAEV nos diz que esta sua doutrina da objetivação nem sempre foi bem compreendida, no entanto ela representa a idéia fundamental de seu pensamento filosófico. Vamos tentar descrevê-la com as próprias palavras de nosso autor (3): “a

realidade objetiva — diz êle — não existe, é apenas uma ilusão da consciência. O que existe é a objetivação da realidade, produzida por uma certa orientação do espírito. O mundo objetivado não é o mundo real autêntico, é apenas um estado do mundo real e pode ser transformado. O objeto é um produto do sujeito. Sòmente o sujeito é existencial, e sòmente nele é possível reconhecer a verdadeira realidade”. O processo da objetivação, portanto, é uma alienação da consciência primordial, que é a realidade inicial do sujeito, e onde sujeito e objeto se identificam. A dissociação do sujeito e do objeto (que está na base de todas as teorias do conhecimento) é ligada ao que BERDIAEV chama a consciência segunda (que êle opõe à consciência primordial) pela qual o conhecimento é objetivado. Isto o leva ao seguinte paradoxo: “o sujeito é objetivo, enquanto o objetivo é subjetivo, porque o sujeito (consciência primordial) é uma criatura de Deus, enquanto que objeto é uma criação do sujeito” (4). Na terminologia kantiana diríamos: o sujeito é um noumenon, enquanto o objeto é e não pode deixar de ser sempre fenômeno.

Sem querer admitir que sua filosofia se identifique com o idealismo subjetivo, BERDIAEV todavia reconhece o caráter anti-ontológico de seu pensamento filosófico. A categoria do ser, fundamento das ontologias clássicas, é para êle um produto do pensamento objetivado. Querer dar ao ser um caráter primordial e irreduzível como o fazem todas as filosofias ontológicas, é para êle cair naquilo que KANT genialmente chamou: “a ilusão transcendental”. A realidade primordial não é o ser, mas o ato criador, a liberdade. E ela não se encontra na natureza ou no objeto, mas no sujeito, na pessoa, no espírito. O objeto não existe senão para o sujeito e pelo sujeito. Sòmente êste tem uma existência interior própria. O sujeito é que é a coisa em si, e não o objeto, que é sòmente fenômeno para o sujeito. Nem HEGEL compreendeu isto porque admitiu a existência do Espírito objetivo, quando na realidade o que êle devia ter admitido era apenas uma objetivação do espírito.

É nesta perspectiva que se coloca BERDIAEV para elaborar sua doutrina do conhecimento. O conhecimento não é uma mera repetição da realidade. Foi o poder do quotidiano sobre o homem, êste seu modo de existir inautêntico, que o acostumou

a conceber o mundo segundo os critérios do realismo ingênuo. Toda filosofia autêntica deve começar por uma dúvida que eleve o espírito acima do mundo, tal qual êle se apresenta ao homem. KANT foi genial quando descobriu esta ilusão transcendental produzida pela razão e destruiu o poder do objeto sobre o sujeito, mostrando que o objeto, em última análise, é um produto do sujeito. Foi êle quem possibilitou uma metafísica do sujeito e da liberdade mostrando as antinomias da metafísica clássica.

O conhecimento é criação e não apenas reflexão passiva dos objetos. O conhecimento filosófico tem como finalidade não interpretar o mundo objetivo, mas libertar o homem do poder do mundo objetivado e de sua insuportável escravidão. O que o filósofo pretende conhecer não é a realidade, mas a verdade da realidade. E isto só é possível porque em mim existe uma fonte de verdade. A verdade não é o que existe, mas o sentido, o *lógos* do existente. Êle é um ato criador do espírito, do qual nasce todo o sentido do universo. A verdade, portanto, é a vitória sobre a objetivação, sobre o caráter ilusório do ser objetivo. Nada mais errôneo do que confundir a verdadeira realidade com a objetividade.

A objetivação do mundo é um estado de decadência e de escravidão em que se encontra o mundo precisamente por ter perdido a liberdade e se ter afastado das fontes criadoras do espírito. O mundo dos fenômenos forma assim uma realidade massiva que nos esmaga e oprime. A objetivação é uma auto-alienação do espírito, um estado de queda. Êste seu aspecto misterioso não foi visto nem por KANT, nem por HEGEL, nem por HUSSERL, porque o caráter intencional da consciência terminou dando o primado à objetividade, talvez contrariamente às próprias intenções de HUSSERL.

A não-autenticidade do mundo fenomenal não significa que êle não seja real, significa apenas que êle se encontra em um estado de escravidão, de liberdade perdida, de submissão à necessidade. É exteriorização porque submissão passiva às condições do espaço e do tempo, da causalidade e da racionalização. É neste estado de objetivação que se esconde a chave gnoseológica para entendermos o segrêdo do mistério dêste nosso mundo dominado pelas forças do mal e dilacerado interiormente

te pelo estigma da dor e do sofrimento. O problema da objetivação é portanto mais do que um simples problema de crítica do conhecimento, é fundamentalmente um problema existencial, porque êle nasce do estado de queda do sujeito existencial que se aliena e se exterioriza e dêste modo se submete ao poder da necessidade e da escravidão. Os sinais dêste mistério da objetivação são evidentes: é a absorção do individual e do pessoal no universal impessoal, é o domínio da necessidade e a supressão da liberdade criadora, é a acomodação ao caráter massivo do mundo e a socialização do homem e de suas opiniões.

A luta contra êste poder da objetivação deve ter a característica de uma verdadeira revolução espiritual. Não é uma luta do espírito contra a natureza, mas do espírito contra seu estado de escravidão na natureza. A metafísica tradicional naturaliza o espírito entendendo-o como substância. Esta substancialização do espírito porém não revela a verdadeira realidade do espírito que é de outra ordem (5). O espírito é liberdade, é ato criador, é pessoal.

Em resumo: a objetivação para BERDIAEV é a interpretação gnoseológica da decadência do mundo, do estado de servidão, de necessidade e de isolamento em que se encontra o nosso mundo. Dir-se-ia uma interpretação gnoseológica das consequências do pecado original.

3. a noção do histórico

A filosofia da história deve ter também a sua gnoseologia. Donde a necessidade de determinarmos a noção exata que tem para BERDIAEV a categoria do histórico, pois ela é qualquer coisa de específico, uma realidade particular na hierarquia das realidades de que se compõe o ser. Para conhecê-lo se impõe antes de tudo um estudo aprofundado da tradição. E isto porque a história tem por objeto o concreto e o individual. Tudo o que faz parte do domínio histórico oferece suas particularidades. A filosofia da história tem em vista o homem, mas o homem considerado na afirmação total de seu ser interior, como ponto de convergência de tôdas as forças cósmicas. É o conjunto destas forças que dá origem a esta realidade de ordem particular, de ordem superior, que nós chamamos a *realidade histórica*. Ela

é mais do que um simples fenômeno exterior porque nela se revela a essência espiritual do homem e do mundo. Ela é a revelação da realidade noumenal e por isso para compreendê-la eu devo reintegrá-la na unidade do meu eu mais profundo. O homem é um ser histórico, vive no tempo histórico, mas é preciso que a realidade histórica viva também nele, somente assim ele poderá penetrar no seu mistério, descobrir o laço íntimo dos acontecimentos que se desenrolam no processo histórico e penetrar no sentido da tradição histórica. Para isto não basta um simples conhecimento crítico dos documentos externos. E isto porque a história é mais do que uma ciência empírica. Para caracterizar toda esta sua particularidade, BERDIAEV diz que *a história é um mito*.

Os fatos exteriores têm grande importância para o conhecimento histórico, mas eles não bastam para fundamentar uma filosofia da história. Para esta, o essencial é a vida profunda, íntima e misteriosa, que se desenvolve no seio mesmo dos acontecimentos exteriores. É o misterioso desta vida que para ele constitui o mito histórico. O fato de BERDIAEV ter apelado para a categoria do mito para definir a noção exata do histórico, parece-me que resulta das profundas ressonâncias que a mística gnóstica oriental nunca deixou de ter no seu pensamento filosófico. BERDIAEV, embora tenha sido obrigado a viver grande parte de sua carreira filosófica fora da Rússia, sempre permaneceu um filósofo interiormente ligado a toda a tradição religiosa da filosofia russa. (6)

Para ele o mito exprime a realidade mais profunda, sem a qual não nos será possível resolver os enigmas postos pela metafísica da história. Mas isto já nos leva a considerar.

II. AS PREMISSAS METAFÍSICAS DA CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA DE BERDIAEV

Dado o caráter anti-ontológico de seu pensamento filosófico, BERDIAEV sentiu necessidade de fundamentar sua metafísica não na idéia do ser (como fizeram todas as filosofias do ser) mas na liberdade. É isto que passaremos a analisar.

1. *primado da liberdade sobre o ser*

A experiência da liberdade é primordial para BERDIAEV. É ela que revela o verdadeiro sentido do real. A realidade autêntica não se encontra diante do sujeito cognoscente. Encontra-se na sua existencialidade. Uma verdadeira metafísica da existência não pode dar o primado ao ser, porque o ser não é o existente, é um predicado, e por conseguinte geral e universal. E como tal é já um produto do espírito. Ele não é o existente concreto. O existente concreto é o espírito. O ser é abstrato e desprovido de vida interior, por isto ele pode cair no mundo da objetivação. Aliás foi isto o que fizeram todas as ontologias que puseram o ser como fundamento último do real. O verdadeiro fundamento da metafísica é o espírito. O espírito porém é liberdade. É ato, ato criador e não ser determinado. Está acima do ser. O primado metafísico deve ser dado ao espírito, à liberdade e não ao ser.

Este primado metafísico da liberdade sobre o ser tem muita importância para compreender a concepção de história de BERDIAEV. É que para ele, a liberdade é o tema fundamental da vida do mundo e da liber-humanidade. É preciso penetrar, portanto, no mundo de seu mistério (7).

O caráter doloroso, existencial e trágico da vida deste mundo e da história não teria sentido se nós não colocássemos as raízes metafísicas mais profundas do real naquilo que BERDIAEV chama o insondável, o mistério irracional, a liberdade primordial (8). Como ele mesmo o confessa essa sua doutrina foi inspirada pela doutrina do UNGRUND do místico alemão JACOB BOEHME. Este UNGRUND (liberdade sem fundamento, vontade não determinada) é para BOEHME uma "Hunger zum Etwas" a fome que tem o nada de se tornar algo. Um fogo que nasce das trevas. Esta vontade antecede o ser, e é o começo radical de tudo. BERDIAEV identificou este UNGRUND de BOEHME com a DIVINDADE como a entende a Teologia apofática. Aquilo que na eternidade precede o nascimento da Trindade Divina. As trevas da Divindade, que são anteriores à Luz de Deus. Elas envolvem o mistério de Deus que se gera a si mesmo partindo do Nada-Divino. Estas trevas são anteriores ao ser, por isto a liber-

dade tem um primado metafísico sobre o ser. Mais uma vez constatamos aqui aquilo que dizíamos há pouco: a mística gnóstica oriental é o "baeckgrund" do pensamento filosófico de BERDIAEV.

Segundo BERDIAEV, a metafísica germânica tentou racionalizar esta visão mística de BOEHME e por isso colocou o princípio fundamental não na razão, mas na vontade, no ato. Isto possibilitou uma filosofia da liberdade, fundamentada no primado da liberdade sobre o ser. HEGEL traiu esta filosofia da liberdade e por isto mesmo terminou sob o poder da objetivação.

O fogo (na intuição heracliteana) é o símbolo desta realidade primordial, é o símbolo físico do espírito criador. Daí porque a essência metafísica do real é movimento criador e vida. Os grandes gênios filosóficos intruíram isto. E de fato, no mais profundo do homem se esconde uma paixão criadora.

Esta realidade primordial se revela sob duas formas:

- a) a do mundo da natureza
- b) a do mundo da história.

A primeira deu origem ao ontologismo estático, para o qual o espírito se naturaliza, se substantiviza, e a história passa a ser uma parte da natureza. Na realidade porém é a natureza que é uma parte da história. Porque somente na história se revela o destino e o sentido da vida do mundo. Para tanto é preciso ver a realidade primeira não no círculo fechado do tempo cósmico, mas no tempo existencial que é o tempo da liberdade. E isto nos leva a considerar outra premissa metafísica da concepção berdiaeviana da história: suas reflexões filosóficas sobre o tempo.

2. tempo e eternidade

Uma filosofia da liberdade deverá ter necessariamente um caráter escatológico, porque a vitória sobre a objetivação é uma tarefa criadora do espírito e significa o fim da objetivação pela transformação deste mundo decaído. Esta metafísica escato-

lógica supõe um estudo aprofundado do tempo e de suas relações com a eternidade. Este foi uma constante nas reflexões de BERDIAEV. Vejamos o essencial de seu pensamento a este respeito.

O problema do tempo é o problema fundamental da existência humana, porque o destino da humanidade se realiza no tempo e é colocado sob o signo do tempo. Ele tem um duplo sentido para a existência:

a) um sentido positivo enquanto significa algo de novo e de inédito resultante da ação criadora do espírito (BERGSON salientou bem este aspecto positivo do tempo).

b) um sentido negativo, enquanto é rutura, perda de integridade, dilaceração da ação criadora (HEIDEGGER analisou este aspecto negativo da problemática do tempo). Mas HEIDEGGER ficou preso a este aspecto e diante da mudança temporal ele definiu a atitude existencial apenas como "preocupação". BERDIAEV acrescenta que ela é também *esperança*.

BERDIAEV não deixa de salientar este aspecto negativo do tempo. Para ele também *o tempo é um mal*: nele existe uma mortal tristeza. O passar do tempo é desesperadamente triste, como o olhar do homem sobre o tempo que foge, sofrendo a impossibilidade de experimentar a plenitude da alegria do presente, impossibilitado de se libertar da tristeza do passado e do medo do futuro. Há uma profunda melancolia no pensar que tudo é instável e passageiro. Sem o "esquecimento" o homem não poderia viver neste mundo decaído. Ele funciona como libertação — queremos esquecer tantas cousas passadas e futuras.

Mas existe também *uma vitória sobre o mal do tempo*. E por isto a atitude existencial não é somente preocupação, é também esperança. Ontologicamente não existe passado nem futuro, o que existe é um presente incessantemente criado. Este elan criador extra-temporaliza a existência e é uma vitória sobre a objetivação do tempo. Por isto experimentar a divina plenitude do instante é o maior sonho do homem e sua mais alta conquista (8).

É grande a importância que BERDIAEV dá à significação existencial do instante. Ele é uma pequena fração do tempo

objetivado (matemático e numérico) mas êle é também e sobretudo o instante indivisível pertencente ao presente intemporal. O "Augenblick" de KIERKEGAARD. É na experiência existencial da plenitude eterna do instante que se opera a reintegração do tempo na eternidade. Desobjetivado o tempo deixa de ser quantitativo e se transpõe para o interior da existência, onde não será medido mas experimentado. Os felizes não contam as horas nem olham para o relógio. A observação das horas é uma consequência de nossa sujeição ao mal do tempo, ao tempo objetivado. Objetivado êle é uma rutura, uma dilaceração, uma defecção em relação à eternidade, e por isso êle é um mal e gera a nostalgia do passado e o medo do futuro. A era técnica dá o primado ao tempo objetivado. É a época da velocidade onde o instante não tem uma plenitude em si mesmo, mas funciona apenas como um meio para o instante seguinte. Resultado é uma sempre crescente objetivação da existência. Surge então um mundo maravilhoso que é obra do homem, mas nele o homem não se encontra. BERDIAEV teria gostado certamente de conhecer um dos nossos ditos populares que certa vez eu vi num para-choque de caminhão: "se êste mundo prestasse, o seu dono morava nêle".

A vitória definitiva do mal do tempo porém só se resolve fóra da perspectiva do tempo. É inútil procurá-la no futuro como fazem os teóricos positivistas da idéia do progresso. O futuro faz parte integrante do tempo objetivado. Ora a vitória do mal é precisamente a superação da objetivação. É uma passagem do mundo objetivado para o mundo da existência interior, para a vida do espírito. Esta vida eterna do espírito não é apenas uma vida futura. O tempo objetivado é orientado para o futuro como um fim, mas êste fim é a morte. Ora o fim dos tempos é sobretudo uma vitória sobre a morte. Tanto o problema das origens como o problema do fim do tempo transcende o tempo. Êle só tem sentido numa perspectiva escatológica. (9).

De posse destas premissas tanto gnoseológicas como metafísicas, acreditamos poder agora a concepção da História de BERDIAEV. É o que tentaremos fazer na segunda parte de nosso trabalho.

II. A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA DE N. BERDIAEV

1. *O sentido trágico da História* (10)

É na história que o homem realiza o seu destino. Dela êle não pode sair nem se libertar, porque êle vive no tempo histórico. A história é feita por êle, mas ela é também a sua grande tentação e a fonte mais profunda de suas escravidões. Há portanto um conflito trágico entre o homem e a história. De uma parte, êle é um ser histórico e vive na história, doutra parte êle não pode renunciar à sua dignidade de imagem de Deus e não pode admitir ser transformado num instrumento do processo histórico inhumano. Na história êle se torna joguete daquilo que HEGEL chamou "List der Vernunft" (a astúcia da razão). HEGEL porém se preocupou apenas com o tempo definitivo do Espírito Universal, a sorte trágica dos indivíduos lhe permaneceu completamente indiferente.

Em grande parte, a história é a história de crimes e de guerras feitas em nome da pessoa, mas que terminam ferindo e esmagando o pessoal. ROUSSEAU não viu o modo como os Jacobinos aplicariam suas idéias. Nem MARX o que os comunistas fariam com as suas. Nem tão pouco NIETZSCHE viu como o racismo germânico iria aplicar suas idéias.

Noutras palavras: a grande tentação que a história exerce sobre o homem é a da objetivação, e por isto êle é sempre levado a se inclinar diante da necessidade histórica. HEGEL queria ser um filósofo da liberdade, mas o seu determinismo lógico não escraviza menos o homem que determinismo naturalista. Sua história é uma Historiolatria à qual êle submeteu não apenas o homem, mas o próprio Deus.

O movimento vertical criador onde se revela a grandeza do homem, termina sempre se objetivando no devir horizontal da história. No desenvolvimento do processo história se desenvolve uma tragédia tão atroz e sem sentido que nós somos obrigados a procurar-lhe um sentido para além dos limites da história.

Êste caráter trágico da história não me pode ser indiferente, porque a história me marca como o seu sêlo. Eu sou responsá-

vel por todos os acontecimentos do processo histórico. Pela minha natureza e pela minha missão eu estou ligado a toda a história e a todo o processo da vida cósmica. Mas eu não devo acolher a história como se fizesse parte dela, eu a acolho porque ela faz parte de mim. Ou seja: não devo acolhê-la como um escravo submisso, mas como um homem livre.

É esta dialética da liberdade do homem e do seu destino histórico que torna trágico o sentido da história. Sem liberdade não existiria história. Na história porém a liberdade está constantemente em luta. Seria vazia uma liberdade que não conhecesse resistência. Mas esta liberdade que luta no tempo histórico finca suas raízes mais profundas no tempo existencial. É na perspectiva deste tempo existencial que se abre o caminho para uma vitória definitiva da liberdade. Esta vitória porém não pode ser garantida pela razão. Somente o supra-racional pode vencer o irracional. O conflito da liberdade e da necessidade que torna trágico o existir histórico do homem, perdurará enquanto o homem permanecer no interior da história. Por isto o verdadeiro sentido da história é meta-histórico. É objeto de uma esperança messiânica que fundamenta o sentido profético e escatológico da história.

2. *sentido profético da história*

Os gregos por causa de sua visão cosmocêntrica e da concepção circular do tempo (para eles o único tempo era o tempo cósmico) e por causa da ausência de uma consciência messiânica e profética não conheceram o sentido da história. E não elaboraram uma filosofia da história. A consciência grega era muito mais voltada para o passado. ULISSES é o símbolo da alma grega porque é aquele que sempre está pensando em voltar. É em Israel (e também entre os Persas) que nós vamos encontrar pela primeira vez os sinais desta consciência profética, sem a qual a história não tem sentido. ABRAÃO que deixa UR e se atira no desconhecido dos caminhos que Deus lhe indica não pensa em voltar. Ele caminha firmado nas Promessas de Deus. Sua atitude é uma atitude de esperança. Foi Israel que revelou ao mundo o sentido do histórico. Esta idéia messiânica que vem dos antigos hebreus, transfigurou-se no mundo

cristão. O verdadeiro cristianismo é essencialmente messiânico. Nós ainda vivemos na expectativa do reino de Deus. O cristianismo histórico, porém, perdeu o verdadeiro sentido deste messianismo, ele também sofreu o poder da objetivação e não sabendo reagir como o Cristo no deserto à tentação dos reinos deste mundo, ele deixou que a consciência messiânica fosse dominada pela consciência teocrática. Talvez por causa disto ele deixou de ter um papel dirigente nos destinos do processo histórico. O processo criador dos grandes acontecimentos históricos se fez fora dele senão contra ele.

Como quer que seja: o importante aqui é notar este caráter essencialmente profético da história. E mais uma vez concluimos que uma filosofia puramente científica da história não é possível, porque nós vivemos no interior do tempo histórico e a história ainda não chegou ao seu fim. Este futuro não conhecido que transcende os limites do conhecimento científico, mas onde se esconde o sentido mesmo da história, revela também o caráter essencialmente escatológico da história.

3. *sentido escatológico da história*

Uma história sem fim seria absurdo. É no fim que se encontra a chave para resolver o enigma da história. O fim é a vitória do tempo existencial sobre o tempo cósmico e histórico. Nestes, não há lugar para um fim. É o caso do "eterno retorno" dos gregos que vinham apenas o tempo cósmico e do "progresso indefinido" dos filósofos evolucionistas modernos, que não ultrapassam a perspectiva do tempo histórico (tempo voltado para o futuro gerador de novidades... mas no qual o futuro termina destruindo o presente, reduzindo-o a passado). Tanto uns como outros estão sob o poder daquilo que HEGEL chamou "a má infinidade". O fim olhado na perspectiva do tempo existencial garante precisamente a vitória sobre esta má infinidade, porque ele é o instante da passagem da necessidade para a liberdade, da objetividade da existência para a subjetividade da existência, uma descoberta da pessoa e da liberdade na universidade concreta da existência espiritual.

4. *escatologia pessoal e escatologia histórico-universal*

O processo histórico do mundo tem uma comum medida com o destino da pessoa, porque o meu destino eterno não pode ser isolado, êle é solidário do destino do mundo e da história. O homem é um microcosmo e se enquanto histórico êle vive na história, a história também vive nele. Esta visão de uma escatologia individual e universal ao mesmo tempo levou BERDIAEV a rejeitar a *doutrina do inferno*, como a entende a teologia cristã. A idéia do inferno para êle supõe uma escatologia da vingança. Ela porém não implica apenas um fracasso do homem, êle seria também um fracasso de Deus. A idéia do inferno procede de uma escatologia elaborada no plano da objetivação. Foi neste êrro que caiu a teologia doutrinária do cristianismo. Ela atribui ao mundo noumenal o que pertence ao mundo fenomenal — grande ilusão de todos aqueles que se encontram sob o poder da objetivação. O inferno existe, mas neste mundo e não no outro. A salvação no plano noumenal é uma libertação universal e coletiva, e deve ser entendida como uma ressurreição que reintegra em si tôdas as realizações criadoras dos seres existentes e uma transformação do mundo objetivado e decaído.

Concluindo: a dialética da história, não é como acreditava HEGEL uma dialética do pensamento, mas uma dialética da existência. E como tal ela só encontra solução numa perspectiva escatológica. Esta dialética da existência é uma dialética da liberdade. A liberdade agindo no mundo torna-se uma liberdade do mal e gera a necessidade e a escravidão. Sem isto não existiria liberdade e a liberdade seria uma escravidão do bem. Esta dialética só se resolve com o fim do mundo objetivado. Esta transformação do mundo, porém, e esta passagem da necessidade para a liberdade não se realizam num momento mais ou menos preciso do tempo histórico (foram muitas as ilusões milenaristas) ela se opera em cada momento da vida na atitude existencial do homem. Em cada um destes instantes se opera esta transformação e esta passagem. E o Espírito sopra através de toda esta obra (11).

III. AS PRINCIPAIS FASES DO PROCESSO HISTÓRICO NA INTERPRETAÇÃO FILOSOFICA DE BERDIAEV

Partindo das premissas gnoseológicas e metafísicas de seu pensamento filosófico, acreditamos ter mostrado como BERDIAEV compreende a história. Vejamos agora nesta última parte de nosso trabalho, como êle interpreta as principais fases do processo histórico. Aliás, dado o caráter existencial de sua filosofia, foi a partir da interpretação destas diversas fases do processo histórico, que êle construiu a sua filosofia da história.

1. *A primeira fase* foi o resultado direto da queda do homem, da realização do pecado original. E o que em última análise não foi mais do que um drama da liberdade subjugou a ser humano ao poder da necessidade natural. O homem foi encadeado à natureza e aos seus elementos. Enfeitiçado por ela, êle não foi capaz de romper o ciclo mágico da necessidade, na qual se encontrava aprisionado (12).

Esta absorpção do espírito pela natureza nós vamos encontrar nos povos bárbaros e selvagens e nas civilizações mais antigas. Dir-se-ia que o homem perdeu consciência de sua liberdade e da dignidade de sua natureza dotada de espírito. Esta absorpção foi fonte de uma dependência amarga. Escravo da natureza, o homem entrou em relações profundas com ela e a via como um organismo vivo, habitado por forças misteriosas com as quais entrou em comunhão. Foi daí que nasceram as mitologias antigas. Ao invés de se tornar mestre da natureza, o homem se tornou uma parte integrante do grande todo cósmico. Dentro do rigor cíclico do tempo, desconhecendo sua verdadeira natureza de sujeito criador e livre êle não tinha consciência do histórico. Esta fase dominou até o aparecimento do cristianismo, preparado pelo messianismo judaico e pelo escatologismo dos persas.

2. *Com o aparecimento do cristianismo* tem início uma nova fase do processo histórico, cujo significado é absolutamente indispensável para quem reflete sobre o sentido da história. O cristianismo é essencialmente uma mensagem de redenção do homem e do mundo. Esta mensagem veio libertar

o homem daquele estado de dependência servil em que êle se encontrava com relação à natureza.

Ademais o cristianismo trouxe ao homem a revelação do mistério de sua dignidade de ser pessoal e livre. Deus se fez homem para revelar aos homens o mistério de suas origens divinas.

Este desejo de libertação era implícito em tôdas as grandes religiões da antiguidade, mas nenhuma delas conseguiu libertar o homem, porque tôdas se encontravam arrastadas pelo turbilhão dos elementos naturais. Foi o cristianismo que libertou o homem deste movimento cíclico da vida elementar da natureza. Foi isto que inaugurou na história um novo período, em que o homem iria se tornar mestre de seu próprio destino.

Mas fazendo isto, o cristianismo matou o "Grande Pan", matou a natureza. A natureza para os cristãos foi identificada com o mundo pagão do qual era preciso libertar-se.

Apesar de reconhecer que o cristianismo operou este divórcio entre o homem e a natureza, BERDIAEV todavia defende que só o cristianismo tornou possíveis a ciência da natureza e a técnica positiva, que o homem teria sido incapaz de perceber enquanto sua vida repousa numa concepção mítica do mundo (12).

Libertando-o do poder da natureza, o cristianismo convidou o homem a penetrar dentro de seu mundo interior para uma tomada de consciência de sua dignidade e do lugar que êle ocupa no universo. E deste modo revelou o *homem espiritual*, feito à imagem do Novo Adão, em contraposição ao homem antigo, reflexo do Velho Adão, escravo da terra por causa do mal uso de sua liberdade.

Este dualismo que o cristianismo introduziu entre o homem e a natureza tornou-se um princípio dinâmico, sem o qual a história não seria possível, porque o sujeito permaneceria sempre mergulhado no objeto e o homem sempre escravo do tempo cósmico.

Na *Idade Média* o ideal cristão sentou suas raízes. O monge e o cavaleiro representavam, tanto do ponto de vista físico quanto espiritual, a pessoa humana subtraída à ação das forças elementares da natureza exterior, que tendiam a dissociar o homem. Todo o ascetismo cristão se destinava a uma

concentração das forças espirituais da pessoa, sem isto ela não teria entrado na história moderna com aquele poder e aquela audácia criadores que caracterizavam o homem da Renascença.

Mesmo não tendo conseguido realizar seu objetivo ou sua concepção do Reino de Deus (porque a teocracia e a revelação cristãs também foram sujeitas ao poder da objetivação) a Idade média teve uma papel importantíssimo nos destinos históricos da humanidade, porque foi nela que se concentraram as forças espirituais do homem que foram utilizadas depois para a construção da história moderna. E isto não é de se estranhar porque o movimento histórico termina em geral em resultados inteiramente outros que não os procurados conscientemente pelos seus atores e criadores.

Qual a causa do fracasso da cultura medieval? por que sua concepção do reino de Deus não pôde dar origem a uma cultura teocrática verdadeiramente eficaz? BERDIAEV acredita que isto se deve ao fato das forças espirituais concentradas não terem então podido se exteriorizar numa livre atividade criadora; tôda uma riqueza que não passou pela provação da realidade (13). Foi da descentralização destas forças concentradas que nasceu a terceira grande fase do processo histórico da humanidade: a Renascença.

3. *A Renascença* é também decisiva para a compreensão do processo histórico da humanidade. Ela é caracterizada por uma nova atitude do espírito humano para com a natureza, radicalmente diferente das duas fases antecedentes. Nem comunalmente direta, nem luta espiritual contra as forças da natureza, mas um combate para transformar a natureza, para transformar os elementos inferiores em instrumentos, em meios de realização dos fins humanos, do bem estar e da satisfação dos interesses do homem. Esta atitude vai revestir aspectos diversos durante todo o período da Renascença, que para BERDIAEV é muito mais longo que o Renascimento propriamente dito.

Vejamos os principais:

É tôda a história moderna que se vai apresentar ao homem como caminho livre para o exercício de suas forças criadoras. A Renascença redescobre o *homem natural*. E em que consiste esta volta à natureza?

Para BERDIAEV ela representa a procura das formas perfeitas em tôdas as esferas da criação humana.

O fenômeno cultural da Renascença é bastante complexo, porque êle não representa uma volta pura e simples à antiguidade; êle é antes um conflito entre a consciência cristã transcendente (que se formou durante tôda a Idade Média) e a consciência imanente do naturalismo antigo. E o conflito residia precisamente nisto que a procura das formas clássicas perfeitas dentro da natureza não podia encontrar terreno favorável no mundo cristão, porque o cristão não concebendo a vida como uma imanência fechada não podia compreender como seria possível encontrar a perfeição nos limites desta vida terrestre. Tôda a cultura cristã esconde assim uma nostalgia do eterno, da qual a arquitetura gótica é um símbolo bem sugestivo.

Com o desaparecimento do espírito animador da Renascença surgiu uma nova era no processo histórico da humanidade de grande importância para compreendermos o sentido das provações e sofrimentos que se abateram sobre o homem na história moderna, e das quais ainda hoje sofremos as consequências. É a *era humanista*.

4. O *humanismo* se apresentava como a exaltação do homem, mas doutra parte êle negou suas origens divinas. Prendeu-o à terra. E isto teve consequências desastrosas. O resultado foi que êle terminou negando o próprio homem. Sua auto-afirmação do homem terminou numa auto-destruição. Segundo BERDIAEV o humanismo nos introduziu no quarto período da história universal, ainda cheio de enigmas e para o qual ainda não encontramos um nome (14).

A dialética interna do humanismo deu origem a diversos movimentos históricos que muito influenciaram o curso do processo histórico da história moderna. Para BERDIAEV os principais foram:

- a. *A Reforma*
- b. *A Aufklaerung*
- c. *E a Revolução Francesa.*

A *Reforma* é movida por uma aspiração espiritual mais

pura (um protesto contra a decomposição que se processava na parte humana da Igreja). Mas Lutero negou a autonomia da natureza humana. A Reforma é um momento característico e essencial da dialética interna do humanismo e traduzia precisamente um princípio anti-humanista e se apresentava como um movimento espiritual que queria romper com a beleza e as formas da antiguidade.

Outro momento importante da dialética interna do humanismo é a época das luzes (*a Aufklaerung*) do sec. XVIII. Já não temos aqui aquele entusiasmo pela atividade criadora do homem. A própria razão começa a cair em descrédito. A consequência deste estado de coisa manifestou-se na

Revolução Francesa, que exprime também e de modo bastante acentuado o espírito humanista da história moderna. A Revolução foi também impotente de resolver as dificuldades, realizar os desígnios e assegurar o triunfo dos direitos do homem e de sua liberdade. Ela se devorou a si mesma, e por ter esquecido os direitos de Deus ela não foi capaz de salvaguardar os direitos do homem.

A *Crise do humanismo* coincide com o fim deste grandioso período do processo histórico que teve seu ponto de partida na Renascença. O grande fato que para BERDIAEV alterou completamente o ritmo do processo histórico na história moderna foi o *aparecimento da máquina*. Ela revolucionou tôdas as esferas da vida. Deu novo ritmo de existência ao homem. Se de um lado ela submeteu a natureza ao homem, doutra lado ela o colocou sob o seu domínio. Dir-se-ia uma força misteriosa. Um novo elemento que não é nem humano, nem natural, mas que tem um poder terrível sobre o homem e sobre a natureza. Começa então o processo de decomposição da pessoa humana que o cristianismo e a Idade Média forjaram e estruturaram. Estamos então diante da misteriosa tragédia dos destinos humanos, que é o drama dos períodos mais recentes de nossa história. O drama do anti-humanismo. No declínio da história moderna, o homem se sente cada vez mais isolado, abandonado e triste. A tendência para o coletivismo é uma tentativa de fuga desta sua triste situação. À força de não afirmar senão a si mesmo e de rejeitar tudo o que era transcendente, o homem terminou perdendo a confiança em

si mesmo, e isto se manifestou em tôdas as esferas da cultura. Menciono apenas sem entrar em pormenores:

- no campo da filosofia: o criticismo de Kant e o positivismo de Comte
- no campo social: o socialismo utópico de Saint-Simon
- no campo político: a democracia revolucionária
- no campo estético: as manifestações da arte moderna: o impressionismo, o cubismo e tôdas as correntes futuristas (15).

Outras esferas de cultura revelam o mesmo anti-humanismo onde paulatinamente se vai decompondo a imagem do homem, por ex. as correntes teosóficas contemporâneas, nitidamente contrárias ao espírito da Renascença. Para se convencer disto basta comparar a doutrina de um RUDOLF STEINER com a de PARACELSO (16).

Resumindo: o fim do período da história moderna é caracterizado pela profunda decepção na qual terminaram as aspirações, os sonhos, as ilusões que presidiram seu começo. Por falta de uma disciplina e de uma submissão a princípios superiores (o que caracterizou a consciência medieval) o período humanista esbanjou as forças criadoras do homem e decompôs sua imagem.

5. Uma nova era se inicia sobre os escombros da história moderna. Dois caminhos se oferecem então ao homem:

a) ou aceitar a livre submissão aos princípios divinos da vida para restituir de novo ao homem sua dignidade e seu valor;

b) ou se submeter às forças supra-humanas do mal.

A história dirá que caminho o homem escolherá.

CONCLUSÃO: Desta análise interpretativa do processo histórico BERDIAEV chega às seguintes conclusões:

a) é falso querer pedir à idéia do progresso como a entenderam os teóricos positivistas uma solução para o enigma

da história. A verdadeira idéia do progresso nos faz compreender que a história tende para um fim, à luz do qual poderemos compreender seu verdadeiro sentido. Este fim, porém, não pode ser uma divinização do futuro em detrimento do presente e do passado. Semelhante idéia do progresso que a seu modo cultivaram HEGEL, COMTE, SPENCER, MARX e outros é uma profanação da idéia messiânica do fim da história e termina na utopia de um paraíso terrestre, que por sua vez, é também uma deformação da idéia do reino de Deus. Nossa atividade criadora não deve exercer-se em nome do futuro, mas em nome do eterno presente, no qual o futuro e o passado fazem senão uma só coisa. A idéia do progresso foi o tema central do período humanista. Toda a história moderna se nutriu desta ilusão. Ela é uma decorrência da premissa humanista, de que o homem se basta a si mesmo, e é capaz de resolver seu próprio destino sem a ajuda das forças divinas e sem que seja necessário dar à sua vida fins superiores aos da vida terrena.

b) os fracassos dos objetivos que se propuseram os diversos períodos do processo histórico levar-nos-iam a uma conclusão pessimista do absurdo mesmo da história, se a humanidade não fôsse chamada a realizações infinitamente superiores às que o homem tenta na sua vida histórica. A história não se esgota num desenvolvimento indefinido na linha do nosso tempo. A metafísica da história ensina-nos que as dificuldades insolúveis dentro do tempo histórico, podem ser resolvidas para-além de seus limites, na ordem do tempo existencial. Aí o termo da história como obra teândrica não é nem uma obra exclusiva do homem, nem uma obra exclusiva de Deus. A manifestação definitiva do Espírito exige uma preparação pelo trabalho criador do homem. Todo ato criador, toda obra moral constitui uma vitória sobre este mundo de escravidão e de inimizades, que deve ser transformado para ceder o lugar a um mundo da liberdade e do amor. É assim que o reino de Deus se vai realizando em cada criação do espírito. É isto o que em definitivo dá sentido à história, apesar de todos os seus fracassos e insucessos.

NOTAS

- (1) BERDIAEV, N. *Essai d'Autobiographie spirituelle*, Paris, Buchet/Chastel, 1958, p. 114.
- (2) BERDIAEV, N. *Essai de Métaphysique eschatologique*, Paris, Audiber, s/d, p. 12-26.
- (3) BERDIAEV, N. *Essai d'Autobiographie spirituelle*, p. 363.
- (4) BERDIAEV, N. *Essai d'Autobiographie spirituelle*, p. 125.
- (5) BERDIAEV, N. *Esprit et Réalité* Paris, Aubier, 5 ss.
- (6) CAIN, LUCIENNE JULIEN, *Berdiaev en Russie*, Paris, Gallimard 1962.
- (7) BERDIAEV, N. *De L'Esclavage et de la Liberté de l'homme*, Paris, Aubier, s/d.
- (8) BERDIAEV, N. *Essai de Métaphysique eschatologique*, p. 122-130.
- (9) BERDIAEV, N. *Cinq méditations sur l'existence*, Paris, Aubier, 1936. p. 131-160.
- (10) BERDIAEV, N. *Vérité et Révélation*, Paris, Delachaux et Niestlé, 1954, p. 85-97.
- (11) BERDIAEV, N. *Essai de Métaphysique eschatologique*, p. 222-256.
- (12) BERDIAEV, N. *Le Sens de l'Histoire*, Paris, Aubier, p. 96 e ss.
- (13) BERDIAEV, N. *Le Sens de l'Histoire*, p. 100
- (14) BERDIAEV, N. *Le Sens de l'Histoire*, p. 111.
- (15) BERDIAEV, N. *Le Sens de l'Histoire*, p. 122.
- (16) BERDIAEV, N. *Le Sens de l'Histoire*, p. 156.

A ISTÓRIA DE FREI
SANTA TERESA

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

Na vasta bibliografia acêrca do período da dominação holandesa de Pernambuco, um dos livros menos conhecido é o que Frei João José de Santa Teresa, carmelita português, no século João de Noronha Freire, escreveu em italiano sob o título *Istoria delle guerre del Regno del Brasile, accadute tra la Corona di Portogallo e la Republica di Olanda* e publicou em Roma, em dois volumes, em 1698, na tipografia dos herdeiros de Corbelletti. (1)

José Honório Rodrigues, na sua *Bibliografia* do domínio holandês do Brasil, o melhor inventário existente sobre êsse episódio, diz apenas, quanto a êste livro, "que se trata de compilação pouco estimável", acrescentando na *Historiografia del Brasil, siglo XVII* que "es responsable de la creación de algunas leyendas, como la de la muerte del Almirante Adriaen Janszoon Pater envuelto en una bandera y exclamando que el mar era el único sepulcro digno de um almirante bátavo. El libro primero contiene una especie de introducción, que trata desde el descubrimiento hasta la dominación portuguesa. En el segundo se describe ya la captura de Bahia (1624) y en el séptimo, con el qual termina la obra, la expulsión de los holandeses". (2)

O que se sabe sobre sua vida e sua obra deve-se ao bibliógrafo Diogo Barbosa Machado:

"Frei João José de Santa Teresa, chamado no século João de Noronha Freire, nasceu em Lisboa no ano de 1658, sendo filho de Francisco de Noronha, capitão dos malteses, escrivão dos seus privilegiados e tesoureiro da mesma Religião, e D. Ana Maria de Figueiredo. No Colégio pátrio de Santo Antão estudou letras humanas e filosofia, correspondendo o progresso,

que fez em ambas estas aplicações, à viveza do seu engenho e felicidade da sua memória. Para alcançar dispensa de contrair matrimônio com uma sua parenta passou a Roma no ano de 1678, onde movido de superior impulso preferiu o estado religioso ao conjugal, recebendo o hábito de Carmelita Descalço em o Convento de Santa Maria de Escada a 2 de fevereiro de 1680, quando contava 22 anos de idade. Feita a profissão solene se aplicou novamente ao estudo da filosofia e frequentou o da teologia, em cujas faculdades saiu profundamente perito, assim como era nas línguas latina e italiana, que falou como a materna. Voltando à pátria no ano de 1698, onde ainda vivia no ano de 1733, com o lugar de Teólogo del Rei da Grã Bretanha. Fazem dêle memória Frei Martial, à D. Ioan. Batist., *Bib. Script. Carmel. Excalc.* p. 256 e Joseph Catalani, *Vit. Ven. P. Barthol do Quental* p. 129. Compôs: "*Finezze di Giesu Sacramentato verso l'huomo, e ingratitudine del huomo verso Giesu Sacramentato*". Florenza per Giov. Francesco Barbetti, 1690. 8. Milano per Ludovico Sciroli, 1693. 8. e outras vêzes reimpresso. Saiu esta obra traduzida em português pela Madre Soror Francisca Josefa de Noronha, religiosa Domínica no Convento de Nossa Senhora da Rosa, de Lisboa, irmã do Autor. Lisboa por Antônio Pedroso Galvão, 1722. 8, da qual se faz menção em seu lugar.

"*Istoria delle guerre del Regno del Brasile accadute tra la Corona di Porgallo e la Republica di Olanda Parte prima*". Roma nella Stamparia degl'heredi del Corbelletti, 1698, fol.

"*Parte seconda*". Roma, na mesma impressão e ano, fol.

"É escrita com estilo elegante, excelentemente impressa não somente pelo caráter, como pelas muitas estampas primorosamente abertas de que está tôda ornada, para cuja edição mandou El Rei Dom Pedro II cinco mil cruzados. Desta obra fazem menção o moderno adicionador da *Bib. Occid.* de Antônio de Leão tomo 2, tit. 12, col. 682 e Gemeli, *Giro del Mondo* liv. 3, cap. 18, fol. 518.

"Traduziu de português em italiano *Meditações da Sacratíssima Paixão e Morte de Christo Senhor Nosso, compostas pelo V. Padre Bartholomeu do Quental da Congregação do Oratório*. Roma por Rossati & Borgiani, 1733. 8.

"*Chronica da prodigiosa Vida de Maria Santissima Senho-*

ra Nossa. 1a. e 2a. parte, MS., fol. Conserva-se uma cópia na Biblioteca Mariana dos Padres da Congregação do Oratório desta Cidade e é volume de suma grandeza". (3)

Era descendente de Fernando de Noronha, como êle próprio o declara, ao referir-se à "Isola di San Giovanni, nomata volgarmente di Ferdinando de Norogna, suo primo conquistatore e mio settimo avolo" (I, p. 84); menciona ainda dois tios seus, falecidos durante a Batalha das Dunas (1639), entre as esquadras dos Almirantes D. Antônio de Oquendo e Marten Harpertssoon Tromp (I, p. 222). Ao dedicar sua obra ao Rei D. Pedro, recordou de si mesmo que "se bene depose la spada, che nel suo Real servizio impugnò nella più florida gioventù alcuni anni", ainda estava pronto a servi-lo com a pena. Tendo passado à Itália, onde "per l'assistenza di quasi venti anni continui" (em 1698) alcançou pleno domínio da língua, ali escreveu e publicou em 1690 uma obra religiosa, que teve larga aceitação, o que êle lembra, ao apresentar aos leitores da *Istoria* "le grazie del gradimento, che già avesti di altri miei sagri componimenti, poiche con forse inaudita fortuna videro essi in cinque anni cinque volte in diverse torchi la luce, sparendo in un baleno più di quattro mile esemplari".

A *Istoria* era a primeira obra de tema profano que escrevia. As autorizações para exame e publicação estão datadas de 28 de fevereiro a 10 de setembro de 1697. Do ano seguinte está datada a folha de rosto dos dois volumes. Parece, porém, que o livro não teve o acolhimento que o anterior havia obtido, pois foi necessário proceder a uma segunda publicação, o que se fez com a impressão de nova folha de rosto, reunindo-se os dois volumes em um só, em Roma, ano de 1700.

Do seu cuidado em referir apenas a verdade, afirmou: "hó procurato dimostrare nuda la varità in questi fogli". Das fontes históricas de que se utilizou para compor o livro informou: "ti posso accertare, o mio Lettore, che non riferisco quì avvenimento alcuno senza attentamente confrontarlo con le narrazioni di quelli che o scrissero di vista o minutamente m'informarono con assai accreditati originali". Escreveu sobretudo para leitores italianos: "e como io nell'Italia e per l'Italia scrivo, principalmente la conquista ed il riacquisto di un Regno poco noto alla medesima, non ti paia

superfluo l'essermi nel primo libro longamente diffuso in dimostrare che cosa sia il Brasile". E para melhor informação e gôzo do leitor "hò procurato darti quì sotto l'occhio non solo le Carte Geografiche di tutte el Regno del Brasile e distintamente delle sue provincie, mà ancora le Piante e le vedute delle più principali Citta e Fortezze dell'istesso Regno, alle quali puoi sicuramente prestar intera fede, mentre furono tutte con gran studio stratte da esatissimi originali, quali ritrovansi nella biblioteca dell'Eminentiss. Signor Cardinal Pietro Ottoboni, ch'essendo una delle più insigni di Europa, reca un sommo ornamento a Roma". Ottoboni (1610-91)), sabe-se, foi o Papa Alexandre VIII, que governou a Igreja de 1689 a 1691, tendo adquirido no seu pontificado, para o Vaticano, a livraria da Rainha Christina da Suécia (1626-89). O referir-se o autor, num livro publicado em 1698, ao "Eminentíssimo Senhor Cardeal Pietro Ottoboni", sem qualquer menção ao fato de que, desde 6 de outubro de 1689, isto é, nove anos antes, fôra o mesmo consagrado Papa, ainda ao de que, em 1 de fevereiro de 1691, falecera, justifica a presunção de que o texto manuscrito da obra tenha sido concluído antes daquela consagração. Há, ainda, a coincidência de o livro concluir com a notícia do segundo casamento do Rei D. Pedro II, o que ocorreu em 11 de agosto de 1687. É verdade que o Autor se refere à "numerosa e felice prole" dêsse casamento, o que se deve entender com relação aos cinco filhos havidos no período de 1688 a 1697; mas isto poderia ter sido acréscimo de último momento, pois consta das seis linhas finais do livro (II, p. 211).

Este é dividido em duas partes, correspondendo cada uma aos dois volumes da obra. A primeira (e primeiro volume) abrange desde a descoberta do Brasil à Restauração de Portugal, de 1500 a 1640, contendo 10 páginas iniciais não numeradas (dedicatórias, licenças e prefácio) e 232 de texto, além de 16 não numeradas de índice. A segunda (e segundo volume) compreende os fatos posteriores à Restauração até o segundo casamento de D. Pedro II em 1687, tendo 211 páginas de texto, 17 não numeradas de índice e 2 páginas finais com o índice das estampas e a errata.

Não obstante a afirmativa do autor "che non riferisco quì avvenimento alcuno senza attentamente confrontarlo con le nar-

razioni", o seu livro contém graves erros, que não ocorrem nas fontes de que se utilizou para sua *Istoria*. Essas fontes, da parcialidade luso-brasileira, foram sobretudo duas, embora nunca as cite ou sequer as mencione em todo o texto. São elas os livros de Duarte de Albuquerque Coelho, *Memorias Diarias de la guerra del Brasil* (Madrid, 1654) e de Frei Rafael de Jesus, *O Castrioto Lusitano* (Lisboa 1679). Da facção holandesa utilizou-se não só do texto do fôlio de Casper van Baerle acêrca do govêrno do Conde de Nassau, publicado em Amsterdam em 1647, como de muitos dos desenhos e mapas que o ilustram, como diremos adiante. A Van Baerle refere-se uma vez (I, p. 128). Além destas três fontes serviu-se ainda de alguns manuscritos portugueses, que continham os votos do Conde de Odemira e do Bispo D. Sebastião César de Menezes, relativos às controvérsias que, na côrte de Lisboa, em 1646-48, se mantiveram sôbre se Portugal deveria conservar o Nordeste do Brasil ou entregá-lo aos holandeses (II, pp. 109|113). Êsses votos o Autor atribui ao ano de 1646, mas serão de 1647 ou, mais provávelmente, de 1648, pois o do Conde de Odemira refere-se ao Padre Antônio Vieira (II, p. 110) e à sua opinião de abandonar Pernambuco aos flamengos, assunto que se debateu largamente dentro e fora dos conselhos da Coroa, nos anos de 1647-48. Fonte holandesa menor (talvez alguma das brochuras impressas na Holanda ao tempo da presença ali do Embaixador português Antônio de Sousa de Macedo, 1650-51) é a de que fêz uso para apresentar um parecer de 1651 de "il Signore di Vet, Presidente della Provincia di Zelanda". referência a Adriaen de Veth, membro dos Estados Gerais pela Província da Zelândia (II, pp. 178/180).

Não será difícil apontar, página por página da *Istoria*, as fontes de que se utilizou Frei Santa Teresa e os erros em que algumas vêzes incorreu por descuido; mas quanto àquelas o trabalho é desnecessário, pois as três principais, duas portuguesas e uma holandesa, já ficaram indicadas. Dos erros convém anotar alguns, pois dão a medida da pouca atenção com que leu as suas fontes de informação. Afirma que Matias de Albuquerque havia governado duas vêzes o Brasil (I, p. 89), quando foi governador por duas vêzes de Pernambuco (1620-26 e 1629-35) e apenas uma do Brasil (1624); diz que Pernambuco em 1630

era governado por Pedro Correia da Gama (I, p. 90), quando este na verdade era Sargento-mor do Estado do Brasil e a quem o Rei mandou que se transferisse a Pernambuco a auxiliar Matias de Albuquerque na defesa deste; que Jerônimo Serrão de Paiva morrera na luta travada no Porto de Tamandaré contra Lichthardt em 1645 (II, p. 72). Outros erros não podem ser explicados por leitura descuidada das fontes. Tal é o caso da morte do Almirante Pater, em cujo episódio, narrado por cronistas portugueses, acrescentou o pormenor de que o holandês ao se lançar ao mar o fizera "dicendo che solo tutto l'oceano era degno tumulo del suo invitto cuore" (I, pp. 114/115); ou o da data do regresso à Holanda do Conde de Nassau, que indica como tendo ocorrido em 1642 (II, p. 41).

O Autor revela aversão ao Conde-Duque de Olivares, a quem acusa de fomentar guerras "a fine de non dar coll'ozio e quietà della pace campo alle speculazioni di i suoi emoli" (I, p. 85). Ou, no caso de Pernambuco, de não ter-se êle dado conta da real ameaça holandesa, admitindo que os invasores não tinham suficiente poder militar para dominar país tão vasto como o Brasil, nem subjugar o organismo político-social estabelecido pelos portugueses, pelo que "sempre el Conte Duca nella sua paliata opinione diche consumate lentamente gli Olandesi nel Brasile non acarebbero potuto longamente dimorarvi, inviava in quella regione assai scarsi e limitati soccorsi" (I, p. 133). Na verdade, as espaçadas tentativas espanholas para recuperar o Brasil ocupado pelos holandeses (ao todo, apenas três, em 1631 com Oquendo, em 1635 com Lope de Hozes e em 1638 com o Conde da Torre), foram consequência da grave situação das finanças espanholas, dos encargos militares na Europa, das dificuldades de abastecer as esquadras e de reunir a soldadesca necessária. Na sua animosidade ao governo espanhol, Frei Santa Teresa chega a afirmar que o Conde de Bañolo teria, "como si crede, segreta istruzione della Corte di moderar l'animose risoluzioni dell'Albucherche", isto é, de Matias de Albuquerque, de repulsa aos invasores (I, p. 127).

Estas afirmativas menos exatas com relação à atitude do governante espanhol em face da situação brasileira são de estranhar, pois exatamente a maior qualidade da *Istoria* está, a meu ver, em situar o episódio da guerra do Brasil no contexto

da história da Europa Atlântica; em apreciar o episódio quer do ponto de vista americano, quer do ponto de vista europeu, cousa que só os autores do século XIX em diante realizaram. Frei Santa Teresa, entre todos os historiadores coloniais daquela guerra, veio a dar ao fato, nos fins do século XVII, a sua ampla contextura histórica.

Relacionar a história brasileira com a européia, neste episódio da invasão holandesa do Nordeste, mesmo resumidamente, como é o caso, parece-me ser a contribuição principal da *Istoria*, tão deficiente em muitos pontos e tão eivada de erros em outros. O livro é uma carência quase total de datas, e não fôsse o fato de os capítulos apresentarem indicação do ano a que se refere a narrativa, poder-se-ia afirmar que o texto não as aponta. É clara (e declarada, aliás) a intenção do Autor de escrever para estrangeiros os sucessos gloriosos de Portugal na luta contra a potência que, em meados do século XVII, detinha a primazia do poder militar.

Já ficou indicado antes que o Autor se utilizou da coleção cartográfica reunida pelo Cardeal Ottoboni, de cujos "esatissimi originali" mandou "con gran studio" extrair cópias para ilustrar a *Istoria*. Ninguém indicou, ao que me consta, de que originais se trata, nem mesmo o autor da melhor bibliografia do domínio holandês. Tentarei fazê-lo aqui. Os "esatissimi originali" procedem das três coleções seguintes: os desenhos de Frans Post, os levantamentos cartográficos devidos a Jorge Marcgrave, uns e outros publicados na obra de Casper van Baerle, no começo deste citada, e os mapas de Johannes Vingboons. Este, como é sabido, foi o cartógrafo oficial da Companhia das Índias Ocidentais (Companhia Velha) e deixou alguns atlas com mapas da área concedida em privilégio pelos Estados Gerais dos Países Baixos à mencionada Companhia. Dêsses atlas um está na Biblioteca do Vaticano, onde sua procedência é atribuída à livreria da Rainha Cristina da Suécia, embora seja sabido que o tal atlas não consta do catálogo da mencionada livreria, que entrou, como já ficou dito, para a Biblioteca do Vaticano, por compra feita ao tempo do pontificado de Alexandre VIII, que é o mesmo Cardeal Ottoboni. Pela informação que nos transmite Frei Santa Teresa, fica-se sabendo que os "esatissimi originali" eram pertença do

próprio Ottoboni e de sua posse devem ter passado para o Vaticano, onde hoje se encontram. (4)

O "Indice delle carta geografiche, piante e prospetti delle Provinvie, Città e Fortezze delle quali tratta questa *Istoria*" relaciona tôdas as ilustrações incluídas na obra. Por êle faz-se a relação abaixo:

Vol. I, pp. 2/3 "Carta geografica generale di tutto il Brasile", que reproduz o mapa de Johannes Blaeu atribuído ao ano de 1640 e dedicado ao Coronel Areiszewsky. O título do original é o seguinte: "Brasilia Generis nobilitate armorum et litterarum scientia prestantissimo Heroi Christoph ab Artischau Arciszewsky nuper in Brasilia per triennium Trihunum militum Prudentiss. Fortiss. Felisse. tabulam hance prono cultu. D.D.D. Excudebat Johannes Blaeu". (5)

Id., pp. 18/19 "Carta geografica delle Provincie della Baia e Sergipe": procede de Vingboons. O mapa correspondente do atlas da Biblioteca do Vaticano (isto é, de Ottoboni) foi publicado por Wieder, *Monumenta Cartographica*, estampa 86. (6)

Id., pp. 20/21 "Carta geografica della Provincia di Pernambuco": baseada inteiramente na mapa de Maregrave, de quem copia o quadro explicativo das convenções cartográficas, mantendo inclusive topônimos holandeses, como por exemplo (do sul para o norte): Witthuys, Melckuy (sic), Zuidergadt, Haerlem, Noorthorn, Noordes gadt, etc. (7)

Id., pp. 22/23 "Carta geografica delle Provincie di Rio Giannero e di San Vincenzo": procede de Vingboons, cuja carta da Biblioteca do Vaticano foi publicada por Wieder, *Monumenta*, estampa 91.

Id., ibid. "Carta geografica della Provincia del Re", isto é, do Rio Grande do Sul e da Colônia do Sacramento: procede de Vingboons conforme descrição que Wieder faz dos mapas 10 e 11 do volume II (da América) do atlas dêsse autor, existente na Biblioteca do Vaticano: vide texto da *Monumenta* cit., p. 121.

Id., ibid. "Pianta di San Vincenzo": procede de Vingboons, *Monumenta* cit., p. 124 n.º 61. Na Coleção de mapas de Vingboons existente no Instituto Arqueológico Pernambucano há um exemplar desta planta. (8)

Id., pp. 24/25 "Carta geografica delle Provincie del Pará e del Maragnone": procede de Vingboons, *Monumenta* cit., p. 121 n.ºs. 3 e 4 e estampa 83 (2). Na coleção citada do Instituto Arqueológico ocorrem exemplares dêsses dois mapas.

Id., pp. 60/61 "Pianta e geografia della marina e città della Baia": procede de Vingboons, *Monumenta* cit., p. 124 n.º 58, que insere o plano da cidade do Salvador. Na coleção do Instituto Arqueológico há um exemplar da planta da Bahia, mas aí o plano da cidade do Salvador constitui mapa independente.

Id., pp. 66/67 "Carta geográfica delle Provincie dello Spirito Santo e Porto Sicuro": procede de Vingboons, *Monumenta* cit., p. 121 n.º 8. Há exemplar correspondente na coleção do Instituto Arqueológico.

Id., pp. 82/83 "Veduta del gran Porto della Baia": procede de Vingboons, *Monumenta* cit., p. 124 n.º 59. Há exemplar correspondente na coleção do Instituto Arqueológico.

Id., pp. 100/101 "Piante di diverse Fortezze". A da Fortaleza de Orange procede de Vingboons, *Monumenta* cit., estampa 87 (2); a de Fortaleza do Cabo de Santo Agostinho procede de Vingboons, *Manumenta* cit., p. 123 n.º 52; a das Fortalezas do Príncipe Guilherme e de Pôrto Calvo procedem igualmente de Vingboons, *Monumenta* estampas 87 (1) e 88 (1), respectivamente. De tôdas estas quatro plantas há exemplares correspondentes na coleção do Instituto Arqueológico.

Id., pp. 110/111 "Carta geografica dell'Isola d'Itamaracá": procede de Vingboons, *Monumenta* cit., estampa 47 e com elementos recolhidos do mapa correspondente de Maregrave, publicado na obra de Van Baerle.

Id., pp. 116/117 "Carta geografica della Provincia di Paraiva": procede de Vingboons, *Monumenta* cit., estampa 46 e com elementos recolhidos do mapa correspondente, na obra de Van Baerle, citada.

Id., pp. 134/135 "Prospetto e pianta della Fortezza di Rio Grande": procedem de Vingboons, *Monumenta* cit., p. 123, n.º 42 e 43, que correspondem a estampas semelhantes na obra de Van Baerle.

Id., pp. 198/199 "Carta geografica delle Provincie del Seará e del Rio Grande": procede de Vingboons, *Monumenta*

cit., p. 121 n.º 5 e 6. Dêstes dois mapas há exemplares correspondentes na coleção do Instituto Arqueológico.

Vol. II, pp. 44/45 "Pianta delle Città di San Luigi, metropoli del Maragnone": procede de Vingboons, *Monumenta* cit. p. 123 n.º 40.

Id., ibid. "Prospetto dell'istessa Città": procede do desenho de Frans Post na obra de Van Baerle e também incluído na coleção Vingboons da Biblioteca do Vaticano, *Monumenta* cit., p. 123 n.º 41.

Id., pp. 78/79 "Prospetto della Città di Paraiva": procede do desenho de Frans Post na obra de Van Baerle, também incluído na coleção Vingboons da Biblioteca do Vaticano, *Monumenta* cit., p. 123 n.º 46.

Id., pp. 154/155 "Pianta della Città e porto de San Sebastiao, metropoli del Rio de Giannero": procede de Vingboons, cuja carta da Biblioteca do Vaticano foi publicada na *Monumenta* cit., estampa 90.

Id., pp. 156/157 "Pianta della Città di Loanda metropoli del Regno di Angola": procede do mapa correspondente publicado em Van Baerle e da coleção Vingboons, na Biblioteca do Vaticano, vol. III, relativo à África, *Monumenta* cit., p. 125 n.º 23.

Id., ibid. "Veduta dell'istessa Città", procede de desenho de Frans Post na obra de Van Baerle, também incluído na *Monumenta* cit., p. 125 n.º 24.

Id., pp. 202/203 "Pianta del Reciffe e città Maurizea, metropoli di Pernambuco": procede do mapa publicado por Van Baerle e de que há correspondente na coleção Vingboons da Biblioteca do Vaticano, *Monumenta* cit., p. 123 n.º 50. Entretanto a gravura da *Istoria* está lamentavelmente deturpada, tendo nela sido feito um acréscimo à área do bairro do Recife, para dentro do pôrto, produto de imaginação.

Id., ibid. "Prospetto dell'istessa città": procede (mas sem boa reprodução artística) do magnífico panorama de autoria de Frans Post, na obra de Van Baerle.

Além das ilustrações acima relacionadas há ainda três outras na *Istoria*: uma falsa folha de rosto com a representação de uma índia (o Brasil) recebendo de Nossa Senhora os benefícios da Religião Católica, representada no Santíssimo Sa-

cramento, por intermédio de Portugal; e dois retratos, um de D. João IV e outro de D. Pedro II. São, tôdas três, obras de André Horácio, gravadas por Bento Farjat.

NOTAS

(1) Ao Exmo. Sr. João Rodrigues Pires, proprietário da livraria O Mundo do Livro, de Lisboa, devo a bondade de permitir-me conservar por vários meses um exemplar magnífico desta obra, de sua propriedade.

(2) José Honório Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* (Rio, 1949) p. 147 e *Historiografia del Brasil. Siglo XVII* (México, 1963), p. 77.

(3) Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana* 2 vls. publicados (ed. facsimilada da Atlântida Editora) (Coimbra, 1965-66), II, pp. 676/677. Mão contemporânea escreveu na folha de rosto da 1.ª edição de *Istoria* que se guarda na Biblioteca Nacional de Lisboa (Res. 402 Azul) que o autor era filho de Francisco de Loronha (sic) e de sua segunda mulher Ana Batista.

(4) Sobre Johannes Vingboons ver J. Kenning, "Johannes Vingboons, teekenaar, graveur en kartograaf", *Het Boek* (nova série) vol. XXII, fascículo 1, Haia 1933-34, pp. 53/66. Com relação ao atlas, cuja procedência é atribuída à livraria da Rainha Cristina da Suécia, mas que agora se verifica que era pertença do Cardeal Otteboni, depois Alexandre VIII, veja F. C. Wieder, *Monumenta Cartographica. Reproductions of unique and rare maps, plans and views in the actual size of the originals, accompanied by cartographical monographs* 5 vls. in fôlio (Haia, 1925-33), IV p. 117, onde diz o Autor: "The volumes belong to the library of Queen Christina of Sweden, which passed after her death to the library of Queen Christina of Sweden, which passed after her death to the Vatican. They were not entered in the original catalogue of her library, but were recognised as belonging to the Queen's Library by Mgr. Ste. Le Grelle in 1923" (grifo meu).

(5) Este mapa de Blaeu foi publicado avulso e no seu *Atlas Maior Sive Cosmographiae Blaviana* 11 vls. (Amsterdam, 1662), XI, pp. 213/214. É atribuído ao ano de 1639. A "Carta geographica generale" da *Istoria*, que traz a data de 1698, tem sido citada como documentando a existência então da atual Cidade de Campina Grande na Paraíba: Luís da Câmara Cascudo, *Geografia do Brasil Holandês* (Rio, 1956), p. 217 e Elpidio de Almeida, *História de Campina Grande* (Recife, 1963), p. 35. Entretanto o topônimo não aparece no mapa citado, devendo-se atribuir a alguma confusão a referência feita.

(6) A obra de Wieder, *Monumenta Cartographica* está cit. na nota 4.

(7) Os mapas de Jorge Maregrave estão publicados em Caspar van Baerle ou Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia* (Amsterdam, 1647), de que há traduções, com reprodução dos mapas e gravuras, para o holandês (Haia, 1923) e para o português (Rio, 1940).

(8) O Instituto Arqueológico possui uma coleção de mapas da América do Sul, especialmente do Brasil, de autoria de Johannes Vingboons, adquirida em Amsterdam por José Higino Duarte Pereira aos conhecidos antiquários Frederik Muller & Co. em 1886 e proveniente do leilão do livreiro daquela cidade H. G. Bom (7 de setembro de 1885). Veja-se a descrição em Wieder, *Monumenta Cartographica* vol. IV, pp. 128/129.

"OS THIBAULT": FICÇÃO E DOCUMENTO

LEÔNIDAS CÂMARA

É muito possível e justificável que no decorrer deste ensaio em torno de "Os Thibault", tenhamos que nos defrontar, e também de rever, uma série de classificações críticas da obra de Martin du Gard. Justifica-se, por outro lado, que a nossa preocupação com tais conceitos seja de certo modo negligente. Aqui nada nos obriga a seguir o fastidioso caminho da bibliografia, e tanto mais depressa dela nos libertarmos em direção ao romance, melhor ainda para a realização de uma interpretação interna da longa ficção do escritor francês. Tivemos, é evidente, de consultar um pequeno número de obras sobre "Os Thibault". Obras ruins e intencionalmente assim as escolhi dentre as melhores e notáveis. Não conhecemos melhor roteiro para o crítico que reunir uma boa coleção de trabalhos medíocres ou desentendidos e através deles tentar uma compreensão mais exata dos fatos. É que, visto o caminho errado, mais fácil será tomar o rumo certo. E se por acaso cairmos em erro, não estaremos em tão má companhia. Evidente que duas ou três opiniões de valor aqui são selecionadas à guisa de apoio. De resto, preferimos uma liberdade de julgamento capaz de não nos constranger e de não deixar que outras pessoas se constranjam em apontar diretamente para as nossas falhas. Creio que não há outra forma de se abrir um debate.

Não é preciso muito esforço para que se veja em Roger Martin du Gard uma estrutura de romancista dominada pela técnica de romancear do século XIX. Todavia o fato de ter o escritor grande apêgo a um manejo narrativo de tradição naturalista é coisa que toda crítica quase reconhece. Sua filiação a Balzac, a Tolstoi está anotada em qualquer compêndio médio de literatura francesa. Mas, na realidade, o que esse escritor fortemente influenciado pelos problemas morais da fa-

mília, poderosamente impressionado pela consciência de um Gide, quis realizar no plano da ficção e do documento histórico, jamais poderá ser submetido a uma análise comparativa. O comum é se dizer que Tolstoi lhe deu o plano do romance-epopéia; que Balzac lhe ensinou que a fluência da vida é de tal modo líquida que reiteradamente pessoas e fatos vêm à tona... Mas nem com Balzac, nem com Tolstoi o criador de "Jean Barois" tem um parentesco de essência. Pode-se dizer com razão que ao tratar o elemento romanesco com um objetivismo realista, que ao delinear os seus personagens numa subordinação do íntimo ao social, partindo do indivíduo para o tipo, que ao preconceber um personagem o faça de modo a cultivá-lo como herói, tenha Roger Martin du Gard seguido uma velha tradição do romance retemperada ao seu tempo por outros criadores. Documentar uma existência no plano da ação exterior; documentar uma vida pela sua interiorização; documentar uma sociedade num determinado contexto de tempo, eis tarefas do romancista, isto é, do romancista da linha de um Balzac, um Tolstoi, um Jules Romains, um Thomas Mann, um Roger Martin du Gard. A maneira de formalizar o romance bem que pode ser explicada segundo uma herança; a forma de renová-lo, nem sempre, por outro lado, modifica a matéria romanesca. De modo que para nós é ocioso agrupar determinados romancistas no corpo de uma categoria qualquer, mesmo como a do romance cíclico, desde que tal agrupamento se revele importante para apanhar a obra na sua penetração na vida. A realidade que se defrontava a um Balzac, por exemplo, jamais poderia ser a mesma realidade posta aos olhos de Martin du Gard, tanto variam os problemas do homem, tanto permanecem invariáveis a sua inquietação, a sua mobilidade interior.

É possível que diante dos conflitos do seu tempo tenha Roger Martin du Gard somado tôdas as formas de antagonismo, lutas e choques que se abatem sobre o indivíduo. Sua visão do mundo, uma visão moral, censurada, policiada, e que por isso mesmo procura no depoimento imparcial, no comedimento da sensibilidade o meio ideal de projeção, delimitou-se ou limitou-se até por força de uma consciência egressa do protestantismo para o ateísmo, a dois campos constantemente opostos.

Transitou entre dois polos e em nenhum pôde se fixar.

Conjugá-los também não lhe foi possível. Irremediavelmente, êle que não era um romancista hoje chamado da angústia, nosso tão decantado tema, oscilou entre os mistérios do nascer e do morrer, do lutar ou não lutar, do amar ou não amar, do aceitar ou recusar, do agir ou não agir e tudo isso recebeu uma substância concreta, enquadrada, nos personagens-tipos, nas famílias tipos, nas situações-tipos, nos tipos de morte, na vida, enfim, como um tipo de ação condicionadora de todos os atos, uma vida imposta e uma ação mecânica. Ação que se desenrola cronologicamente, data a data, fato a fato, passo a passo, acontecimento a acontecimento; mas sobretudo uma ação que não dá à existência, como em Proust, aquêle insensível transcorrer, aquela passagem sutil e impossível de ser fixada por uma atuação dos sentidos, nem por uma exteriorização da mesma sensibilidade.

Assim, quando Antoine reflete, possuído por uma verdadeira dúvida cartesiana, que não o conduz, no entanto, a nenhuma conclusão válida em si mesma, o que comprovamos é que êle faz um julgamento moral no nível da incerteza dos seus atos. Não se encontra consigo independentemente de um juízo acerca dos "valôres que lhe são cômodos na conversação". Veja-se: "Em primeiro lugar, é um fato. A moral não existe para mim. Deve-se, não se deve, o bem, o mal não são mais que palavras; palavras que emprego para fazer como os outros, valôres que me são cômodos na conversação; mas, no fundo de mim, constatei-o cem vezes, isso não corresponde a nada de real. E sempre fui assim... Não, esta última afirmação é demais. Fiquei assim desde..." Adiante confessa: — "Dito de outro modo não cesso de escolher e agir. Bem. Aqui começam as trevas. Em nome de quem, essa escolha, essa ação?" E Antoine prossegue a tecer considerações sobre sua dúvida, o penso, o vivo, o sou assim ou não sou assim...

Essas dúvidas, êsse contraponto que sublinha todo o romance, essas alternativas alcançam grande projeção no conteúdo político e social de "Os Thibaut". Dir-se-ia que o escritor procura uma síntese na autenticidade que toda crítica confere à sua obra, seu método de entremear história e ficção. Quando, ao nosso vêr, seria de desejar que o ficcionista superasse ou deixasse mais à margem o historiador, o exato anotador de fatos, o

escrupuloso e consciente documentarista e cronista de uma geração, de uma crise ou de várias crises francêsas entre 1890 e 1920. Seria uma atitude de maior repercussão no romance se ao invés de esbater, de cinzelar, de confeccionar habilidosa e honestamente personagens-tipos, Martin du Gard avançasse o plano da sua obra para o símbolo. O romance não se alimenta diretamente das fontes do noticiário de jornal, das frases de panfletos, dos discursos parlamentares. Tôda essa matéria cotidiana, não se vai negar, acumulando-se e trançando-se num complexo romanesco, é fonte e ponto de partida para o romance, mas não é o romance mesmo. Flaubert soube utilizá-la como poucos, mas o realismo de Flaubert não era histórico, não se comprimia numa soma pura e simples da vida individual e coletiva. O realismo de Flaubert, mesmo quando se originava de um fato de jornal, era de modo a transformar o mesmo fato num "conteúdo simbólico". É o que nos diz Lukács: — "O conteúdo simbólico é realizado em Flaubert através da ironia e possui notável nível artístico, alcançado com meios — pelo menos em parte — genuinamente artísticos".

Em Martin du Gard, como nos naturalistas em geral, e ainda aqui valho-me de Lukács, a propósito de Zola, "ocorre que o símbolo deve adquirir por si mesmo uma monumentalidade social, quando tem a função de imprimir a um episódio que em si é insignificante o selo de um grande significado social, então se abandona o campo da verdadeira arte. A metáfora aparece inchada de realidade".

Certo que Martin du Gard não se apega a fatos insignificantes, quando tais fatos são considerados de uma posição capaz de permitir ao romancista admiti-los dentro da sua trama romanesca. O insignificante não é o fato por ele mesmo, nem um conjunto de fatos com as grandes crises de entre 1890 e 1920. O insignificante, em termos de arte, é a importância, revelada na descrição, que êsses acontecimentos assumem num romance, a tal ponto que tôdas as formas de vida, mesmo as mais intensamente interiores, decorram do seu bôjo. Assim, parece-nos que aquelas situações mais íntimas dos personagens principais diluem-se, fragmentam-se, perdem o interesse vital que necessariamente deveriam possuir, quando analisadas à

vista de um fato exterior, pragmático, determinante, monopolizador de ações.

Não sei se vou arriscar uma opinião destituída de apoio na verdade, mas o fato é que a leitura de "Os Thibault", nos seus momentos de maior autenticidade histórica, revela-me a imagem teórica de obras políticas que se insinuam no leito do romance. Desde o Manifesto Comunista de Marx e Engels, de 1848; desde os programas da Internacional Comunista; desde o "Inquérito sobre a Monarquia", de Maurras até "As reflexões sobre a Violência", de Georges Sorel. Talvez não sejam as obras que se metem de romance a dentro, mas, o que é certo também, o lastro de idéias políticas, de ebulição social, as agitações de rua que penetram na obra e nela se derramam como a torrente de um rio. Mas, retomo a idéia anterior: — Maurras a sacudir a opinião das elites: — "Ousamos pronunciar o nome de Monarquia científica..., não nos bastou dizer ou escrever, provamos... A França está obrigada, eis a palavra, à Monarquia. Isto não depende, efetivamente, de suas vontades, mas de suas necessidades. Ou a França e o rei... Ou ausência de rei mas também de França". Os primeiros fantasmas começam a aparecer através do romance de Martin du Gard. O grande fantasma, Mussolini, já aí poderia ser entrevistado no nascedouro. O socialismo misturado, polivalente e disperso de Sorel; a arenga de rua de Jaurès; a violência do proletariado; sindicatos; marchas e contra-marchas. Imensa galeria cromática de tipos que o romancista põe em atuação para, com ela, através dela, resumir um caldo de cultura fervente... Martin du Gard é um expositor paciente de fatos, mas o seu método de interpretação perde-se na insegurança provocada pelo problema de se resolver romancista ou historiador social. Ainda aí a dúvida do escritor. E o que vemos é a vida dividida em vários blocos, descrita nos seus movimentos de expansão limitada, comprimida na cadeia de acontecimentos da qual o romancista não pode fugir. Faltou-lhe, sem dúvida, e perdoem o lugar comum, a imaginação poética de um Tolstoi, libertando a vida de um mecânico condicionamento social, apanhando-a do lado bem humano do aprofundamento das grandes paixões.

Muito comum atribuir a Martin du Gard grandes qualidades de um analista objetivo, cientificamente orientado para

uma larga e variada superposição de painéis. De fato, o criador de Jean Barois construiu um grande esquema, desenhou um extenso plano, rigorosamente ordenado, e nêsse quadro estático quis provocar uma animação impossível de ser contida nos limites de qualquer elenco. Tudo muito organizado, bem distribuído, selecionado pelo preço da sua época; tudo segundo o figurino dos fatos em desfile, que a imaginação do escritor procurava submeter a um prévio trabalho de consciência. Se se trata do amor, por exemplo, ainda aí o sentimento obedece ao plano de elaboração do romance; deve ser um amor que atenda às demais circunstâncias da obra, isto é, que se polarize, como as outras coisas, nas faces alternadas do contraponto. Necessário tomar famílias no sentido de famílias-padrão; famílias de formação oposta: a protestante e a católica; a progressista e a burguesa. Pode-se argumentar que tal processus atende a uma exigência do romance, ao seu fim. Mas ninguém de bom senso vai nos dizer que essa constante regra de oposição de valores tenha sua base na vida. Nem a vida, nem a arte verdadeiramente grande possuem êsse arranjo, essa coordenação bitolada por uma infundável série de pressupostos. Pode-se ainda com boas razões dizer que uma mentalidade burguesa, tal como Marx a previa, fundada no capital, é de tal modo estruturada que tudo distingue, separa, pondera, avalia segundo seu preço, seu valor, sua extensão, sua possível ameaça ao status. Uma consciência moral que visse na família uma cidadela ameaçada constantemente pelo impacto das rápidas mutações sociais seria, por certo, uma consciência vigilante, posta em defesa, com os olhos presos ao outro lado das coisas, o lado inimigo. Uma mentalidade burguesa, enfim, como a do pai Thibault, a querer pela obra filantrópica perpetuar-se, escapar ao esquecimento que a morte impõe; mais do que isso: preservar, após a morte, a mesma consciência moral, confundida com o patrimônio, transformada em fundação. Êsse temor e essa predisposição do espírito burguês muito melhor se explica quando se sabe que o Pai Thibault queria evitar um desfavorável julgamento post-mortem.

É interessante notar que o romancista afeiçoado a um naturalismo "século dezenove", mas voltado para os grandes problemas do seu tempo, problemas que transcendiam o exato contexto do romance e se alongavam entre as duas grandes guerras,

é interessante, pois, observar como Martin du Gard impregnado de um grande pudor e respeito pelo humano, pela vida, deixou-se limitar pela consciência moral da própria burguesia que êle documentava na sua crise. Digo deixou-se limitar como quem quer exprimir com isso que outras possibilidades tinha o escritor de romper com aquelas já gastas idéias de humanismo científico; de humanismo que olhava a vida com muita reverência, escalonando-a de acôrdo com uma ciência cheia de dignidade, de belos princípios morais, de edificações éticas desmentidas pelo correr impetuoso da vida. Não sei se entro no assunto com clareza, mas é bom não esquecer o tipo médio de Antoine, com sua medicina devotada, medicina-sacerdócio, dedicação mística, obsessiva, total. O belo estilo, em que pèse a sobriedade ou não-participação efetiva do autor na condução da narrativa, nesta está presente pela escolha de determinados momentos, de grandes situações. Como Antoine, por exemplo, descobre a nobreza da sua profissão; como Jacques, partindo de um ansioso idealismo, e sem com isso deixar de lado a objetividade de conduta, partiu para a ação em faixa própria. Sua escolha ou sua dúvida os socialistas "apóstolos" e os "técnicistas" é atitude no melhor figurino humanista. Humanismo que se compraz, também, como primeiro meio para tirar o romancista da sombra, para fazê-lo emitir juízos, na problemática ética do dever, da justiça, do amor à ciência relegada a um plano de menor dignidade e altura. Reeditar, de certa forma, aquilo que o desprezado naturalismo tentara mostrar ao mundo, eis uma das tarefas a que se propôs Martin du Gard. Tarefa que êle conseguiu levar a cabo, mas ao nosso vêr anacronicamente. Quando se usa a velha expressão — ter o espírito do seu tempo, como Balzac o teve em alto grau, logo nos advertimos de que êsse espírito admite todo o compromisso com a sua época. Martin du Gard permitiu-se à condição de analista do presente sem se livrar dos preconceitos de uma formação burguesa enraizada em velhos princípios reputados fundamentais à vida. Tinha quase tudo para dar o salto para a frente e relancear a vista para os fatos sob análise com uma visão liberta de velhas fórmulas. Não falseou jamais a realidade, soube reproduzi-la com uma exatidão de historiador erudito, mas não soube fazer obra de romancista. Pelo menos, de romancista que poderia ter sido e não

foi... Por ser cansativamente exato, detalhado, anatomista à velha moda, preocupado em traçar longos paralelos entre a vida coletiva e a biografia individual, perdeu a grande oportunidade de se transformar num romancista que uma segunda guerra mundial não poderia diluir. Que nenhuma guerra tão superior em extensão e amargura, em experiência para a humanidade fosse capaz de esmaecer o tonus épico de "Guerra e Paz", de Tolstoi, no quadro da campanha napoleônica. Assim como no escritor russo a animação narrativa supera qualquer diminuição dos valores épicos em decorrência de uma imposição histórica, assim, também, Martin du Gard poderia ter dado aos "Thibault" um tratamento artístico, que sem nada roubar à exatidão dos fatos, pudesse, em contrapartida, imprimir à obra um outro tipo de autenticidade: a puramente existencial. E Martin du Gard revela-se sobretudo um fixador de essências, de formas, de envoltórios da vida, de capas com que o homem se veste em determinadas contingências, em certas ocasiões em que a criatura age de mistura com o grande rebanho.

Este problema existencial em "Os Thibault" não está, é claro, ausente. Ao inverso, ele se revela toda vez que o personagem está entregue a si próprio. Na solidão de Jacques. No triste diário de Antoine. Nos diálogos mais abertos dos dois irmãos. A atitude de permanente e dolorosa escolha, que arranca de Antoine suas mais profundas dúvidas cartesianas é um sinal do dilema. Mas no que esse traço existencial, que deveria ser mais vivificado e agudo, sobreleva uma formalização de vida, tão arraigada que tira ao romance sua força dramática, está o defeito maior dos "Thibault". Ou sua perda de intensidade como fato vivido e não experimentado por força de circunstâncias exteriores. O pessimismo de Martin du Gard é profundamente removido da obra toda vez que é necessário encarar a existência, segundo ele nos diz, como "a vitória que permanece". Um pessimismo estóico, por absurdo, ou um pessimismo velado pela consciência moral. Uma consciência que nem sequer concede o direito de achar que a vida, para usar outra fórmula, é "uma conquista inútil". E por assim aderir a essa aceitação, partindo de sólidos preconceitos morais, Martin du Gard termina por erigir em princípio de toda a nobreza uma concepção idealista da ciência. Foi buscar nos natura-

listas um método, e utilizou o método como poucos; mas trouxe, também, além do instrumento para o romance, certas formas cedidas de conteúdo. Imagino, pois, quanto não lucrariamos hoje com a leitura de "Os Thibault", se o romancista de "Devenir" tivesse tomado uma grande decisão, ele que oscilava entre as noções do Bem e do Mal, da Virtude e do Pecado, se, de uma vez por todas, deixasse se dominar somente por uma das duas noções... Se abandonasse o seu pessimismo pouco ou nada agressivo; ou se adotasse esse pessimismo como quem abraça uma filosofia.

Assim, temos um romancista disposto a trabalhar uma matéria romanesca acabada de acontecer, ainda recente e agitada; temos um romancista adequado ao documento histórico pela mobilização de recursos de erudição, pelo exato entendimento do seu "métier"; temos um romancista com seu método naturalista, aliás reeditado, retemperado; temos um romancista que sem pressa elabora um plano; temos um romancista francês, isto é, com uma visão lúcida dos fatos e com uma grande tradição a seguir; temos um romancista quase completo. O que nos falta? O que falta a Roger Martin du Gard? Falta-lhe, sem dúvida, a disponibilidade de consciência necessária ao romancista. Martin du Gard é um escritor manietado, amarrado por diversos laços, prêso a uma série de preconceitos, de trilhas, de pressupostos. Um escritor de mentalidade indecisa. Grandes esquemas, vastidão de plano, longo cadastro histórico e restrita capacidade de orientação existencial. Em suma, um romancista que via na vida esquemas e tipos a configurar e delimitar. Mas um criador de tipos não é um romancista completo. O símbolo ainda é, foi e será talvez a grande arma da ficção. E Roger Martin du Gard, um indeciso entre dois processos, o da documentação válida do real e o da criação arbitrária, não podia elevar os tipos que retratou, com fiel sensibilidade, a símbolos do humanismo que ele se empenha em defender.

Discutidos certos aspectos estruturais de "Os Thibault", no plano geral da sua ficção, resta-nos tomar a obra no seu valor de depoimento histórico. Ainda aqui seja-nos permitido prosseguir no exame ficcional, correlacionando as duas matérias no seu ambivalente estreitamento. Preocupa-nos rastrear no documento líquido, exato e extenso, na significação material do

romance, todos os dados que conduzem à criação mais puramente imaginativa. Uma discussão, por exemplo, do ponto de vista controvertido de ser ou não "Os Thibault" um romance puro, ou impuro, pouco nos interessa, desde que de logo não se exclua o seguinte: — Do romance puro a noção de que a obra adere à realidade para reproduzi-la numa sequência histórica; do romance impuro a noção de que a obra não se harmoniza com um conceito tradicional do gênero, excedendo as fronteiras formais pela novidade do conteúdo.

Na ordem dêste critério, Ulisses, de Joyce, e a obra de Marcel Proust pertenceriam ao romance impuro e na classificação de puro caberia o romance de Martin du Gard. Uma distinção desta natureza de nada vale e apenas contribui para aumentar a confusão, de forma que o melhor é abstraí-la e entender o romance pelo que ele é, e não pelo que ele parece ser.

Acima de tôdas as discussões de técnica narrativa, de método, de classificações, que, na verdade, são feitas segundo um entendimento crítico recente, o romance de Martin du Gard assume maior importância pelo que ele é como ponto de encontro das tendências ideológicas dos fins do século passado e do período anterior ao primeiro conflito mundial. A leitura de uma obra como a de Georges Sorel — *Reflexões sobre a violência*, espécie de panela fervente de idéias socialistas desencontradas, abre boas perspectivas para que o leitor de Martin du Gard entenda a tipologia das personagens de atuação política do romance. Várias tendências ideológicas ou pseudo-ideológicas, diversos meios de fazer socialismo de esquerda e de direita, livres e desorientadas interpretações revisionistas do pensamento de Karl Marx, tudo isso está representado, profusamente, no romance-rio. Por outro lado, mais de um mito de salvação nacional, e da humanidade, mais de uma maneira de erigir em princípio válido de tôdas as coisas uma nova moral política. Foi, sem dúvida, a partir de LENIN, e através dêle, que uma ação revolucionária se processou em harmonia com o restabelecido pensamento marxista ortodoxo. Mas LENIN surge realmente como um teórico e um homem de ação triunfante a partir da obra O ESTADO E A REVOLUÇÃO, aliás interrompida na sua parte final com o movimento revolucionário que levou na Rússia o proletariado ao poder. E o romance de Martin du

Gard tem o seu termo com o termo da 1.^a guerra. Assim ao romancista coube estabelecer o quadro da vida política de entre 1890 e 1920, o tempo necessário para que, por exemplo, o médico Antoine se fizesse homem, conhecesse as misérias da guerra e morresse com 37 anos. O tempo necessário, também, para que a BELLE ÉPOQUE se esvaísse em sangue, apodrecesse, e, finalmente, desse o que pensar, somente um pouco, e já bastante tarde, à burguesia. O tempo preciso para uma rápida ebulição de idéias e para a partilha da Europa em mais de um bloco ideológico. A guerra chamada imperialista era acenada como uma esperança para o proletariado internacional e, num balanço sinistro, o que de concreto deixou ao mundo foi o surgimento dos primeiros fantasmas, fiadores do segundo conflito, egressos das fileiras do socialismo-democrata.

Uma idéia de liberdade, que em "Os Thibault" vem diretamente ligada à vida de grandes grupos pacifistas, e não se evapora em especulações teóricas, começa a germinar em face do perigo da guerra. Uma liberdade em termos inauditos e dramáticos. Ainda o homem comum europeu — o tipo médio que Martin du Gard descreveu minuciosamente — tinha de ser sacudido para que entendesse a extensão da ameaça que pesava sobre a Europa. Tinha de ser alertado em ruidosos comícios e reuniões para a violenta divisão de forças que se operava diante da fraqueza da França desarmada. A carga e o ímpeto das cristalizações ideológicas que dariam, por exemplo, o fascismo de Mussolini, antigo discípulo de Sorel, poucos anos depois, e permitiriam, também, numa surpresa, a eclosão vitoriosa da Rússia comunista, em 1917; as cristalizações ideológicas que aniquilaram com padrões estruturados de vida da pequena burguesia; que tentaram fundar uma consciência de classe internacional contra os nacionais-socialismos; que, em suma, ganharam diversos rumos e cindiram o mundo em retalhos ideológicos de várias cores até à divisão vigente do após guerra.

Em "Os Thibault" essas cristalizações ideológicas são descritas desde a fase preliminar de simples crisálida, de maneira que assistimos a um lento desenrolar de cenas reais e fictícias, contudo, verossimilhantes, que de lentidão nada têm salvo o ritmo do romance. Tudo se modificava de dentro, a partir do íntimo, da própria constituição da família a se desagregar, a

trazer dentro de si mesma o germe da oposição e da rebeldia. O inconformismo de certos personagens, no plano particular da vida, cresce em dilatadas proporções, e num reflexo alongado, na existência dos grupos de rebeldes. A inquietação de um Jacques, enquanto oposta à atitude de certa forma estática de seu irmão mais velho — Antoine — é um evidente sinal dessa desagregação familiar que tanto, através de André Gide, impressionou Martin du Gard. O próprio Antoine, encolhendo-se na sua profissão humanitária, inquietava-se e revoltava-se contra uma espécie de destino, entre o porque agir e não agir.

A guerra, contudo, não daria muito tempo às reflexões burguesa. Os rapazes do "Local" saem da discussão para a ação. Sobrevem a revolta contra os líderes. A ação em faixa própria liquida com o "Piloto" e com Jacques. O que seria o pacifismo diante da guerra já consolidada? Até que ponto serviu para acirrar ainda mais os antagonismos? Tudo teria de vir às claras. Intenções da burguesia, antes velados interesses do capitalismo imperialista e nenhuma contemporização seria possível. Os panfletos de Jacques, pregando a paz, morreram com ele. E, no entanto, a liberdade cada vez mais exige afirmação, uma afirmação provinda do ser, ontológica, no limiar da angústia que hoje experimentamos amargamente. Uma liberdade que termina, como Jacques, a exigir, a reclamar, desesperadamente, ação. Daí a melancólica dúvida de Antoine em face do agir ou não agir, do participar ou observar. Crise moral, tentativa de romper com o jugo da mentalidade burguesa herdada do Pai Thibault. Refugindo na ciência, que, segundo seu idealismo humanista, ainda "pode muito. Pode ensinar ao homem a aceitar seus limites naturais, os acasos que o fizeram nascer, o pouco que ele é."

Também em Jacques, o pacifista, o rebelde da família, o afinal atuante em faixa própria, o socialismo, como idéia de liberdade plena do homem, é uma obsessão. O lema "guerra contra a guerra", que ele defendeu num imprevisível discurso em que reclamava uma greve geral de proletários franceses e alemães, termina por enfatizar num libelo a aspiração de paz: — "Tolerareis por mais tempo que um punhado de criminosos, arrastados por acontecimentos que eles próprios preparam, lancem sobre os campos de batalha milhões de europeus paci-

ficos? Os projetos de guerra nunca são do lado dos povos! São unicamente do lado dos governos! Os povos não têm outros inimigos a não ser (?) aqueles que os exploram! Os povos não são inimigos uns dos outros! Não há um único trabalhador alemão que deseje deixar sua mulher, seus filhos, seu trabalho para ir pegar num fuzil e atirar num trabalhador francês!"

A grande e frustrada esperança de uma greve geral de trabalhadores europeus fracassou, como fracassou a Internacional. Hinos e discursos. Idealismo socialista. Pouca consciência objetiva numa ação de base revolucionária. Dispersão de forças a gerar cada vez mais antagonismos, a rebentar com a união dos trabalhadores, a favorecer o jogo da diplomacia imperialista. No seu diário, perto da morte, Antoine preconiza uma Sociedade das Nações como "único meio e meio infalível, de tornar impossível doravante qualquer guerra". O internacionalismo para Antoine, seria a solução. E ainda poderá vir a sê-lo? Desde que, como queria Jacques, "os povos não são inimigos uns dos outros".

A influência histórica do grande romance de Martin du Gard lança-nos diante de uma profunda crise do homem e de uma profunda crise da coletividade. O ser dentro do espaço que ocupa, sua inquietude, seu desejo interior de liberdade. A idéia de progresso assume a forma da libertação. O romance tem um espaço delimitado pela natural contingência de tempo, de ação, de vida. Sua continuidade, contudo, não se restringe ao episódio; seu espaço não se circunscreve a um ponto do globo. E nisso está a verdadeira arte do romancista: Projetar a vida para além de todo limite. Como em Kafka, quando a condição do homem prêso ao absurdo tem assegurada sua liberdade numa esperança embora inútil. Como em Camus, de "Calígula", libertando pela alienação. De todo modo a vida oferece ao romancista tantas faces quantas a imaginação possa criar e recriar. Em "Os Thibault" a limitação histórica é a morte do último membro da família — Antoine — e a assinatura do armistício. Lícito é perguntar se a obra é estática ou dinâmica. E certo é responder que toda época é de transição, todo o tempo é tempo de crise. Os fantasmas do fascismo, que vimos nascer em "Os Thibault", já morreram quase todos. E mataram quantos? Outros hão de renascer das pró-

prias cinzas e nenhum estará morto, morto inteiramente, sendo o seu perigo uma constante ameaça para o homem. Onde Martin du Gard, desacreditando no homem, acreditava na vida "como a vitória que permanece". Se não justificamos seu pessimismo sem revolta, aceitamos os fatos tal qual foram descritos honestamente. O cometimento de erros não decorre, necessariamente, da mentalidade burguesa que por acaso se pode nêle assinalar. Vejam-se êsses erros na conduta dos personagens que representam a geração descrita. Roger Martin du Gard omitiu-se e o seu julgamento moral não desce ao cerne das coisas. Por isso pode ser recriminado na sua arte? Por não ter, como um jovem do seu tempo — Kafka — demonstrado que o homem tem de se empenhar, mesmo inútilmente, numa luta na conquista da libertação plena? Ou por não ter construído o seu humanismo à maneira de Camus, antecipando-o? Indagações falazes, ociosas. Cada rio tem o seu curso e não chega ao mar de uma só vez.

SOCIOLOGIA DO DIREITO — EVOLUÇÃO E TAREFAS

(Conferência lida na Faculdade de Direito da Univ. da Paraíba, em João Pessoa, outubro de 1965)

NELSON NOGUEIRA SALDANHA

A teoria do direito vem tendo esta sina, de se obrigar a rever a cada passo os seus próprios trajetos e as suas próprias configurações. Isso porque, colocada em relação doutrinária direta com a filosofia e com a teoria de cada grande objeto cultural, ela recebe, por convergência, as problemáticas de tôdas essas faixas, ao que se deve acrescentar, certamente, o caráter de séria abstração conceitual que os juristas sempre deram ao tratamento da experiência jurídica. Nessa revisão, que pelo menos de algumas gerações para cá é permanente, tem-se verificado o desdobramento de uma série de questões, ora atinentes ao chamado ser do direito, ora à natureza do saber referente a êle.

Durante muito tempo falou-se do saber jurídico, ou, mais tradicionalmente da "ciência do direito", como algo uno, algo inteiriço, cuja participação interna seria apenas correspondente, ou a diferenças vistas genêricamente no seu objeto (como a entre direito natural e direito positivo), ou às ramificações forçosamente encontradas no ordenamento.

Quero dizer: o jurista podia desdobrar-se em filósofo e falar sobre o direito natural destacando-o do positivo; e devia estar referido, por sua vinculação à realidade do direito vigente, a cada uma ou a alguma das partes do direito, o civil, o penal, o constitucional, que de resto eram de algum modo outras tantas cadeiras nos cursos jurídicos.

Não se distinguia, entretanto, entre "modos" diferentes de encarar o fenômeno jurídico, e só recentemente isso veio a ser explicitado nas teorias. Passou-se então, de certo tempo para cá, a entender que há diferentes ângulos para ver e estu-

dar o direito, cada um correspondendo à possibilidade de construir, com base nêle, um "saber", ou mesmo uma teoria (teoria, pois que houve contemplação) da realidade jurídica.

Às vezes a compreensão dessa pluralidade serve de fundamento à criação de teorias importantes: é o caso do tridimensionalismo, desenvolvido no Brasil por Miguel Reale, e noutros países por autores como Goldschmidt e Jerome Hall; temos então uma teoria de valor envolvendo indagação filosófica, uma teoria do fato implicando planteamentos histórico-sociológicos, e uma teoria da norma lastreando o trabalho especificamente jurídico-dogmático, tudo voltado para o estudo de um fenômeno no fundo global, o direito. Outras vezes, aquela compreensão enseja apenas a condução, metodologicamente prudente, de um paralelismo entre estudos, convergentes embora, e temos então a sociologia jurídica, a história do direito, a filosofia, o direito comparado, como "ciências", "saberes" ou "matérias" que trabalham para o levantamento e a interpretação das realidades chamadas jurídicas.

Vê-se, assim, que se por um lado continua plenamente válida a denominação "ciência do direito", herdeira da consciência que via a unidade do fenômeno jurídico e a procedência ou substancialidade de seu estudo, é também válido perceber que semelhante estudo está pluralizado, está diversificado como um feixe coerente. A noção do jurídico é centro e denominador desse feixe, mas permite que o estudioso do direito procure cercar o seu objeto por vários lados, tentando surpreender por vários enfoques as suas manifestações.

* * *

Olhemos entretanto as circunstâncias da gênese da sociologia como ciência, e das suas transformações posteriores.

A passagem do século XVIII ao XIX — para tomarmos por marcos essas unidades bastante arbitrárias mas bastante expressivas que são os séculos — corresponde a uma série de mutações no tipo de mentalidade dominante no Ocidente, bem como de mutações nas perspectivas da vida social e na forma de sentir as instituições. Há uma série de movimentos, que vão da apologia da razão e da liberdade individual ao culto

da tradição. Os diversos impulsos, dados na época chamada iluminista, no sentido de refazer a sociedade com base nos direitos naturais e no contrato social concebido racionalmente, culminam na revolução francesa, contra cujos efeitos se levantam analistas conservadores; e contra o cunho francês daqueles impulsos, mais, contra o *esprit* derramado sobre o mapa europeu pelo arbítrio napoleônico, logo derrotado, se insurgem as primeiras ondas do romantismo. Aquêlê início do século XIX foi um pulular de nossas disciplinas científicas e de nossas modas intelectuais, animadas por um desejo ingente de refazer a visão do passado. Sentia-se que a chamada sociedade estava em dificuldades, tanto a sociedade no sentido do grupo das nações, quanto no da convivência concreta das pessoas em cada nação. Destarte, o socialismo romântico herdava em parte a linha teórica do liberalismo, mas negava a conclusão aonde êste tinha levado o problema social. E dentro do socialismo romântico estava Saint-Simon, nobre e visionário, de cujas intuições agudas e desarticuladas partiria Augusto Comte para fundar a sua nova ciência, da qual um dos propósitos era o de devolver ao mundo social europeu a estabilidade perdida.

A sociologia, nas mãos inegavelmente geniais de Comte, foi projetada e construída com uma megalomania arquitetônica que a fêz requerer uma redistribuição completa das ciências, e a fêz comportar em seu seio abraônico todos os conhecimentos cabentes, até então, a cada uma das diferentes ciências de coisas humanas. Dêsse modo, como se havia anteriormente abandonado a concepção teológica do mundo em aras de um racionalismo cartesiano e newtoniano leigo e crescentemente crítico, agora se gerava um padrão sociológico destinado a moldar uma nova compreensão geral das coisas. O que aliás parece estar acontecendo — aluda-se de passagem — com a economia, hoje quase transformada, pelos seus entusiastas (alguns portando o que já se chamou "zêlo de novo convertido"), em panacéia ao menos verbal para todos os problemas...

Mas estão, enquanto a sociologia, cultivada em autores como Spencer ou Comte, pretendia engolir tôdas as outras ciências sociais, pondo-as ou na estática ou na dinâmica, alguma delas resistiam. Resistia a política nas obras por exemplo de Bluntschli, que a punha em trilogia com o di-

reito público e a teoria do Estado; resistiam a história, continuando a cultivar-se por muitos independentemente, e a psicologia, que ao fim do século, por mão de Tarde, tentou por em cheque a sociologia mesma. E chagava a haver quem, como foi o caso nada tardio de Lorenz von Stein, pusesse em dúvida a própria pertinência ou a própria exequibilidade da sociologia como ciência.

Ocorreu por outro lado que o tamanho epistemológico da sociologia foi sendo acomodado em umas tantas derivações, que terminariam por fazer reconhecer, em sua estrutura, uma parte genérica e outra especializada. Isto porque os trabalhos que iam povoando bibliograficamente a sua existência se diferenciavam, e demarcavam áreas em que sua aplicação devia deter-se, e daí surgiram a sociologia da religião, a do crime, a da arte, a do direito, etc. Isso de certo modo significava uma redistribuição de tarefas dentro do sistema de interesses das várias ciências sociais, pois algumas dessas sociologias especiais se encontravam com ciências sociais autônomas: a sociologia criminal completava-se com a estatística e a biologia, a sociologia da religião se socorria da etnografia, a sociologia política se fundia em parte com a política *tout court*.

Quanto à sociologia do direito (eu prefiro sempre que possível esta à expressão "sociologia jurídica"), teve ela uma trajetória significativa.

Nas páginas solenes e austeras de Comte, a posição do direito era objeto, por assim dizer, de um tratamento negativo. Os juristas, via-os o filósofo de Montpellier como ligados intelectualmente à metafísica e vinculados profissionalmente a interesses egoísticos: na nova sociedade que projetou, eles seriam aproveitados noutra coisa que não isso que se chame o direito, coisa que a organização positiva e sociológica da humanidade faria superar e dispensar. À visão do sócio-maníaco, sucedeu-se, na geração de Durkheim, uma compreensão mais adequada: êste, considerando as formas da solidariedade, nas *Lições* e na *Divisão do Trabalho*, colocou-as em relação com duas formas fundamentais de direito, o repressivo e o cooperativo. A sociologia do direito de Durkheim ainda é, por um lado, forma de eticismo empírico, e por outro evolucionismo refinado; nela a captação do jurídico ainda é feita meio por fora da

experiência autenticamente jurídica; mas foi uma contribuição muito importante. Sua geração atentou para o assunto. O próprio Gabriel Tarde dedicou uma obra às "Transformações do Direito", outra às do poder, e em ambas verteu o seu esquema psicológico sobre os materiais fornecidos pela história jurídica e política. Em momento posterior, Max Weber, na enorme e articulada tapeçaria de temas que é o seu *Economia e Sociedade*, poria o problema do Direito, dando-lhe o mesmo tratamento profundo e cheio de sugestões que deu a outros problemas. Para êle, o fio condutor de uma indagação sociológico-jurídica era a idéia de que o direito, ou melhor, a ordem jurídica é um conjunto de "chances" de conduta, que correspondem, como categoria específica, a formas de ação que o sistematizador reconhece tipologicamente dentro do sistema social. Para a sociologia do Estado, deu Weber a sugestão decisiva das formas de poder ou dominação, definidas como tipos ideais dentro do fluxo histórico, mas servindo de modelos para análise de experiências as mais várias.

Importante e muito, pela mesma época, o movimento chamado "do direito livre", desencadeado como crítica ao formalismo jurídico prêso ao império da lei, e um de cujos manifestos, a *Luta pela Ciência do Direito* de Kantorowicz, surgiu em 1906. Dentro do movimento, o grande trabalho em termos sociológicos caberia a Ehrlich, que entendeu atiladamente algumas coisas essenciais, como por exemplo a relação da ordem jurídica, por um lado, com a "ordenação interna da vida social" e por outro com o sistema de conceitos utilizados para pensar aquela ordem. Para Ehrlich, os postulados da lógica jurídica são na verdade elaborações condicionadas historicamente pela necessidade de adaptar a técnica jurídica a certas formações políticas fundamentais. Sua crítica foi algo de definitivo no sentido que deu aos problemas, se bem que seu tratamento e suas conclusões possam ter sido insuficientes ou passíveis de revisão.

Nos publicistas alemães contemporâneos encontramos uma série de ecos desses interesses sociológicos: assim em Jellinek, Heller, Smend, Schindler. Enquanto isso, a linha francesa revela a tentativa de continuar a tradição nacional — como no positivismo meio equívoco de Duguit —, sem entretanto deixar,

como em Hauriou, de temperá-la com um bom fermento espiritualista. E por falar em linha francesa, esta nos leva a Gurvitch, o complexo sociólogo do direito de complexa formação multinacional, cuja teoria jurídica é um desdobramento de seu esquema das formas de sociabilidade de base fenomenológica. Para Gurvitch, a sociologia jurídica deve estudar o direito como realidade que se instala entre as expressões do espírito humano e que, em suas manifestações, implica a existência, na vida social, de uma série de sentidos internos, de camadas societárias e de símbolos. Forja o conceito, um tanto jellinekeano, de fatos normativos, distingue o direito espontâneo do organizado, e defende o pluralismo, opondo-o, em nome de um direito "social", ao estatismo. Na esquematização das classes de direito, das estruturas e dos sistemas, coisas que distingue cuidadosamente uma da outra, fazendo-as corresponder às formas de sociabilidade, aos tipos de grupos e às sociedades totais, perde-se ao meu ver num construcionismo exagerado e estéril. Já a sociologia de Henri Levy-Bruhl, com menores alicerces filosóficos, tem um cunho mais empírico e mais histórico.

Deve-se anotar ainda, ao aludir na carreira à sociologia jurídica em nossos tempos, à influência do marxismo, que, embora substituindo de certo modo a sociologia pelo chamado materialismo histórico, ensejou estudos representativos, como os de Vishinsky e Pashukanis, ou o famoso livro de Renner sobre o direito privado.

O mais, inacabável, não dá para ser visto aqui, e são nomes e nomes de autores alemães, espanhóis, ingleses, franceses, além dos norteamericanos de chamada jurisprudência sociológica.

Tudo, isso, naturalmente, repercute no Brasil, onde o lado teórico e bibliográfico dos temas vem sendo cultivado com afinco e com um lastro já respeitável, mas que, igualmente, não cabe ser analisado, nem mesmo reconstituído, nêsse breve estudo.

* * *

Tarefas da Sociologia Jurídica: como deduzir, do sentido desta trajetória, as tarefas que a teoria sociológica do direito deve tomar? Ela emergiu de dentro da especialização

temática dos estudos sociológicos, e foi instaurada como disciplina pela mão de sociólogos ilustres, que a puseram dentro de suas obras. Nem sempre, porém, êsses sociólogos eram também juristas, ou ao menos nem sempre tinham, do jurídico, a experiência em sentido próprio. Em alguns casos, o ponto de vista sociológico foi um viés, através do qual e sem maior ressalva, a realidade do direito era fixada e analisada. Assim o caso de Durkheim, mesmo o de Weber.

Outras vezes, juristas propriamente ditos, assumiram a ótica sociológica, como no caso de Ehrlich, e aí tivemos a colocação dos problemas feita com uma adequação maior.

De certo modo, o que a sociologia jurídica veio sendo, foi um modo "não-filosófico" de ver o Direito. Um modo de enquadrar o estudo dos "princípios" jurídicos, ou das regras jurídicas, sem o apêlo às noções metafísicas e com base, ao invés, em dados empírico-históricos, etnográficos, etc.; então situava-se ao lado de suas disciplinas que, igualmente, faziam olhar a vida dos códigos e das penas como "fatos": a história do direito e a etnografia jurídica. Aquêles modo empírico podia voltar-se ao direito como um todo, entendendo sob seu conceito, em certos casos, a organização social quase toda ao direito como apenas faixa ou setor dentro dessa organização. E vinha como atitude intelectual, dentro da mesma ordem de tendência que deu a "teoria geral do direito": esta, uma disciplina, ou um "gênero", que, um tanto como sucessora da "Enciclopédia jurídica", representava o ensaio de englobar os fundamentos do direito sem a tutela da filosofia, e sem a fé no direito natural.

Se mantivermos, no que tiver tido de realmente significativo, o sentido real dessa trajetória, de resto curta, poderemos concluir que a sociologia jurídica continua representando um modo de estudar o direito em vinculação com os fatos. Um modo de desdobrar, do que no conceito do direito se contém de referido ao social, uma exigência ao menos lateral de estudo. Mas ocorre que a colocação do problema hoje requer escrúpulos metódicos maiores, sobretudo desde que a teoria de Kelsen pretendeu demonstrar que não é "jurídico", embora se volte para o mundo jurídico, o estudo que não toma como objeto irreduzível o sistema formal de normas que, ao ver dêle, cons-

titue o direito. Parece-me que a dificuldade trazida pela exigência kelseniana não se resolve tentando recuar a questão até o estágio anterior a ela, ou seja: dizendo-se apenas que a ciência jurídica é ciência social. Será preciso demonstrar que seu *status* de ciência tem envolvido problemática material, e que as épocas como as nossas pedem estudo da relação viva entre o ordenamento e os outros dados da existência cultural.

Com isso, convém registrar mais algo: a sociologia do direito deve ser entendida hoje como algo mais do que o estudo das condições sociais "do" direito. Assim como a história do direito ficou sendo também história do pensamento jurídico, e a filosofia do direito, filosofia da ciência jurídica, a sociologia do direito deve ser, em igual medida, sociologia do saber jurídico. Certo que algo disso vinha em Ehrlich; mas há uma motivação epistemológica crescente, na consideração de que a atuação do direito, como força social, se vincula ao enraizamento social dos conceitos jurídicos.

Por outro lado, a sociologia do direito deve ser tanto, por um termo, "sociologia" quanto, pelo outro, "do direito": isso quer dizer que o seu acervo temático deve estar sendo preenchido por trabalhos de sociólogos e de juristas.

Retenha-se, então, que ela corresponde à necessidade de uma visão do direito como integrante da vida social real, o que significa vê-lo dentro de um sistema dinâmico de esquemas e situações, projetos, condutas, valores, conflitos, instituições. Certos termos que ocorrem na linguagem jurídica ou política, como "bem comum", "justiça social", etc., só adquirem clareza e se situam em relação a uma estrutura social, vigente num tempo e num espaço e alimentada por certas predominâncias mentais. Mas, advirta-se: toda vez que a preocupação sociologista impede a sociologia do direito de ver distintamente o jurídico como tal, a confusão aparece. Ela se constitui pela aplicação da compreensão sociológica à temática jurídica; não deve tentar assumir todos os problemas que aparecerem.

Durante algum tempo, foi moda — pela influência de Cruet e de Morin — entender a "insuficiência" do estudo formal do direito com base na idéia de um descompasso entre as leis e os fatos; e disso alguns tiraram, explícita ou implicitamente, a necessidade de uma sociologia. É porém preciso não reduzi-la a

isso. Ou melhor: a tarefa da sociologia jurídica não se limita a prender o jurídico aos fatos: entre outras coisas, ela deve mostrar que mesmo essa atitude, consistente em querer os fatos ou em denunciar o direito, tem raízes sociais.

Pouco valerá, portanto, a colocação dos problemas em termos de debate entre juridicismo e sociologismo, entre a concepção do social absorvendo tudo e a do direito como ordem irreduzível; isso equivalerá a manter um contracanto em línguas diferentes. Sociologismos e juridicismos são, muitas vezes, posições ligadas a circunstâncias sócio-culturais.

Vejamos enfim que ordem de temas, dos que perfazem o estudo dos fundamentos do direito, se beneficiam hoje da sociologia jurídica, ou particularmente comportam sua intervenção.

Desde logo o tema da relação entre direito e Estado, que se deriva dos respectivos conceitos e que é um tema de interesse histórico. Ambos os conceitos, tendo embora um aspecto formal-ordenamental, permitem igualmente um enfoque social, e com este por sua vez se liga um feixe inteiro de perspectivas, formadas pelas idéias de poder, instituição, ideologia, conduta, etc. Mas nem sempre os autores, que dão conta do lado social do Estado, vinculam este estudo ao direito, nem vice-versa. Na verdade, a relação do Estado com o direito varia consoante os sistemas políticos e jurídicos, e essa variação se dá no plano histórico-social.

Outro tema, o das chamadas "fontes" do direito, que há muitas gerações se formula e se expõe com os mesmos equívocos e imprecisões. Chamam-se sempre de fontes às formas de expressão do direito; e só uns poucos autores têm reclamado contra isso, e têm pedido que só as chamadas materiais sejam consideradas fontes propriamente. Estas, porém, caracterizadas como consistindo nas necessidades que ensejam o aparecimento das normas, pedem um reconhecimento que não pode ser tarefa do jurista puramente dogmático. Além disso, a função de certas formas de expressão, como a lei ou o costume — este, como todo mundo sabe, em declínio —, requer análise do sociólogo, que deve estudar o caso em relação a certos dados: por exemplo, o apreço pela lei pode variar em função da profissão, da classe social, da formação urbana ou rural, do tipo regional de mentalidade, etc.

Também o conceito de sistema jurídico, necessário ao comparatista e imprescindível para estudos internacionais, tem de ser compreendido, em suas bases, em vinculação com fundamentos históricos-sociais. Em concorrência com isso está o problema da integração dos direitos nacionais numa ordem maior, aspiração difusa hoje, e o da presença, dentro dos ordenamentos nacionais, de direitos regionais (como os comportam certos países), ou ao menos de variantes regionais. Ainda em relação com os sistemas, situa-se o fenômeno das crises. A palavra crise tem andado em moda, e muito se diz da crise do direito. O que parece haver, porém, é crise dêesses ou daquêles sistemas, de tais ou quais instituições, e o sociólogo poderá opinar a respeito. Um sistema entra em crise, quando se infirmam suas relações com os elementos do sistema mais geral em que se situa, o sistema sociocultural, nacional ou multinacional: essas relações podem adoecer pelo lado econômico ou pelo ideológico e cultural, mas o fato é que tôda crise implica latência de tendências jurídicas novas, que pedem oportunidade de concretizar-se. Porisso, é também tarefa do sociólogo do direito pesquisar o que sente o povo a respeito das instituições sob as quais vive, e reage a elas, mesmo porque, quanto mais as formas de governo se declaram sincronizadas com a vontade popular, mais a ciência social se arma de técnicas de detecção das manifestações de tal vontade. Elas são também, as ciências sociais, fruto de uma era em que se atribui à realidade social a condição de bêrço e continente de valores humanos.

A ciência do direito não é mais, hoje, recitação de fórmulas solenes, nem especulação evolucionista. Ela compreende o seu objeto, o direito, como algo complexo, em cuja caracterização entra também, depois da influência da egologia, a idéia de conduta. Essa complexidade pede que se diversifiquem as áreas de estudo, tôdas devendo estar, embora, referidas, à preocupação central de ter em vista os valores jurídicos maiores. Assim, poderei talvez concluir dizendo que ao sociólogo, considerado por tais valores e voltado para o estudo concreto da sociedade e dos grupos, caberá a tarefa de ajudar a captar, dentro da convivência humana, o sentimento do justo e do certo.

DRAMATURGIA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

JOEL PONTES

Para estabelecer a faixa de tempo necessária a esta informação sôbre a dramaturgia brasileira, temos que buscar no passado recente o marco inicial das tendências que hoje se desvolvem. Não partiremos de uma peça ou de um autor e sim de peças, autores e acontecimentos que formam um conjunto bastante definido e diferente de outro, anterior. Embora os críticos tenham preferido sempre o primeiro critério, agora nos interessará mais o segundo porque também no ensaio — e não sômente na ficção — deve transparecer a marca da contemporaneidade e esta é acentuadamente coletivista. É claro que alguns autores exigem, por sua obra, o destaque individual, e também é certo que se chegou a pensar de alguns que iniciavam uma fase nova na dramaturgia, quando de suas estréias. Essas esperanças foram desmentidas pelo tempo, a ponto de hoje nenhum escritor poder ser apontado como chefe de escola ou coisa semelhante. O que houve nos últimos anos foi exatamente o contrário: cada um prosseguiu ou modificou seu roteiro estético abdicando voluntariamente a possível liderança em benefício da colaboração. Nada se publica sem prévias leituras e comentários de críticos e técnicos de teatro, nada se encena isento de modificações determinadas pelo objetivo supremo, que é o êxito do espetáculo. Assim, diluiu-se em aprendizagem aquêle que seria o mestre e o exemplo generalizou-se, com uma impressionante concordância entre os escritores e os demais artífices do ato teatral.

Daí não se poder separar de todo o livro do palco, mesmo quando parcializamos a visão do teatro e nos interessamos sobretudo pelo texto literário, como neste momento. O autor deixou de ser o tipo que roía as unhas na noite da *première* quando (só então!) conhecia verdadeiramente o que escrevera, para misturar-se à humanidade do palco, desde o primeiro ensaio, alterando a escrita conforme as sugestões de atores, diretores, até de operários da caixa, sempre com o resultado plástico em mira. Não é uma atitude que nos chegue a servir como baliza, mesmo porque há exemplos bastante antigos de escritores que agiam assim e que de nenhum modo respondem a outros aspectos da contemporaneidade. Mas deve ser salientada antes de passarmos para o campo da literatura através de Nelson Rodrigues e seu drama *Vestido de Noiva*.

Com efeito, a crítica foi unânime em salientar a feliz conexão entre o texto, completamente original dentro da dramaturgia brasileira, e a direção de Ziembinsky, artista polonês a esse tempo (1943) ainda não aculturado em seu novo país. A realidade texto-espetáculo foi tão sólida que nem os críticos literários nem os de teatro se sentiram tentados à violência de um desmembramento. Hoje sim, porque o impacto perdeu a ressonância, nada nos impede de considerar o drama isoladamente. Essa consideração reafirma o valor literário da obra, mantém "visíveis" suas possibilidades cênicas, mas, por outro lado, vem a excluí-la como ponto de partida para as tendências mais características da atualidade. A produção posterior de Nelson Rodrigues, aliás, não seguiu a mesma orientação da célebre peça: foi, pouco a pouco, dirigida por outras preferências estéticas, alcançando o que hoje é — algo tão distinto como os próprios tempos em que as peças foram escritas. Na ocasião de *Vestido de Noiva* ele foi a voz de vanguarda a estrondar solitária à frente de uma cortina de esperança. Por enfatizado que pareça, assim foi. Pensava-se que daquela experiência expressionista brotaria um movimento capaz de empolgar e modernizar o teatro brasileiro. Isto aconteceu, mas em parte apenas: não no setor da dramaturgia e sim no da interpretação, tomando-se o termo aqui no seu sentido mais geral. As condições técnicas do espetáculo melhoraram de imediato. Bons atores, técnicos e diretores foram surgindo quase do dia

para a noite e para eles convergiram as atenções. Como não apareciam dramaturgos, passou-se a aguardar que as encenações cuidadosas de autores estrangeiros aguçassem nos nacionais o desejo de também se verem representados. Iniciou-se então a "idade de diretor" na história do nosso teatro.

O grupo carioca "Os Comediantes", responsável por *Vestido de Noiva*, teve, no entanto, que partir para Montherlant, O'Neill, desceu até Roblès e seguiu acumulando sucessos e experiências. Logo, São Paulo respondia ao Rio com o seu "Teatro Brasileiro de Comédia", ainda hoje gloriosamente reinante. Entre ambos se foi acentuando a disposição, todavia existente em numerosos conjuntos brasileiros, de aburguesamento na escolha do repertório e, simultaneamente, no *decor* e na atuação verista. A inquietação deixada por *Vestido de Noiva* chegou ao risco de extinguir-se pela grandiosidade das montagens que emolduravam as últimas novidades de New York e Paris, traduzidas às pressas e aclamadas sobretudo pelas ondas do turismo interno, em São Paulo e Rio. O autor nacional passou a ser incômodo para companhias profissionais da categoria das citadas e até para produtores mais modestos, restando-lhe apenas os palcos estudantis das campanhas de Paschoal Carlos Magno pelo Brasil inteiro, de Hermilo Borba Filho em Pernambuco e Alfredo Mesquita em São Paulo. É certo que alguns produtores, premiados entre os pesados direitos autorais estrangeiros e a insistência dos comediógrafos nacionais plantados em seus escritórios de texto à mão, às vezes sucumbiam. Mas o êxito de Nelson Rodrigues não se repetiu, nem mesmo nos dramas imediatos a *Vestido de Noiva*, e o medo de um investimento errado deu no conservadorismo inópio de se aceitarem comédias de costumes escritas à maneira da década de 30, encenadas sem apuro, escritas ou re-escritas para determinado ator, viciado no luzir solitário tendo, como satélite meia dúzia de bonecos. A colaboração literatura-espetáculo passou a ser, numa espécie inesperada de retrocesso, uma capitulação da literatura a... a que, se não a vaidades doentias e anacrônicas? Ou meros interessados comerciais?

Colocada, então, a descontinuidade em relação ao que poderia ter sido a "linha" *Vestido de Noiva*, e vista a situação da dramaturgia nativa, tomemos outro ponto de enfoque para sur-

preender, já não a obra marco zero da contemporaneidade, e sim o espírito comum que une os autores dos nossos dias. Vimos partir do hoje em direção ao ontem, numa tentativa de rasgar e identificar características jacentes.

De início, não há como fugir de uma constatação dura: a de que ainda lutamos para impor o autor nacional. Não obstante o sucesso literário e comercial de vários deles, não obstante prêmios nacionais vultosos criados nesta década, a percentagem de estrangeiros em cartaz nas grandes companhias ainda é bastante mais elevada do que seria desejável. Conspiram para isto o pavor da censura policial, o receio de desastres econômicos, a certeza dos produtores de contarem com o público mais rico se lançam peças já popularizadas pelo cinema, a publicidade internacional que cerca determinados nomes e acontecimentos, etc. São concorrências que têm levado os investigadores a uma posição que detestam ver desmascarada mas que deve sê-lo em todas as oportunidades possíveis. Tomando-se como exemplo Oscar Ornstein — refugiado de guerra que chegou ao Brasil como fotógrafo ambulante e hoje é o mais rico dos homens de teatro — o que se vê é a manipulação de um negócio, com inteira indiferença aos interesses culturais brasileiros. O povo, que luta pelo pão, não pode ver o circo magnífico dos Ornstein, e portanto não lhes deve nada; os escritores, no máximo, podem agradecer o pagamento das traduções; os atores recebem salários altos e se atrofiam, enquanto as camadas ricas da sociedade se deliciam com *My Fair Lady*, *Mary-Mary*, *Boeing-Boeing* e coisas semelhantes. Por uma excessão surpreendente, a produção atual de Ornstein é *Os Físicos* de Durrenmatt — mas isso nada nos garante, em face do passado. Permanece a luta da dramaturgia nacional contra adversários poderosos que conduzem nossas platéias à acomodação social, ao alheamento dos problemas do homem moderno, ao gozo de ilusões sonoras e coloridas em lugar de verdades que entrem pelos olhos e ouvidos e se transformem em matéria de conhecimento. Esta luta, que é uma das características do teatro atual, atinge a dramaturgia e começa a transformá-la pela utilização que os mais novos autores estão fazendo de alguns elementos daquele comércio diversional. Vejamos a música, ou seja, a Bossa-Nova a serviço do teatro.

Um olhar para o repertório de 1965 nas duas maiores cidades do Brasil nos destaca, entre os grandes êxitos, o texto de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri *Arena Conta Zumbi*. Devo explicar aos estudantes de Wisconsin que *Arena* atualmente é a sigla do partido político do governo. Antes, era só o nome limpo do Teatro de Arena de São Paulo. Zumbi — quero apenas lembrar — é aquele escravo que fugiu do engenho onde vivia e foi chefiar uma cidade de rebeldes como ele, até que o exército português o atacou, destruiu roças e palhoças e o transformou num herói popular pois — talvez lenda, mas não importa — Zumbi suicidou-se atirando-se de uma montanha. Certo é que não se rendeu e defendeu a liberdade até o fim.

Os autores conseguiram uma interfusão dos fatos antigos e certos aspectos da atualidade, menos atentos aos aspectos lendários ou históricos do que à exegese da rebelião dos escravos. Aliás, outra não vinha sendo a temática de Boal, desde *Revolução na América do Sul* ou de Guarnieri desde *Êles não usam black-tie*, *Gimba* e *A Semente*: defesa da liberdade, denúncia de injustiças sociais, elevação do homem do povo a protagonista e até a herói, senso de subordinação dos destinos individuais coletivos, visão inteiramente voltada para o tempo presente — tudo em obediência estética a um dos poucos teóricos estrangeiros ainda cultuados no Brasil: Bertholt Brecht.

Em *Arena Conta Zumbi* os recursos folclóricos foram usados abundantemente, com especial repercussão sobre a ala da Bossa-Nova, constituída por compositores, instrumentistas e cantores, que tenta conter a influência do jazz ao revalorizar melodias tradicionais e tratá-las em formas harmônicas mais familiares à sensibilidade brasileira. Prestigiaram-se mutuamente o teatro e a música, e se entenderam nos mesmos objetivos nacionalistas e (tanto quanto a censura o permitiu) de oposição ao governo. Assim, o espetáculo foi uma continuação coerente de obras anteriores assinadas por cada um dos autores isoladamente, Boal mais ortodoxo nos esquemas brechtianos e Guarnieri mais lírico e — por que não dizê-lo? — mais brasileiros em seus arroubos sentimentais.

Desde que esses autores se juntaram para dirigir o "Teatro de Arena" acentuou-se o caráter experimental do grupo: temos nisto mais uma das características da dramaturgia contemporânea.

nea no Brasil. O "Arena" fôra fundado por José Renato e outros recém-diplomados da Escola de Arte Dramática de São Paulo, desejosos de tentar o profissionalismo em termos dignos da formação cultural que haviam recebido. Embora não pretendam demorar-me nas experiências cênicas — que se prolongam até hoje e se estenderam desde a maneira de pronunciar até formas abstratas de cenografia através de volumes e luz — devo mencioná-las, ao menos como conquista de um espírito de estudo que englobou todos os elementos do teatro, inclusive a literatura.

O experimental neste particular começou com uma das primeiras peças, intitulada *Mutirão*, assinada por nada menos de cinco jovens escritores. O resultado foi positivamente mau, enquanto conhecido, apenas, o texto. O espetáculo, porém, revelava palavras-pretexto, meros suportes para a movimentação, a linha, a côr. Predominava o aspecto visual, com reproduções de cenas do trabalho no campo, e as falas passavam a ser nada mais do que um roteiro, talvez a ponto de ser aprovado por um prevenido contra a literatura, como Gordon Craig... Não o aprovou a ideologia dos escritores de São Paulo — pelo menos não o aprovou depois de realizada a experiência. Nos lançamentos seguintes, o grupo deixou que a palavra recuperasse o seu prestígio, enquanto Brecht ia sendo instalado e adaptado para servir às platéias do Brasil, transformando-se as suas teorias numa espécie de evangelho dos dramaturgos socialistas. Vislumbrou-se a possibilidade de explorar a desmistificação em condições brasileiras, de interligação do teatro político e das formas populares dos autos dramáticos. Descobriu-se que as fontes de Brecht tinham certa semelhança com o primitivismo de espetáculos brasileiros, ou mediterrâneo-brasileiros, assinalados nas zonas agrícolas desde fins do século XVII.

Não somente o Teatro de Arena, mas os amadores da União Nacional dos Estudantes, no Rio, e das Uniões Estaduais, nas províncias, passaram a escrever e a representar à maneira de Brecht ou melhor — como interpretavam as idéias de Brecht, caindo os estudantes, desde logo, na propaganda política dialogada e no sócio-drama. Mesmo assim, chegou-se a falar num "sôpro renovador" que estaria revitalizando o teatro nacional. Por mais lugar-comum que seja a expressão, isto mesmo todos

havam dito no aparecimento de *Vestido de Noiva* e se repetiu recentemente com *Arena Conta Zumbi*.

É que desde sempre (e ainda hoje) se está esperando algo nôvo na dramaturgia brasileira. Não é uma atitude que possamos chamar de sebastianista porque os críticos do século passado, como Alencar, Machado de Assis e Artur Azevedo, embora autores de peças, negavam a existência de um teatro brasileiro; enquanto os atuais, impossibilitados de resmungar a mesma coisa, devido à evidência dos fatos, gastam seu entusiasmo, a cada aparecimento de peça mais importante, acreditando que ali esteja o ponto de partida para um estilo brasileiro de dramaturgia. Ninguém pensa numa nova Grécia nem em séculos de ouro, mas existe a nostalgia da falta de um passado. Houve momentos, no século XIX, em que o romance teve certa direção comum; uma atenção especial para a vida carioca, não obstante as diferenças entre uns e outros romancistas. Depois, isto mesmo se repetiu no século XX com o chamado "romance do nordeste". Na poesia, inegáveis afinidades juntam os setecentistas num "grupo mineiro"; e os românticos, seja pelos assuntos, seja pelo hugoismo, byronismo ou circunstâncias biográficas levadas para a poesia através de processos comuns. O teatro, sem grupos de autores no passado, ainda por cima sofreu a circunstância de ter sido escrito por romancista (é assim que Alencar ou Machado figuram nas histórias literárias) ou poetas (Gonçalves Dias) surgindo, quase apenas, Martins Pena e Artur Azevedo, que não foram sequer contemporâneos, como puros, ou sobretudo, comediógrafos.

A nostalgia dessa falta de passado apressa a crítica e os autores a recuperarem o tempo perdido. Daí essa ansiedade em descobrir "sôpro renovador", isto é: algo brasileiro, capaz de formar corrente e dar alguma unidade à literatura dramática. O crítico da revista "Leitura", Yan Michalski, usou recentemente a expressão, ao falar de *Arena Conta Zumbi*, e deu algumas indicações de como a compreende: "uma fórmula nova, que tem algo de peça histórica, algo de comédia musical, algo de opereta, algo de teatro de revista, algo de teatro épico, algo de *show* político-circunstancial; mas, em última análise, o espetáculo não pertence a nenhum gênero *catalogável*". Depois de se referir com elogios à música de Edu Lobo, um dos líderes da

Bossa-Nova, precipita seu desencanto por mais um — aquele — “sópro renovador”. O que os críticos de *Vestido de Noiva* só puderam compreender depois de alguns anos — isto é, que nenhum movimento surgira na dramaturgia, apenas uma peça — ocorre, no caso presente, dentro do mesmo artigo. A fórmula nova não chega a se realizar como arte: “o espectador fica de tal modo *embalado* pela beleza da música e pela comunicabilidade da interpretação que acaba se distraindo do texto e sai do teatro sem ter corretamente assimilado a história da luta dos negros de Palmares pela liberdade, que os autores Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri procuraram lhe contar. É evidente que a constatação dêsse efeito implica em reconhecer a fragilidade geral do texto que não é, no entanto, isento de momentos de autêntica poesia, misturados, infelizmente, com trechos de indisfarçável mau gosto”. (“Leitura”, n.º 98-99, 1965).

Diante disso, pode-se indagar: não é tempo de a crítica voltar-se para o repertório existente e constatar que na diversidade dos propósitos estéticos e filosóficos, tanto quanto na unidade que não se chegou a realizar, uma indicação de pujança? Não é semelhante o panorama contemporâneo em países portadores do mais ilustre passado teatral? Ao invés disso, parte da crítica e das organizações profissionais tem constrangido a dramaturgia a se tornar popular e nacionalista com uma rapidez que não combina com o desigual desenvolvimento do próprio povo, resultando um requintado (esteticamente e nas intenções estéticas) teatro socialista e uma requintada Bossa-Nova que fala em problemas de pauperismo e orquestra sob a opulenta orientação de Bach. Esta marca da contemporaneidade não deve ser confundida com desorientação e sim com diversidade de meios com que o país procura atualizar-se no mundo e se desenvolver. A dramaturgia está dentro dêsse complexo de coisas, não sendo demasiado dizer-se que ideologicamente está mais próxima da realidade do que outros setores de produção artística, inclusive a poesia. Sobretudo, nota-se que tenta e experimenta, erra, e se atreve muito mais.

Na mesma linha do elenco anterior, e também se exibindo no Rio e São Paulo, com ocasionais saídas para outras cidades, está o “Grupo Opinião”, do Rio. Por sinal, entre os seus dirigentes notam-se alguns nomes que haviam surgido no “Arena”.

Seu *début*, em dezembro de 1964, foi a peça *Opinião*, de Armando Costa, Oduvaldo Vianna Filho e Paulo Pontes — e Deus é quem sabe quantos colaboradores mais — e nele, como era de se esperar, padeceu a literatura e ganharam as artes cênicas. Em seguida, veio *Liberdade, Liberdade*, uma antologia de textos cerzidos pelo encenador Flávio Rangel e pelo comediógrafo Milôr Fernandes, com canções guerreiras, como “A Marselheza”, e sambas da mais fina Bossa. A censura teve o bom-senso de não proibir palavras de Platão, Sófocles, Shakespeare, Bauman-chais, Brecht, Churchill e outros parceiros — e, desta maneira, foi êsse espetáculo, esquematizado como no antigo estilo de luzimento, de um primeiro ator (Paulo Autran), o mais revolucionário do teatro brasileiro de 1965, porque os demais, cortados e vigiados, não tiveram a menor possibilidade de incentivar atitudes violentas contra o governo.

Embora não se possa prever como os escritores do “Grupo Opinião” darão seguimento à luta contra a atual organização política do Brasil, sua capacidade de resistência já está documentada e seu objetivo estabelecido, como se pode ver no programa de apresentação de *Liberdade, Liberdade*: “Intruir o nível da sensibilidade social potencial e elevar-se até êle, para nós do “Grupo Opinião” é a condição primeira de uma arte nacional e, por isso, universal. Arte essa que é: um ato de cultura porque ajuda a formar o espírito social objetivo, voltada que está para a sensibilidade e a consciência sociais; um ato político porque nessa arte a percepção dos estágios do espírito social objetivo, suas necessidades e possibilidades, é dada pelo particular movimento histórico nacional que o artista vive; é um ato nacional porque além de forçar sempre novos estágios no espírito social objetivo, procura conservar nele os valores, os sentimentos que configuram sua característica nacional, que traduzem profundamente a prática do povo brasileiro”.

Aí está: preocupação política como base, preferência por assuntos brasileiros, possíveis variações tendo em vista o momento histórico, ampla abertura para um teatro de circunstância cuja duração os próprios acontecimentos políticos deverão determinar. Será tudo isto nôvo na literatura dramática brasileira? Nem tudo, mas o fundamento político sim — e, em decorrência, a racionalização dos processos de convencimento,

que subordinam o lado estético do texto e quase sempre o prejudicam. Mais nôvo do que tudo, nesse fundamento, é a maleabilidade que agora se sugere, depois de tanta rigidez insatisfatoriamente produtiva. Racionaliza-se o teatro político: não se trata mais de pregação maciça nem da atitude novecentista de crítica superficial e bem humorada, ainda vigorante na comédia e na revista. Exige-se uma agressividade mais inteligente, em padrões estéticos também (até que enfim!) para que não se repitam fatos conhecidos do tempo em que Getúlio Vargas ainda era ditador. Sabe-se que ele frequentava os musicais, chamados "revistas" no Brasil, e ria gostosamente quando um ator o imitava, ainda que dissesse verdades incômodas. Com isso, o ditador exibiu uma falsa tolerância, pois a crítica partia de pressupostos burgueses e capitalistas não atingindo, de modo nenhum no íntimo, a forma de governo vigente.

Mudado o enfoque da crítica, do ponto de vista filosófico, mudada também, portanto, a tática política pela ênfase na luta de classes — então as próprias bases da sociedade terão que ser atingidas. Ainda não o foram, e tanto isto é verdade que o público dêesses elencos citados é, na esmagadora maioria, constituído pela burguesia rica e média; também é sintomático o fato de, mesmo sob pressão, continuar a funcionar, enquanto violências obscurantistas especiais são reservadas para a Universidade de Brasília, escritores, professores e estudantes. Acontece que essa pequena parcela do público entende os dramaturgos socialistas; acima de tudo entende suas intenções ainda não alcançadas; compreende e aprova a variedade nas experiências que estão sendo feitas; concorda em se sacrificar a estética agora, desde que não se perca o sentido dêesse sacrifício e a noção de sua transitoriedade.

Por sua vez, os dramaturgos da esquerda percebem que a seca aplicação de Brecht já se revelou deficiente, pela falta de repercussão na psicologia do nosso povo. O *Short Organum* continua sendo uma *lex magna* em seus princípios gerais, mas vem sendo adaptado no aproveitamento das tradições brasileiras. Ocorre, porém, que algumas destas chocam-se com os objetivos revolucionários. Quatro séculos de regime patriarcal e latifundiário, por exemplo, imprimiram sua marca no mais sugestivo dos autos populares brasileiros, o humba-meu-boi, que

se baseia na justiça distribuída à maneira feudal por um "capitão" e aprova seus métodos — segundo nos dá a entender o pitoresco das situações e a simpatia que cerca o senso comum de que estão impregnadas as sentenças. Um dos artifícios para aproveitamento do assunto e engajamento do auto seria levantar-se o problema da legitimidade dêesse poder de justiça — mas isto não poderia ser conseguido sem a quebra completa da primária mas verdadeira esquematização psicológica dos personagens. E temos aí um problema típico do teatro socialista no Brasil: o folclore tem sido aproveitado apenas para a romantização das reivindicações. Isto não é difícil de fazer-se, porque o povo sempre transbordou para a poesia os seus problemas, sem a percepção de causas e soluções, e nessas condições o aproveitamento do folclore pelos escritores cultos, desde que aceite o estado de coisas pré-capitalista, continuará as tônicas da zombaria amarga, da lamentação e até da revolta individual — sendo que nada disso é bastante agora. Os grandes centros econômicos do país têm problemas com o desenvolvimento irregular da consciência de classe, importando notar aqui que essa consciência existe; no norte e oeste prolonga-se a escravidão sob variadas formas e disfarces; e resta o nordeste como um setor intermediário, caótico, onde o governo e organizações estrangeiras agem para o conseguimento de metas acomodatórias, do tipo capitalista. Num tal caleidoscópio, só o folclore, só o passado pode fornecer protótipos brasileiros: de personagem, de situações. E só um autor muito hábil conseguirá engajar o protótipo e conquistar o grosso público, tão diverso de região para região. A experiência tem mostrado que peças regionais (da vida nordestina, mineira, gaúcha, rural, enfim; ou rural-urbana) repercutem sobre cada público de modos bem distintos. Mesmo a considerar-se apenas uma região mais desenvolvida, como São Paulo, é fora de dúvida que o entusiasmo dos estudantes pelo teatro socialista, o *fair play* da burguesia e o relativo interesse do proletariado, em função de um mesmo texto, são dados desalentadores.

Ao que parece, o teatro social está cedendo agora ao mais exatamente político. Os dramaturgos partem dos problemas gerais de liberdade, mas localizam e atualizam a ação dramática aludindo a eleições diretas, anistia, direito de greve e es-

tabilidade no trabalho, conquistas antigas do povo recentemente suprimidas. Processa-se, pois, uma mudança que em teatro é essencial, porque implica na procura de um público, ou seja, na transformação dos muitos públicos em um. A técnica de desmistificação deverá ser mantida, e isto é bom, a se considerar tanto os propósitos políticos como a tradição popular de autos, brechtianos *avant la lettre*. Mas a linguagem terá que atingir um nível oral, funcionalmente cênico, familiar a todos os ouvidos brasileiros. Neste ponto, algo como a língua padrão que os linguistas tentam descobrir. Mas sem perder a riqueza e a poesia (perturbadoras para os linguistas) nem as características populares (ausentes dos métodos, que se baseiam na fala da média burguesia) imprescindíveis na representação artística da vida. Faz muito tempo que o "Teatro de Arena" de São Paulo preocupa-se em descobrir esta linguagem, problema agora mais aflitivo do que nunca. E as Escolas de Arte Dramática, por suas ligações com as Universidades, já começam a interessar, dentro dos limites necessários, os departamentos de linguística nas mesmas preocupações.

Com isto, chega-se à ocasião de dizer que uma das marcas da contemporaneidade na dramaturgia brasileira é a colaboração cada vez mais estreita das Universidades. Seja incorporando cursos particulares de alta categoria, como acaba de acontecer em São Paulo, seja criando aulas experimentais que em pouco tempo se transformam em curso oficial, como no Recife, em Salvador, Belém, Porto Alegre e Fortaleza. Muito embora a maioria dos alunos procure as disciplinas de formação do ator, já se esabeleceu, em convenção nacional dos cursos, um programa para a formação de escritores e críticos, que em algumas Universidades começa a funcionar.

As pesquisas de linguagem são parte mínima da ajuda universitária à dramaturgia e apenas se iniciam. Mas importantes, com certeza, são duas circunstâncias assinaladas em seguida. Primeira: a manutenção de grupos teatrais estudantis que, a salvo de preocupações econômicas, e preparados pelos professores, têm promovido o aparecimento de novos autores. Segunda: o fato de alguns dos mais destacados dramaturgos (e teóricos, críticos, diretores) terem sido contratados para lecionar. Neste caso, refiro-me, por exemplo, a Jorge Andrade

e Ariano Suassuna, este no Recife e aquele em São Paulo, em cuja Escola de Arte Dramática estudou antes de tornar-se docente. Ao destacá-los, não estou atendendo ao fato de estarem prestigiados pelos organismos universitários, porque outros escritores, também exponenciais, se encontram à margem. Eles valem pela obra e talvez não valessem menos se ainda não pertencessem aos quadros oficiais, tanto que, ao se tornarem professores, já tinham seus nomes entre os melhores representantes de duas das principais direções do drama brasileiro na atualidade.

Com Andrade, Suassuna, Rodrigues e Dias Gomes vamos nos afastar desse tipo de escritor até agora considerado, que é simultaneamente ator, diretor e compositor e que escreve para um determinado elenco — aquele que o representa com integral compreensão de suas intenções. Escritores como os do "Arena" e "Opinião" são produtos da última década e representarão historicamente o nosso tempo mas, pelas obras até agora publicadas, não deverão permanecer, como valores artísticos, com a mesma importância dos "isolados". Trataremos agora, portanto, de um reduzido número de personalidades que têm orientações nítidas e independentes entre si. Ao redor de cada uma poder-se-ia citar outros nomes, tendo-se em vista certas afinidades. Mas correríamos o risco de etiquetar com leviandade as tendências e de perdemos de vista detalhes de separação muito importantes.

Em Jorge Andrade, os planos do passado e do presente se interpenetram, e esclarecem o sentido dos acontecimentos, depois de filtrados pela memória e meticulosamente trabalhados pela cultura do autor. Os modelos estrangeiros não estão ausentes dessa elaboração, e já foram assinalados repetidas vezes pelos críticos mais lúcidos de suas peças, como Décio de Almeida Prado. Isso não tira o caráter brasileiro e contemporâneo dessa obra, desde o início acorrentada ao momento mais dramático da história econômica de São Paulo: o empobrecimento da aristocracia agrária. Melhor dizendo: a substituição, em circunstâncias humanamente dolorosas, de um tipo de aristocracia por outro. Despenha-se na torrente do tempo todo um mundo — que, embora possa nos parecer obsoleto e condenado, não se conformou com a ruína e resistiu até o último

de Numância. Sem estarmos solidários, sentimos a revolta do homem contra a fatalidade, ou da classe contra a fatalidade. Andrade nos transfere para um clima de grandeza em si. As suas e nossas convicções não nos impedem de ver o inimigo como o viu Ulisses no suicídio de Ajax. A decadência e a morte reafirmam a vitória de novas condições de vida, sem rebaixar o vencedor, tocado pela piedade.

Se o tratamento estético de Jorge Andrade deixa de lado as sugestões do folclore nacional para se organizar em bases do domínio comum universal, sobra-lhe uma linguagem, sobra-lhe a observação dos costumes, sobra-lhe um sentimento particular da vida — tão fortes que tôdas as semelhanças entre êle e qualquer outro escritor em nada chega a diminuir sua personalidade artística. Das influências e originalidades resulta uma voz pessoal e firme, nada compactuante com a arrogância da classe decaída, é preciso dizer-se, mas decerto compreensiva em relação aos dramas individuais esquecidos pelas páginas solenes da História. Só a poesia pode agasalhar êsses orgulhosos tomados, e só o sonho ou a memória dão alento àquêles esfarrapados de damasco que são os seus decaídos. O autor lastreou sua prosa com sentimentos poéticos e concedeu aos personagens a defesa da auto-ilusão: recordar o passado, para os empobrecidos de *A Escada*, e sonhar o futuro edênico para os párias de *Vereda da Salvação*. Mas o presente, necessariamente, se impõe a todos, com a vitalidade do país nôvo de poucas cinzas a cultivar. Aí está o miradouro do autor e o fogo de temperar a sociedade futura. A chama não é justa nem injusta — está acima dessas discriminações. Lambendo e calcinando, aquece alegre em *Os Ossos do Barão*, messiânica, esperançosa ou cruel noutras partes; mas tem o destino de transformar o Brasil para melhor. Dizer-se que o autor de *A Moratória* mostra o país na passagem da era agrária para a industrial, ou que acompanha a proletarização da burguesia (e até da aristocracia) ainda é pouco. Nos contrastes entre as gerações êle surpreende os sinais de uma era consciente, ainda impulsionada por forças desconexas. Sinais possíveis de serem traduzidos na mais larga pauta do drama: da tragédia moderna, até a comédia e mesmo a opereta bufa, cujos elementos estão agora mesmo se acumulando na vida real.

Também atento ao presente, por mais que sua preocupação obsessiva seja a Eternidade, e prêso à parcela do mundo que é o Nordeste do Brasil embora seja Deus o seu espaço — o outro autor relacionado com a Universidade é Ariano Suassuna. Como Andrade, começou a ser conhecido entre os anos de 1950 e 1955, tendo sido neste último estreada sua obra máxima, o *Auto da Compadecida*. Mesmo antes de escrever qualquer peça e antes da conversão ao catolicismo romano, que foi o Acontecimento por excelência de sua vida, estivera ligado ao Teatro do Estudante de Pernambuco, organização amadorista cuja preocupação de levantar a dramática brasileira até o nível do romance e da poesia pode ser facilmente documentada em tôda a imprensa da época. Essa preocupação persiste ainda, como vimos, porém aqui se deve salientar que os estudantes de Pernambuco a enfatizaram no momento mais heróico (1946) quando não se podia vislumbrar a realidade atual de poetas, como João Cabral de Melo Neto, alcançando o melhor dos êxitos no Brasil e na França com *Morte e Vida Severina*; de Joaquim Cardoso escrevendo *O Coronel Macambira*; Vinicius de Moraes o *Orfeu da Conceição*; Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade traduzindo para versos brasileiros, o primeiro a Schiller, Juana Inés de la Cruz, Shakespeare, Zorrilla, Brecht, etc. — e o segundo a García Lorca, também traduzido por Cecília Meireles, como Tagore e Anouilh.

Feita a necessária referência, e fechado o parêntese, volte-mos a esta outra das linhas contemporâneas: a que continua a tradição da comédia de costumes regionais, a única que, mesmo nos mais pobres momentos da literatura teatral brasileira, deixou sua marca honesta de veracidade psicológica. Disto se aperceberam muitos escritores. O mais superficial estudo revela a grande aceitação popular dêsse tipo de teatro e, portanto, sua oportunidade numa ocasião — como a do governo João Goulart — em que havia uma geral ansiedade pela reforma agrária. O sentido político e reivindicatório daquele momento encaminhou os comediógrafos mais jovens para o planfeto e o discurso, sob a forma exterior de comédia. Esta atitude, no fundo ingênua, como os acontecimentos confirmaram, teve, no entanto, certos fundamentos válidos. Em primeiro lugar a participação nos acontecimentos políticos e sociais apesar de ser

isto mesmo o fator mais ponderável da má qualidade literária dos textos. Depois (e chegamos ao que interessa) a valorização da literatura oral e de cordel. Substituindo-se política por religião e unindo-se literatura popular e costumes regionais, chegamos a Ariano Suassuna. Mas nada disso deve ser tomado como utilização simplista de um material indefeso, como fêz o "esquerdismo juvenil" — para usarmos a expressão do crítico Paulo Francis. O popularismo de Suassuna é a conquista artística da simplicidade e a resolução de dar continuidade a procedimentos cômicos que remontam a Plauto, Molière ou Shakespeare, quanto à valorização da verve do povo; e a poetas cristãos, como Gil Vicente e Lope de Vega, sob o mesmo aspecto e quanto ao que estes salientam e enaltecem da formação cristã dos povos latinos. Sua ficção culta homenageia e transplanta as mais primitivas formas de teatro de bonecos, em *A Pena e a Lei*, para tirar da ilação boneco-ator-homem uma conceituação calderoniana da vida como um sonho (representada, então, à maneira mecânica do boneco) que se desfaz em verdade (representada à maneira de atores comuns) ao ocorrer a morte do personagem. Se o seu interesse não fôsse além deste ponto, estaria perdido o melhor de sua ousadia no contexto do teatro moderno. Os terceiros atos, em mais de uma peça, levam os homens à presença de Deus, mas de um Deus que é Jesus. Da mãe de Deus, mas uma Mãe que é Maria, mulher pobre de Nazaré, o que vale dizer criatura tão acessível e amiga como qualquer boa nordestina. A intimidade entre o humano e o sagrado abre margem para a esperança na misericórdia de Deus. Teologia e fome não se repelem, como na manipulação marxista do tema da pobreza. E o herói de Suassuna, digamos o esperto João Grilo do *Auto da Compadecida*, mesmo denunciando as explorações sofridas por parte do patrão e até se vingando dele — termina por ser um protegido de Nossa Senhora e um porta-voz da fé na justiça divina. Fé que é a do autor, sempre representado nas peças por um palhaço, diz ele que por um ato de humildade mas — quem sabe? — talvez por auto-flagelação moral se entendemos ao pé da letra o que diz sobre sua própria alma, "um velho catre, cheio de insensatez e solércia". Não é este um teatro tão linear e simples como parece ou quer parecer. As interpretações da doutrina cristã

são depuradas a um limite que nem todos os cristãos aceitam, sendo mesmo para alguns motivo de escândalo, e isto não deixou de afetar o autor, como cristão e católico, pelo uso que os inimigos da Igreja poderiam fazer das suas próprias palavras. A crítica aos maus sacerdotes, do mesmo modo, têm servido para uma generalização mal intencionada que nenhum escritor poderia controlar. Não deve ser indiferente a Suassuna a relação entre o limite de interpretação e crítica e o aproveitamento espiritual do seu público, porque é para este aproveitamento que ele escreve, conforme o declara em muitas comédias.

O que o teatro de Jorge Andrade e o de Suassuna têm de medido e pensado para o conseguimento dos seus efeitos, poderia ser contraposto às violentas desproporções de Nelson Rodrigues. Para não nos afastarmos do título deste ensaio, deixaremos *Vestido de Noiva* e nos deteremos nos dramas cariocas encenados e publicados na década 1950-60, como *Bôca de Ouro* e *O beijo no asfalto*. A diferença está em que a peça de estréia, publicada em 1944, permaneceu até hoje como um monumento isolado. O próprio Nelson Rodrigues tentou continuar aquêles moldes estéticos por algum tempo, insistindo em coros, personagens-símbolos, psico-análises preocupações demasiadas com as oportunidades plásticas e sonoras a serem oferecidas pelo texto ao espetáculo — e essas insistências já começaram a cansar, quando o autor deixou que estourasse todo o poder de poesia e criação dramática que carregava dentro de si e começava a sufocar em fórmulas. A crítica se defrontou, então, com radicalizações líricas capazes de desorientar qualquer juízo. Lado a lado, surgiram cenas que alguns não hesitaram em chamar geniais e outras do mais indiscutível mau-gosto. Ao cuidado, sucedia não só o descuido mas a temeridade, pois era um escritor que se lançava sem guardar qualquer defesa, como se ele próprio fôsse um parceiro no jogo da verdade.

Sua galeria é constituída por criminosos e covardes, com raras cintilações de pureza. Mas são os tipos patológicos os que sobrenadam, a lançar sobre a platéia a todo momento uma acusação incômoda: vocês são iguais a nós. E se destroçam na exibição das exacerbações que constituem o fundo comum a todos eles. Os personagens puros são as vítimas — sem compreenderem exatamente porque. Os outros conhecem suas de-

formações e são subjugados por elas, mas não é tanto a doença, o desvio de educação ou qualquer circunstância externa o que determina as ações e sim a soma de interesses, que encaminha na sombra a desgraça e a morte. O Destino das Parcas cede lugar ao Destino animal, não menos misterioso por mais que o autor se aproxime das fundamentações científicas para a compreensão dos comportamentos. Ele é bastante poeta para sentir que as generalizações são insuficientes para conter o mundo de imaginação que possui, mas, por outro lado, sua auto-crítica ainda não lhe deu (ou não dará jamais) suficiente segurança para aceitar ou abandonar de vez os compêndios de psicologia. Nessa ambivalência, e sem a serenidade dos conformados, cria sua atmosfera incomum. Explico-me: de situações banais e gente aparentemente normal vai nascendo um mundo monstruoso, onde a certos momentos pode faltar a própria lógica, a menos que aceitemos a dubiedade moral como lei e o interesse egoísta como a suprema medida.

Antes de chegarmos à monstruosidade, um aspecto especial dos personagens nos chama a atenção: a linguagem e, por extensão, o diálogo. Em suas últimas peças, Nelson Rodrigues atingiu, em relação ao Rio de Janeiro, aquela verdade linguística procurada por tanta gente para exprimir o padrão brasileiro. Verdade que não está somente nas palavras mas até nos gestos (também veículos de comunicação do pensamento) que as acompanham e lhe são, em qualquer sociedade mais do que um complemento — um refôrço necessário. A linguagem viva do Rio atual, que poderá ser mero documento em pouco tempo, dá aos seus personagens essa base de verdade que os aproxima e os confunde com os espectadores e prepara a... naturalidade da monstruosidade. Os que falam são componentes da pequena e média burguesia carioca, moradores de subúrbios pobres que ainda não alcançaram a sofisticação de um estereótipo de Copacabana e que ainda não perderam por completo as inibições provincianas de suas origens. Isto não quer dizer que suburbanos estejam em seu teatro como "herói coletivo", pois na qualidade de seres são expressões de solidão agressiva, dentro de uma organização social que se desmantela de cima a baixo, sem outra fundamentação para viver a não ser o domínio animal de uns sobre os outros. Em *Bôca de Ouro*, acio-

nados por ressentimentos antigos e em *O Beijo no Asfalto* sitiados por preconceitos e maldade — e não prolonguemos a lista citando desnecessariamente.

Depois de saltar da normalidade para a monstruosidade, Nelson Rodrigues engolfa-se no drama. Podem acontecer, lado a lado, lances do mais ridículo melodrama e situações da mais vexatória realidade humana, tocadas pela solidariedade da poesia. Então: realiza pedaços de obra-prima dentro de um todo irregular? Compõe um *lied* de Schumann com letra de tango? É um moralista em constante crise de incertezas? Um dostoievskiano, como disse o seu prefaciador Hélio Pellegrino? Pode ser estudado parcialmente debaixo de qualquer um desses pontos de vista. Seus melhores críticos, Pellegrino e Sábato Magaldi, apesar de lhe agruparem as peças de modos diferentes e partirem de dados que são principalmente reveladores de suas personalidades, chegam a idêntica conclusão: o personagem de Nelson Rodrigues, bem carioca e brasileiro, é mais que tudo o homem moderno com seus problemas morais. Por não ter o amparo religioso de um Suassuna ou a visão serena de Jorge Andrade, atira-se num mar de vacilações, igual a qualquer personagem seu, e se torna ainda mais patético porque nos desafia a fazer o mesmo. Daí a onda de insultos que se tem levantado contra ele, se não a cômoda atitude de fingir ignorá-lo — duas posições que se vêm avolumando entre os críticos conservadores. Nelson Rodrigues paga anualmente o preço do escândalo, cada vez que lança peça nova, como um mártir que respondesse às chamadas com blasfêmias e *eppur si muove*.

O drama coletivo ainda não alcançou o nível que tem que alcançar num país rico, como o Brasil, de material épico fabricado pela desgraça. O drama do misticismo nordestino, o da fundação de cidades pelos bandeirantes, o da borracha, o do cangaceirismo, o das guerras do Rio Grande do Sul, o de Canudos, o das favelas do Rio e outros, verdadeiramente explosivos, como a fome, a reforma agrária, as greves e o anti-imperialismo têm sido traduzidos em teatro. Mas é bem certo que o reino do protagonista individual ainda permanece firme, apesar dos esforços para derrubá-lo, por parte de alguns autores já citados, como Guarnieri, Boal e Andrade, e também de Antônio Callado e Dias Gomes.

No teatro de Callado, por exemplo, o grande personagem não é o povo nordestino do *Forró no Engenho Cananéia*, nem mesmo chega a ser coletividade menor constituída pelos moradores das favelas do Rio. *Pedro Mico* (o drama) tenta a ligação histórica entre o passado e o presente mas não é este e sim aquêles que sai engrandecido porque, modernizando e individualizando o episódio de Zumbi — o que chega a ser uma contradição — o autor voltou ao tema romântico do bom bandido que Pedro Mico (o personagem) centraliza. O exemplo do escravo permanece como exemplo em pleno Século XX, de modo que a consciência de direitos, que é inerente ao herói coletivo — e a luta logicamente derivada disso — retroage para a etapa do sonho de justiça social. Neste sentido, também o Gimba de Guarnieri é um bom bandido e Zé-do-Burro, personagem de Dias Gomes em *O Pagador de Promessas* não está muito longe disso. O bom bandido tem razões pessoais para se insurgir contra a sociedade e luta por sua própria conta. Zé provoca um movimento popular a despeito do seu desejo de não provocá-lo, e sacrifica-se por um motivo todo pessoal, sem a menor noção de que havia sido transformado em líder. Sua revolta é criminosa no entendimento do Padre e da polícia; é heróica aos olhos povo; é uma questão íntima, para êle próprio, sem qualquer relação com Povo, Padre ou polícia.

A grande verdade humana e a perfeita observação dos dramaturgos sobrepõem Zé-do-Burro e Pedro Mico às reivindicações coletivas. Êles, os personagens, fazem nascer a saga de um herói do povo e são parcelas de uma conquista futura que já se divisa em *A Semente*, de Guarnieri, como em *A Invasão*, de Dias Gomes: dramas de coletividades que não excluem o protagonista-líder. O desejo dos escritores socialistas tem sido o de apresentá-lo como o resultado de um instrumento da vontade do povo. Ao contrário, êle tem sagdo como um chefe a lidar com vontades vacilantes. Justas revoltas do personagem contra o autor, determinada pela imaturidade política que é uma realidade nacional. Pior ainda acontece quando se procura uma conciliação entre essa realidade e o ideal político, porque aparece o protagonista-doutrinador, pôço de uma sabedoria suspeita, mamada em folhetos de propaganda. São erros que se vêm repetindo com frequência e, por tudo isto, enquanto as condi-

ções sociais permanecerem as mesmas, *O Pagador de Promessas* (como exemplo) sempre valerá mais do que peças como *A Invasão*, quer estética, quer politicamente. E como não nos convém entrar pelo caminho das previsões, o que está dito basta e sobra.

Reparemos agora que, neste apanhado de informações, não foi necessário remontarmos a um tempo longínquo. Veja-se também que não falamos das comédias "agradáveis" ou "rô-seas", que nada exigem da vida — em termos de mudanças radicais. No entanto, essas comédias existem no Brasil, tão inteligentes e bem construídas como em qualquer parte do mundo, e também ali constituem a razão diária, a bem dizer o trivial do espectador. O consumo é tal que a produção brasileira tem que ser reforçada pelas traduções, quase sempre adaptadas ao gosto do país.

O tempo da ação e o lugar constituem tudo quanto essas comédias podem oferecer a um estudo do teatro sob o ponto de vista da contemporaneidade. Mas não nos parece que os personagens vivam o mesmo tempo ansioso nem sintam os problemas nacionais da mesma maneira que nos autores já citados. Estes vivem nosso tempo e nossa terra, enquanto aquêles outros comediógrafos apenas adaptam processos literários antigos e repetem a crítica burguesa à burguesia, que no Brasil é tão velha quanto o próprio aparecimento do teatro nacional. É claro que o fato de êsses autores continuarem sendo os preferidos pelo público tem importância fundamental para quem se lance ao estudo da evolução do gosto artístico no Brasil. Quando falei que adaptam processos literários antigos queria marcar certa distância, em relação aos dramaturgos que estou considerando mais exatamente contemporâneos. Nessa adaptação, porém, temos que salientar os casos de correspondência de preocupações. Por exemplo, a linguagem da alta sociedade carioca e paulista pode ser encontrada com o mesmo rigor de observação com que se transcreveu a do mórro. E também procura-se ampliar os temas, com a fuga à uniformidade sentimental — vigorante em todo o século XIX e parte do XX — de comédias que giram em torno do amor e terminam com o casamento. Até pelo contrário, em termos suaves, como seria de se esperar, agora se explora a crise do casamento como existe na lei bra-

sileira, indissolúvel, e os desafios dos jovens contra as convenções burguesas, principalmente no que diz respeito ao amor.

Para finalizar, lembremos que em 1962 Sábato Magaldi escreveu em *Panorama do Teatro Brasileiro* que “a lufada renovadora da dramaturgia contemporânea partiu de *Vestido de Noiva*” e acrescentava, para marcar sua convicção: “não se contesta mais”. Com os dados que possuía na época, estava certo e ninguém contestou. Mas como êsse adjetivo — contemporâneo — não pára no tempo, quatro anos depois, se bem que ainda possamos aceitar a peça de Nelson Rodrigues como o início de uma renovação (a do teatro do sub-consciente) já nos encontramos baralhados com tanta coisa mais nova que somos tentados a descobrir outras renovações, que em conjunto dão a chave para esta limitação da contemporaneidade.

Pela atenção às datas citadas, por um olhar retrospectivo sobre as informações acumuladas mais atrás, chegamos então a situar o que desde o início nos preocupava. Sabemos que o tempo contemporâneo tem um dos seus limites agora — o seu limite final. Quanto ao outro, o inicial, se preferirem, como eu, certa elasticidade, marquemos a década 1945-1955. Por coincidência ou não, já se fala, em livros de história da literatura, numa geração 45 como substituta da geração modernista. Pois bem: assim o dramático se iguala no tempo e aos demais gêneros — e fica em muito boa companhia.

Madison, Wisconsin, abril de 1966.
(Publicado na “Luso-Brasileira Review” de Madison,
Universidade de Wisconsin, setembro de 1966.

NOTAS PARA UM ENSAIO SÔBRE A CULTURA

LOURIVAL VILANOVA

O conceito de cultura está na base de tôdas as ciências que se ocupam do homem. Certo, não do homem em seus aspectos tão só biológico ou antropológico-físico. Mas, já no chamado homem natural e, ainda mais, no primitivo, onde o simples tomar coisas do mundo exterior e convertê-las em prolongamento de suas mãos, cria-se o útil, materializado em instrumento (1) é difícil entender a ação humana, propriamente tal, sem o mais leve teor de fim e de valor, não indo além da inteligência prática dos antropóides da experiência de KOEHLER. Ou ficar prisioneiro do instinto de nutrição, sem daí advirem os rudimentos de economia, do instinto sexual, sem dele provir o sistema social a família; do apetite de companhia, sem a criação de um meio simbólico de comunicação, a linguagem; do impulso de mando, sem resultar disso uma estável relação normativa de poder; do instinto de ataque e defesa, sem a formação de uma estrutura material e social de segurança do grupo.

Ciências diferentes entre si, como a geografia humana e a psicologia individual ou coletiva, a ciência política e a ciência da linguagem, a ciência econômica e a filosofia da religião, a história geral da civilização e a sociologia geral abstrata, a ciência da arte e a geo-política, a ciência do direito e a psiquiatria, a teoria do Estado e a antropologia social, tôdas pressupõem o conceito fundamental de cultura, pois giram tôdas em torno do protagonista, o homem, o ente para quem o mundo não é nada feito, mais tarefa que fazer, na fórmula orteguiana, o ser para quem a vida é mais vida, sendo êsse aditivo “mais” não um prolongamento quantitativo da mera vida biológica, e sim da vida como significação, da vida como história, da vida como transcendência ou objetivação na fórmula de SIMMEL.

Todavia, não existe, entre tôdas as ciências, terminologia comum, nem conceptuação idêntica. Os fins do trabalho científico convertem os conceitos em esquemas operacionais, ou quadros lógicos para seleção dos fatos que representam o objeto ou o campo de investigações. Os objetos formais das ciências diferem, muito embora tenham o ponto de partida num objeto material único. Civilização, sociedade, cultura, mundo histórico são termos com sentido ora coincidente, ora apenas análogo, ou até diferentes. Assim, a história da civilização é a história da Cultura, e não há história, propriamente dita que não seja da cultura. Mas a conhecida teoria morfológica de SPENGLER caracteriza a civilização como a não-cultura, a fase decadente, inorgânica, que se desdobra já em desagregação da forma ou a totalidade criadora, que é a cultura. Para o antropólogo social, inexistente fundamento para excluir do ciclo histórico da civilização uma fase não cultural. Tudo é dado cultural, desde a flexa até as armas atômicas, desde o domínio mágico do mundo até a tecnologia fundada nas ciências exatas. Não há razão, igualmente, para demarcar o aparecimento do Estado como o início da história superior ou da cultura, como o faz a concepção hegeliana da cultura. Reside, antes, nisso um juízo de valor, sobre o qual repousa a concepção política da cultura, concepção estado-cêntrica, bem identificável na tipologia das concepções de cultura.

Se, em lugar do valor poder ou política, se põe a economia, as relações de poder existem em função das relações de produção; ou, generalizando, o que é cultura objetivada, "espírito objetivo" torna-se em superestrutura dessas relações de produções. Com isso, teremos um tipo de concepção da cultura, diferente da concepção estatal. Não falta, também, a concepção da cultura como cultivo da inteligência (racionalismo), ou cultivo do espírito — ciência, literatura, arte (espiritualismo); tese para a qual as técnicas, artes industriais são cultura imprópriamente dita. DEMPFF (2), estudando as tipologias do conceito de cultura, as relaciona com as situações histórico-sociais, de que são reflexos, ou auto-consciência do contexto cultural real, do que derivam, ou sobre o qual reagem. Depende da predominância do fator, no sistema de fatores culturais: economia, direito, política, religião, ciência e suas projeções institucionalizadas — Estado, igreja,

sistema econômico, escola ou universidade. Os fatores aglutinam-se em conjuntos instáveis, sob o império de um deles. O equilíbrio lábil exprime a tensão ou a luta, que nunca se extingue, de todo, mesmo nos períodos de harmonia. Assim, o primado da igreja, o primado do Estado, o primado dos direitos (no constitucionalismo do Estado de Direito), o primado do desenvolvimento econômico, e das ciências exatas, e sua repercussão industrial, com a tecnologia, ordenam os fatores de cultura ou as "potências vitais" naquilo que êle chama de constelações, que se compõem, nas fases de relativa estática, e se desfazem na de dinâmica, cujo ritmo de aceleração é mais visível nas denominadas crises ou catástrofes da cultura.

Não deixa de pesar como interferência na conceptuação da cultura o ângulo que um determinado *status* ou papel impõem ao investigador. Os especialistas nas ciências dogmáticas da cultura terão mais em conta o objetivamente convertido em obras ou bens, que os fatores reais ou os impulsos sem os quais nenhuma cultura existe, bem sublinhados pela psicologia social, pela antropologia cultural e pela sociologia da cultura. As concepções do mundo, também dão sua tônica. Para uma, é propriamente cultura o que eleva a liberdade, ora interior, ora exterior, o que impulsiona a personalidade individual, para outra, o que transcende ao indivíduo, a obra feita que sobrevive como patrimônio sobre-individual da humanidade. Não falta, inclusive, o ângulo continental no problema. O conceito de cultura seria eminentemente europeu, e dentro da Europa, distingue-se um conceito anglo-saxônio, ou ainda, anglo-americano, e outro mais tipicamente centro-europeu, mais concretamente, germânico.

Por tôdas essas considerações, aqui rapidamente expostas, é que existe, para quem utilisse o conceito de cultura, a necessidade de verificar se não é possível sublinhar os traços comuns, as características universais de cultura, a modo de uma descrição fenomenológica, prévia às controvérsias, às posições e contra-posições no problema, que recolha o dado, tal como êle se oferece, seguindo o lema de ir às coisas mesmas. Seguramente, podemos fazê-lo, guiados pelas valiosas análises, cujos investigadores mobilizamos.

A cultura é uma intersecção de três linhas, um domínio da objetividade includente do puramente natural, das formas de interação e das significações que os homens incorporam em suas condutas recíprocas e nas coisas que, por isso mesmo que são mediadoras dos significados, são coisas símbolos. A separação é, sabe-se, tão somente abstrata, por ordem de discernimento conceptual. Na realidade, as três dimensões estão sempre juntas, e nenhuma desfruta a primazia de funcionar como variável livre. A interconexão é a regra, por isso que necessário se faz evitar o reducionismo, como o causalismo unilateral. O reducionismo, qualquer que seja, o naturalismo, o sociologismo, ou o culturalismo (idealista). E o unilateralismo causal, tomando o fator natural (geográfico, biológico), ou o mecanismo das relações recíprocas, ou as idéias (valores, significação, concepções espirituais: jurídicas, éticas, filosóficas), como determinantes independentes de toda estrutura e de toda dinâmica histórico-social. A cultura é a formação de um novo território, que surge pela intercorrência de três ordens de objetos, que em combinações várias se alternam como variáveis, aqui como independentes, ali, dependentes. O que a teoria da cultura em geral sustenta, é o fato de que os constituintes da realidade cultural ingressam numa totalidade, no que sociologicamente denomina-se estrutura ou sistema global. Não é outra a teoria da estrutura de um KING MERTON (3). Os componentes passam, depois de ingressos no todo, a apresentar propriedades novas e a ser função do todo. Os fatos naturais, clima, solo, raça, disposições bio-psicológicas, sem se anularem, em suas propriedades originais, explicam-se em função do sistema total. A ciência política, a ciência do direito, a ciência da linguagem, a teoria do Estado e a teoria da sociedade não têm seus objetos como meros efeitos daquelas propriedades naturais. A morfologia política, por exemplo, apresenta sua dinâmica, sua fenomenologia histórica diversificada, nada obstante os fatores naturais persistirem os mesmos. O direito é variável em conteúdo e em processo social de organização, nada obstante a estática dos fatores ecológicos e biológicos. E muito embora as instituições políticas e jurídicas, para continuar com o exemplo, sejam formas para conteúdos reais, nos quais se computam os naturais, não se pode explicar o regime de poder, o tipo de

governo e o critério de legitimação do exercício do poder retrocedendo-se aos fatores naturais, sem os quais inexistem poder, direito ou Estado. Tão pouco, se o consegue buscando-se no estrato mais alto, o da interação, a razão de ser da tipologia e da fenomenologia (histórica). As interações, e seus plexos ou condensações (grupos, sub-grupos, formas de associação) repousam em substratos naturais, superando-os, contudo, em uma nova capa ôptica (para falarmos com HARTMANN). Mas, somente por força de um corte abstrato (o objeto formal) é isolável, momentaneamente, em vista de um metodológico *frame of reference*, esse domínio das interações ou ações inter-subjetivas, da capa, ainda mais alta, dos valores, das significações, dos sistemas de verdades, das exigências normativas, das concepções do mundo, da sociedade e do homem, válidas positivamente, ou reputadas como tais pela coletividade.

Essa composição trilateral de todo fato de cultura, que dá margem a três temáticas, ou três objetos distintos, o dos suportes materiais (em isolamentos temáticos para as diversas ciências), o das significações e os dos agentes ou sujeitos é que exige, por sobre as separações metodológicas, a consideração complementar da totalidade. Somente os suportes materiais prescendem dos demais componentes. A natureza inorgânica ou a cindem dos demais componentes. A natureza inorgânica ou a vivente podem ser estudadas sem referência a significações e vivem abstraindo do sujeito, e somente como tarefa ou ocupação cultural é que a elaboração científica que ordena os dados da sensibilidade como natureza, é cultura. Mas os átomos, as moléculas, a massa, energia, velocidade, as células, os tecidos, os processos fisiológicos no vegetal e no animal são puros fatos. Que eles só chegam a ser fatos através do sujeito, e por consequente, com a interpolação que representa a consciência de objetos, que o processo de objetivação mostra inexistir puros fatos, não altera a posição do problema. Em princípio, prescinde-se do ponto de vista das ciências que estudam o mundo físico exterior, da consciência de objetos e se retem unicamente os objetos da consciência. Em outros termos: para a experiência do mundo físico, põem-se entre parentese (metódico) o sujeito e suas valorações e, assim, se obtém o fato puro ou o fato axiológicamente neutro e depurado de toda referência à subjetividade constituinte, que está presente no ato de objetivação, como o de-

monstram a psicologia do conhecimento, a sociologia do conhecimento e a teoria do conhecimento, em seus diversos ângulos.

Mas, tal não se verifica quando o objeto do conhecimento é o próprio sujeito, centro de onde partem os atos de objetivação. Difícil é, aqui, reduzir-se a zero o fator axiológico. Há sempre um quantum de valor nos atos do sujeito. Nos fatos elementares da vida psíquica, como as sensações, nos reflexos simples, na retenção pela memória das impressões primitivas e, até certo ponto nos fatos mais complexos, nestes por um recurso metodológico, é possível investigá-los empiricamente, sem critérios de valor, convertendo a psicologia científica em ciência natural. Como ciência natural, constata fatos, como experiência causal de um domínio em que as correlações constantes estão presentes. O psíquico tratado causalmente e indiferentes às categorias de valor (norma, dever-ser, valiosidade, desvaliosidade) é formalmente, natureza, sendo a psicologia humana um prolongamento, em linha evolutiva, da psicologia animal, mas que, sobre esse prisma, tão natureza é a psique animal quanto a psique do homem. A psicologia é uma teoria geral de fatos, que se distinguem dos físicos, por aquelas propriedades que um FRANZ BRENTANO (4) sublinha, como o ser representações ou modos de consciência de objetos — intencionalidade —, sucessividade temporal, referência a um centro subjetivo, datividade (*givenness*, *Gegebenheit*) imediata para um só sujeito, etc., e que justificam uma ontologia da região do psíquico com suas categorias próprias, inconfundíveis com as categorias dos objetos reais físicos. Mas, nada obstante essa irredutibilidade de uns a outros tipos de objetos, ambos podem ser tratados, *formalmente*, como natureza, como fatos que discorrem em sequências regulares, que se repetem em modalidades identificáveis como típicas, regularidades que não são outras causalidades. Causalidade física, ali, causalidade psico-física, ou causalidade inter-psíquica, aqui. Há leis ou fórmulas generalizadoras de fatos psicológicos que têm o em conta a memória, a percepção, o pensar, etc, sem referência à individualidade concreta de seus portadores subjetivos, sobre fatos psicológicos que não são privativos do homem. É que o psíquico, por si só, é pre-cultural, uma dimensão da natureza. E mesmo o psíquico dentro da cultura, além dos suportes físicos do mundo exterior (o outro elemento da cultura), é susceptível

de um tratamento sem referência a critérios estimativos. O psíquico, por si só, feito o corte abstrato no totum da cultura, é alheio à polaridade bom-mau, lícito-ilícito, justo-injusto, belo-feio, sagrado-profano. Os processos psicológicos, como a totalidade que é o sujeito dos atos, podem ser considerados como puros fatos. Dissemos, nunca sem resíduo axiológico. Já as distinções, ao nível da psicologia como ciência de fatos, do normal e do anormal, no estudo da personalidade implica critérios de valor. Só com referência a um contexto social de valor é que se pode discernir o normal do patológico; a conduta como processo de adaptação ou desadaptação sem padrões não se discerne normativos a conduta como processo de adaptação ou desadaptação sem padrões positivamente reconhecidos pela comunidade. Talvez possamos dizer: na psicologia geral, justamente porque se investiga o psíquico, seja no animal, no homem primitivo ou no homem civilizado, buscam-se conexões causais típicas, a pura facticidade neutra a valores; quando, todavia, se ingressa no domínio do humano, cuja especificação não é a presença de faculdades exclusivas (SCHELER vê a inteligência prática também nos antropoides), mas tais faculdades exclusivas — a inteligência como teoreticidade ou conhecimento científico — e outros tipos de atos como criadores de valores, ou matéria para a implantação de valores, que imprimem forma à mera vida, vida bio-psíquica, então, nesse nível, é impossível depurar radicalmente a ingerência do valioso, que é uma capa constituinte no objeto mesmo do conhecimento. Deste modo, surpreendemos, no campo da psicologia científica, ciência natural do fáctico, a investigação da *personalidade*, que ultrapassa a pura unidade do sujeito psicológico, a pura síntese empírica que unifica a multiplicidade do vivido interiormente e se desintegra nos processos patológicos. Inevitavelmente, no conceito operativo, científico-natural da unidade está presente a personalidade, que é cultura, sem a qual não se compreende a personalidade, que é a psiquique em sua individuação concreta, informada ou con-formada pelos valores os quais (para aqui não importa) sejam absolutos, ou sociologicamente postos pela consciência coletiva, modificam o mero existir da psique. Os conceitos de personalidade ou de conduta, manipulados pela psicologia geral como pela psiquiatria são incompreensíveis sem o fato sociológico, e

este sem o caráter de fato de cultura (5). O complemento adlariano do "gemeinsgefuehl" para o equilíbrio da personalidade, é apenas a dimensão social-objetiva vista da perspectiva do sujeito, a alteridade que se contrapõe ao sujeito individual, o contorno feito de crenças, opiniões, idéias, tudo isso valorações no universo sócio-cultural.

A cultura é, assim, um fato a três dimensões: aos objetos físicos se conferem significações, que partem de sujeitos (seus criadores ou receptores), que entre si, por causa ou em consequência dessas significações, estendem uma teia de interrelações sociais. A análise de SOROKIM é exata. Se se suprimem as significações, os edifícios, as obras de arte, os livros de filosofia, os templos e os instrumentos, nada mais são que agregados de partículas, com propriedades físico-químicas e processos de natureza causal. O que chamamos território do Estado, como âmbito espacial de seu poder de império ou validade, nada mais é que um objeto da geografia física; o poder mesmo um puro fato explicável dentro da sequência de causa-efeito, o templo sem a dimensão do sagrado um simples sistema de materiais e forças em equilíbrio, as coisas objeto do direito, puros entes físicos, ora em movimento, ora em repouso. O que converte puros sistemas físicos num parlamento, numa universidade, numa catedral, numa agência de governo, numa academia literária ou numa vivenda não reside nas propriedades físico-químicas de seus componentes elementares. Reside, sim, nas significações políticas, teórico-científicas, religiosas, estéticas em tudo isso impressas. Pelo que essas coisas valem, não por si mesmas, mas pelos fins, valores e sentidos. São dados reais que ingressam num universo simbólico. O que a princípio é mera impressão sensorial, o imediatamente dado cobra sentido de *expressão*, converte-se em corpo de algo não físico, em símbolo, quer dizer, em exteriorização visível de uma multiplicidade de significações. Por outro lado, as significações ou os valores do santo e do sagrado, do belo e do sublime, do justo e do injusto, da verdade e da falsidade sem a materialização objetiva não existem propriamente. Consistem, mas não existem, valem mas não atuam, não atuam como forma ou configuração do real. Carecem do processo de objetivação, não transcendem dos atos subjetivos para se incorporarem nos entes da rea-

lidade empírica. Em abstrato, podemos conceber o domínio das significações puras, independente de sua concretização no real. Talvez melhor o domínio das significações lógicas. Estas dispensam os *atos*, bastam-se com sua pura potência ante a ideação. É aqui possível pôr entre parêntese o sujeito empírico, centro dos atos de apreensão, como as objetivações em símbolos da linguagem comum. Mas, que dizer, do ético, do jurídico e do estético. O bem ideal que não conforma a ação, o justo absoluto que se não implanta na conduta dos homens em suas relações recíprocas, ou o belo que não se veste na linguagem do poema, na forma visível da escultura e da pintura não passam de vagas possibilidades significativas, estados subjetivos dimensionados em essências objetivas, talvez mera ânsia de perfeição ante a inconformidade radical com a realidade, ou, até, evasão disfarçada dessa realidade, aquela negação da vida, em que consistia o nihilismo, que NIETZSCHE tomava como índice alarmante da decadência da cultura.

* * *

A relação sujeito-objeto encontra-se não somente nas modalidades mais evoluídas do conhecimento, mas nas formas elementares da vida psíquica, que é, substancialmente, relação com o meio, ação recíproca entre sujeito e seu mundo. É uma relação vital, muito antes de ser uma pura relação teórica, aliação vital, muito antes de ser uma pura relação teórica, alcançada nas proposições da ciência e da filosofia. Ser sujeito — tão só em nível bio-psíquico, sem a valiosidade inserida na vida — é ser um sistema de processos, estados, tendências, em fluxo contínuo e permanente, em tensão com o meio, que se lhe contrapõe, que é seu antípoda, e, ao mesmo tempo, sua condição — o sujeito mesmo é uma parcela do mundo de entidades, e um objeto para outros centros de subjetividade. Ser sujeito, desde sua manifestação mais elementar até a mais evoluída da consciência reflexiva, importa num recorte na continuidade, uma *découpage* da existência, um destacar-se como discreto centro de atos, que procura persistir em face do mundo, do mundo físico e do mundo social. É a individualidade concreta, que descontinua o fluir indiferenciado da série sem término de causas e efeitos, condensando-se, aglutinando-se em totalidades re-

lativamente autônomas, pequenos sistemas ou micro-universos relacionados com outros sistemas, como parte de um sistema total, ou universo maior que se chama sociedade ou cultura. A consciência, expressão da subjetividade, tende para as coisas; o sujeito está vertido sobre seu contorno, por urgência vital, antes de o ser pelo puro chamamento da verdade objetiva. "Eu e meu mundo circundante" é a dualidade fundamental da atitude que HUSSERL (6) chama direta, a do sujeito ocupado com o seu contorno imediato, a subjetividade ocupada com a transcendência (o que está além e em contraposição ao sujeito). É um prejuízo racionalista pensar que somente os atos cognoscitivos, sensíveis e conceptuais apreendem objetos. Certos que os atos cognoscitivos, e destes, os da intuição sensível, são básicos ou fundacionais. Este um sentido das "representações" como atos básicos, da teoria de BRENTANO. Mas, além, dos modos de apreensão cognoscitivos, todos os demais modos de consciência, que são modos de projeção do sujeito, captam objetividades. A apreensão do real físico, paradigma da objetividade, segundo uma corrente importante da psicologia do conhecimento, implica uma resistência, a sensação de esforço e de movimento, a consciência do impacto que causam os estímulos nos receptores sensoriais, não faltando à apreensão do existente, pela vontade (em sentido amplo) o acompanhamento da tonalidade afecional, do agrado ou desagrado sensíveis, sem o que a existência física do mundo seria indiferente ao sujeito cognoscente.

Quanto mais se ascende na escala animal, mais acusada vai tornando-se a correlação ser vivente e mundo circundante. No homem, há uma gradação, o único ser que a apresenta, na consciência da realidade, na percepção dos objetos, como o que se lhe contrapõe, e, não só, mas na dilatação do âmbito da objetividade. A história, vista sob esse prisma, é a crescente ampliação do horizonte de objetos, a conversão de zonas virtuais em áreas atualizadas de capas e sub-capas de objetividades — reais físicas e psíquicas, ideais-formais (as da *mathesis universalis* cartesiana e husserliana) e ideais-axiológicas (desvelamento de novos valores). Essa objetivização crescente — patente comparando-se a consciência primitiva e a consciência científica — não se restringe apenas ao domínio do conhecimento. Os setores da cultura como o sistema de linguagem, o sistema econômi-

co, o sistema de regras e usos, costumes e do direito, este o mais sistematizado do sistema de regras de ação, o sistema das formas estéticas e o sistema das relações de poder (política) representam modalidades da relação sujeito-objeto, pois "em cada esfera de sentido manifesta-se uma peculiar relação sujeito-objeto" (7): em cada setor, apropriação crescente de novas dimensões da "matéria" e inclusão dentro das formas, pois o objeto não é algo já dado e definido, que o sujeito tão somente recolhe. O sujeito comporta-se recetivamente, captando os *data*, mas informando esses dados, imprimindo-lhe modos de síntese, modos que ainda que fundados no material, operam como construções de um protagonista criador. Até certo ponto, a teoria do conhecimento transcendental ou crítica estende-se a todo o âmbito da cultura. As formas de síntese na ordem do conhecimento, as categorias, não são as únicas construtivas de objetos. Apenas, o conhecimento, empírico ou conceptual, é básico; sobre ele, erguem-se novas dimensões da objetividade. Sem um mínimo de relação cognoscitiva com objetos, não se formam as outras modalidades de objetivização: o objeto estético, o objeto jurídico, o objeto ético, o objeto econômico, o objeto poder. Função importante desempenha a linguagem, pois que conhecimento e linguagem, ciência e sistema de símbolos desdobram-se numa síntese própria: sem palavras que fixem simbolicamente a experiência de objetos, e converta o saber fixado em saber dentro de uma comunidade de linguagem, e, por outra, sem o símbolo que isola, da concreta da experiência, o abstrato que se repete indefinidamente — que vale como princípio da economia do conhecimento — seria impossível o conhecimento, ou seja a *apreensão* de dados dentro das estruturas de linguagem, cujo paradigma, para ARISTÓTELES, era enunciado apofântico.

Mas, também os setores não cognoscitivos, ou fundados num mínimo de relação teórica, os demais compõem os diversos "sistemas de cultura" são outros tantos caminhos ou direções que percorre o sujeito em seu processo histórico de objetivização, que é tanto subjetivização do objeto (objeto aqui equívale a dados), quanto objetivização do sujeito. O objeto estético vale a dados, quanto objetivização do sujeito. A cor, a luz, outras formas de síntese, são, por sua vez, objetos. A cor, a luz, o contorno plástico das coisas, seu movimento e sua projeção no

espaço são já objetos para as formas de síntese da física. Esse objeto físico (sob a síntese categorial da ciência física) toma a função de dado ou matéria de novos atos de síntese. As propriedades que a relação do conhecimento investiga e verifica, fixando em proposições abstratas válidas o objeto conhecido, entram dentro de outra forma, ingressam em novo universo de sentido, quando, então, servem de suportes materiais para exprimir o belo, o sublime ou o trágico; ou se tornam, elas mesmas, sem eliminarem-se como propriedades físicas, em veículos para as formas técnicas (instrumentos, ferramentas, máquinas), ou em substratos materiais de sínteses axiológicas, como moeda, bem, utilidades, preço. As mesmas propriedades físicas da matéria, que, elaborada pelos esquemas lógicos da física, se apresentam como objetivação científica, inserem-se nas formas de síntese do direito, e eis que se convertem em coisas (que, no universo de linguagem do direito, tem sua semântica própria), em propriedade, domínio, território, bem móvel ou imóvel. A mobilidade ou imobilidade, a fungibilidade ou não-fungibilidade, a divisibilidade ou indivisibilidade não são as propriedades meramente físicas que se transferem intactas para a órbita do jurídico. Certo que a forma jurídica recolhe, como recolhem as formas estéticas, os dados do mundo exterior, para, sobre eles e com eles, obterem novas sínteses, dentro de cujos marcos o material da síntese ingressa como matéria que é. A forma encontra a resistência da matéria, a forma estética, como a forma ética, como qualquer forma teorética, técnica, política, etc. Mas, se a matéria é resistência, obstáculo, é, também, como o vira a teoria aristotélica da forma, uma condição de realização das formas. Por isso, a realidade física entra dentro do sistema jurídico como resistência e condição da atualização do direito. Mas, o significado de uma letra de câmbio, o valor de pagamento da moeda, o território como validade do poder de império do Estado representam novas dimensões ao objeto puramente físico: novos aspectos das coisas, inapreensíveis segundo o ponto de vista da ciência física ou da ciência geográfica. São objetos jurídicos, a objetivação, em segundo grau, por assim dizer, da objetivação de primeiro grau, que é a da ciência natural. Dir-se-á que a autêntica objetivação reside na de primeiro grau, que a outra é mera dimensão subjetiva, expressão do sujeito psico-

lógico, resultado do ato subjetivo da valoração. E, com efeito, sem sujeito valorante, inexistem sentidos ou significações jurídicas, éticas, estéticas, etc., do que se infere que as significações o são sempre com base nas coisas físicas e referidas sempre a um sujeito capaz de atos de valoração. Mas, ainda assim, o objeto, como objeto valioso seria algo, uma coisa com a qual eu me encontro, para falarmos em termos da analítica husserliana, e seria tão objeto quanto o objeto físico primário (8).

* * *

O processo de objetivação, que deve ser sempre entendido como uma apropriação e transformação dos elementos sensíveis do mundo exterior, ou em coisas para um sujeito, em objetos, portanto, para o sujeito, ao mesmo tempo em que importa numa constante projeção do sujeito para o mundo circundante, dentro daquela dialética simmeliana de objetivação do sujeito e subjetivização do objeto, o processo de objetivação, dizemos, está presente em qualquer fato de cultura. Insistamos ainda um pouco.

Tome-se, ainda, a linguagem como exemplo (9). Descriativamente, encontramos: os fenômenos físicos (sons, escritura, sinais); os sujeitos em ação recíproca, o sujeito que fala ou escreve e o sujeito que escuta ou lê; as significações inseridas nos fenômenos físicos; finalmente, as objetividades referidas ou postas pelas significações. Este, o encontro fenomenológico ou postas pelas significações. Este, o encontro fenomenológico ou postas pelas significações. Em substância um processo de objetivação. Os fenômenos físicos, objetos para a ciência natural, dentro de cujo ângulo gnoseológico se elaboram como objetos do conhecimento, convertem-se em suportes ou veículos de algo que não é eles mesmos. Tornam-se representantes de algo que não é eles mesmos. O vocábulo é já de si uma configuração, um objeto, uma entidade estável susceptível de identificação e de reiteiração. Da pura evanescência do que passa, dos incontáveis sons ou registros escritos que se fazem e se desfazem, a palavra se destaca como algo permanente, como uma individualidade em face do caráter infixo do mero processo físico e psicológico da existência, onde a constância se apresenta como forma de relacionamento (causalidade) de elementos que, por si mesmos, são singularidades que não se repetem.

Certo que a palavra, fragmento físico do mundo material, não escapa a isso. Mas, para os fins práticos da comunicação, a palavra é um ponto comum de encontro de vários sujeitos e aquele permanente fator que o homem estabelece em contraste com a momentaneidade da pura expressão interjectiva, vinculada ao aqui e ao agora do fluxo concreto e pessoal da consciência. Em comparação com a subjetividade de cada um, o vocábulo e o sistema articulado que é a frase, valem como o trans-subjetivo, a forma destacada que a vida individual e coletiva vai construindo, como firmes pontos de apoio para ir prosseguindo em sua trajetória histórica. O vocábulo, por conseguinte, ao qual sempre voltamos e repetimos, reconhecendo como o idêntico fisicamente, com a mesma palavra, agrupa os diversos sujeitos numa comunidade, num universo inter-subjetivo. Sem as palavras ou sem a linguagem como o sistema total de expressão, seguramente as inter-relações ou a interação humana não cobraria a estrutura de ordem, quer dizer de ações uniformes e pautadas, vale dizer mesmo, de ações normadas, repetidas e identificadas como as mesmas, repetição que implica atos de compreensão, de entendimento recíproco, somente possíveis com o uso dos mesmos símbolos de expressão. Na comunidade do discurso, os sujeitos em interrelação, em proporções variáveis dessubjetivam-se, ingressaram numa ordem que lhes pressiona e lhes é exterior.

Em vez da linguagem, tome-se, ainda, o direito, e nêle reside o processo fundamental de objetivação, a constante transferência do sujeito para além de si mesmo, convertendo-se em objeto, e a absorção dos dados imediatos do mundo exterior, do qual êle mesmo é uma parte, em consistência objetiva. A mesma relação dialética de objetivação do sujeito e subjetivação do objeto. O exemplo é de Kelsen aqui um tanto alterado. Num recinto, reúnem-se várias pessoas. Recinto, pessoas, palavras, gestos e uma série de coisas, as mais distintas, por sua matéria e por sua função, compõem o contexto. Para quem só pudesse ver o mundo através de uma ótica naturalista, teria nisso tudo uma sequência de estados e processos, interligados por nexos de causalidade, ou juntos por sucessividade espacial e temporal. Nada mais, e nada menos. Mas, que propriedade, inacessível à percepção sensorial, faz dessa pluralidade física uma

unidade, tal que podemos denominá-la de parlamento ou de tribunal, e da permuta de palavras, que é discurso (o logos discorrendo através do verbo), resulta uma lei ou uma decisão judiciária? O que unifica a diversidade de dados físicos e eleva tudo isso ao nível do sentido, é a norma de direito, é o preceito que estatui e estabiliza. Pela vertente psicológica, poderíamos argumentar que é a sequência de estados dos sujeitos participantes — suas idéias, seus sentimentos, seus impulsos e todo o acervo de motivações de sua conduta — que funciona como fator de unificação e empresta sentido. Unificação e sentido seriam processos psicológicos, os quais, em termos da teoria condutivista, se resolvem em reações e estímulos, em plexos de respostas às incidências do mundo sobre o sujeito psicológico. Com esta explicação, não superariamos o subjetivismo, seja o de ordem psicológica, seja, mesmo, o de ordem sociológica (redução do fato social, que é uma espécie de objetivação a relações inter-psicológicas).

Há um aspecto de verdade na tese. O meramente preceptivo da norma, a pura relação de significações, por si só, não é fator operante, carece de força para modelar pessoas e coisas, o que é plenamente compreensível pela fenomenologia das significações (lógicas e não lógicas, estas: ética, estéticas, etc.) Os atos mesmos de apreendê-las — as experiências que se diversificam em consonância com as espécies de significações — representam atualizações do sentido, inserções do jurídico, do ético, do estético, do teórico no mundo dos fatos. Não só no momento cognoscitivo de apreendê-las, mas, sobretudo, no momento prático de imprimir direções às condutas humanas, as significações requerem atos, vivências, experiências de sujeitos concretos, de sujeitos psicológicos; sem tais atos, vivências e digamos, sem sentido subjetivo, inexistente sentido objetivo, sem agentes que psicologicamente emprestem intencionalidade concordante às coisas e às ações não se verificará a unidade e o sentido total que faz de uma pluralidade de pessoas, reunidas num espaço, o serem elas constituintes de um parlamento, de um tribunal, de um departamento executivo da administração, como sem outros tantos sentidos objetivos, subjetivados em grupos de pessoas, não existem concílio de cardeais, congressos

científicos, academias literárias, congregações universitárias, assembléias de fiéis, ou organizações patronais e operárias.

* * *

Quando tomamos a cultura como processo de objetivação, entendemos que a orientação para objeto não se faz sempre positivamente. A consciência objetivamente, fenomenologicamente, é a tendência fundamental do ser em vigília, que é o homem, a expressão mais acusada da tensão e da contraposição entre o homem e seu contorno físico-social. Mas isso como tendência, o que não quer dizer que lógicos o sejam sempre os resultados de sua ocupação com o mundo. É preciso, também, não tomar a verdade científica como o único modo de estar com o objetivo. A conquista da verdade, esta mesma, é um caminho difícil, no qual se computam os erros e os acertos, desde que a pura consciência científica, vertida sobre a pura objetividade das coisas é uma abstração, ou o resultado da eliminação metódica de todas as vinculações que prendem o investigador a uma situação ou contexto (família, classe, sistema ocupacional, nação), que distorcem o pensamento, ou condicionam sua validade, pois o caráter situacional do pensador, do cientista, sobretudo social, imprime direções, opções, seleção no material bruto da investigação daquilo que é "cientificamente relevante", relevância que traduz um quadro de valores (de conceitos e preconceitos, de juízos e prejuízos, de sentimentos e ressentimentos) e que contamina o saber de objeto do caráter de perspectivas sociais sobre coisas. O conhecimento contém um teor de resposta situacional aos objetos, quando os objetos contêm, além de sua mera existência física, e axiológico como dimensão constituinte.

Isto se passa no comportamento objetivo, por excelência, que é a ciência, ou, pelo menos, na ciência social. Mas, o processo de objetivação, com isso, persiste. É objetivação, em nível sociológico, a conduta uniforme de muitos, (não importa a dimensão do círculo social) que se entregam a um centro de valores, tendo esses valores como quadro de referência de suas atitudes, ainda que nem tudo nêles seja objetivamente válido. O certo é que um sistema de conceitos ou proposições provoca

um sistema de interações, uma estrutura dessubjetivada de comportamentos. Esse sistema provoca e sofre, em contrapartida, repercussões em outros sistemas de conceitos e proposições, mantidos por outros grupos de investigadores, e o comportamento não só intra-grupal, como o inter-grupal resulta modificado pela interconexão dialética. O conflito de teorias políticas, sociais, econômicas, jurídicas é, também, *relação conflitual* dos agrupamentos humanos, de que essas teorias são expressões simbólicas e funcionais. Não menos certo é que o processo histórico marcha, de algum modo, no sentido da unificação dos pontos de vista, mediante a aceitação de um sistema de referência de proposições objetivas sobre as coisas, por isso que devemos falar em graus de objetivação, abrangendo desde a objetivação, em formações sociais — o sujeito inserto no sistema inter-subjetivo das múltiplas formas sociais — até as objetivações dos sistemas de cultura, um dos quais se eleva a mais alto grau, o do conhecimento científico.

* * *

Está em Kelsen a afirmação de que "a sociedade, porém, é um objeto essencialmente diferente, porque é um complexo de elementos completamente distinto, no que a contraposição natureza-sociedade parece irreduzível. Todavia, um exame mais atento revela que sociedade e natureza são, aqui, resultantes de síntese categoriais, ao invés de diferenças, digamos ontológicas. Num e noutro caso, o imediatamente dado é a série infinita de *impressões*, que correspondem aos objetos, digamos, aos fatores responsáveis por tais impressões, no caso dos fatos físicos, ou às relações concretas de homem a homem, no caso dos fatos sociais. Sob o ângulo gnoseológico, quando se ordenam tais dados concretos sob os conceitos fundamentais de causa-efeito tem-se a natureza; quando, ao contrário, se tomam as relações recíprocas ou condutas em interação e se lhes coordenam sob a forma de relações imputativas, cuja expressão lógica é a norma, então teremos a sociedade. Mas, que a natureza é forma lógica ou categorial, e não uma estrutura ôntica, um modo de ser do objeto mesmo, prova-se considerando que a sociedade, tomada como sequência interminável de ato, pode ser ordenada

num sistema de relações onde se computam as condutas enquanto elas exercem a função de variáveis livres ou variáveis dependentes. A sociedade mesma é, formalmente, natureza sob o ângulo de uma física social, ou de uma sociologia que opere apenas com um tipo de categoria de causalidade. Sob êsse prisma, formalmente generalizador e indiferente a graus de valor na realidade social, registram-se relações de causalidade entre fatos de conduta e os fatos físicos, biológicos e geográficos, porquanto tôdas essas ordens de fatos entram no sistema que é a sociedade, interagindo com as condutas, explicando-as parcialmente, computando-se-lhes como fatores também intervenientes no todo social.

O limite desse naturalismo metodológico reside, todavia, no social mesmo. O social é um segmento abstrato, produto da abstração simplificadora dos conceitos sociológicos. É o resultado de um corte que se faz, separando, momentaneamente, o interrelacional e as normas e valores (os conteúdos), os modos como os indivíduos se associam e os fins em razão dos quais os indivíduos se associam. A irreducibilidade natureza-sociedade não é somente lógica, mas existe no lado das coisas em confronto. O formal do conceito natureza (de raiz kantiana, sabe-se) exprime a generalização de um *modus operandi* racional, e, como tal, pode ser mantido até certo ponto, sem importar numa eliminação daquelas diferenças entre as diversas regiões de objetos, fenomenologicamente entendidas. Até certo ponto, como etapa provisória de uma interpretação integral da sociedade. Pois são os valores empíricos (as valorações efetivas da comunidade) e as normas, que, impositivamente, os consagram como regras ou pautas de conduta, que conferem ao meramente natural a dimensão especificamente social, e por isso, a sociedade é, no final, o domínio da cultura: o sistema de interações com sentido axiológico.

Concedido que assim seja, a dualidade natureza-sociedade significa mais que irreducibilidade lógica de dois métodos de ordenação de fenômenos: o dualismo lógico corresponde a um dualismo na estrutura dos objetos do conhecimento. Ou, causalidade e normatividade são tanto formas gnoseológicas como estruturas objetivas da realidade. Por isso que são formas lógicas (gnoseológicas), de uma parte, nada im-

pede que se tome o campo dos fatos socioculturais (desde que sociedade é um conceito cultural) sob o ponto de vista da causalidade. Uniforme é o princípio da causalidade, sob o qual existem diferentes tipos de causalidade: a física, a psico-física, a social. Por outro lado, os valores e as normas, que conferem sentido às relações recíprocas entre os homens, implantam-se no real, não *contra* a causalidade (física, biológica e psicológica), mas justamente *através* das correlações típicas entre os fatos. No domínio do jurídico isto é claro, como de resto em todo o domínio normativo. Sem as conexões de causalidade natural, sôbre as quais repousam a ação humana e todo o sistema de interações nenhuma norma seria viável. Uma norma estabelece tal conduta entre outras sociologicamente possíveis, um comportamento entre outros causalmente factíveis. A norma mesma, como ente ideal, escapa à causalidade, que é o modo de vinculação do real. Os nexos de norma a norma são de implicações formal e material. Mas a consciência da norma, a norma como conteúdo de atos imprime direções ao fluxo valorativamente neutros dos nexos causais. Como força motivacional, a consciência da norma é uma causa entre outras causas. Certo, o objeto impõe limites. Não é possível a consideração normativa diante do puramente fáctico. Se a sociedade pode ser considerada, formalmente, como natureza, a natureza (materialmente) não pode ser considerada como sociedade. A concepção sócio-normativa da natureza, bem adverte Kelsen (11) é uma etapa na história do pensamento, como o foi a visão teológico-normativa do universo físico, substituídas pela progressiva objetivação do conhecimento, expressão do que é a causalidade como nexo axiológicamente neutro, e subjetivamente depurado (eliminação do conceito de lei natural, como vinculação de um fato a outro fato, originária de uma vontade, sobrehumana ou divina). Sômente em fases primitivas, a natureza é parte da sociedade, concebida com categorias de normas e valores; assim, a conexão de causa-efeito, toma-se como vínculo de dever-ser, a relação de coisas como relação social: o efeito é o axiológicamente valioso ou desvalioso - pena ou recompensa - imputável à causa, como agente responsável. E, também, sob aquê- le ângulo que sublinhávamos: a natureza é produto da cultura, é um tipo de experiência simbólica na relação homem-mundo

físico circundante. É a experiência de objetos que surge em fases de ciclo cultural, precisamente dissolvente da concepção mítica e antropocêntrica do universo, como registraram FROBENIUS e SPENGLER. Afugenta o demoníaco e o mágico, abrindo caminho para a racional apropriação do mundo; racional e pragmática, pois a manipulação tecnológica dos objetos é, então, a continuação do mesmo comportamento racional com as coisas.

Mantemos a dualidade dos dois sistemas: o sistema da natureza e o sistema da sociedade ou da cultura. Todo sistema contém elementos e regras ou leis de ordenação, para dar-lhe estrutura. Assim, nos chamados sistemas formais, como nos sistemas de objetos. Um só objeto, como uma só proposição não formam sistemas. Tampouco uma pluralidade de proposição, ou uma multiplicidade de objetos, sem um nexos ou um modo de composição, pelo qual a pura multiplicidade solta se converte em uma totalidade, na qual algumas proposições ficam excluídas de entrarem no todo, porque infringem leis formais de composição, ou objetos são eliminados, porque neles não se manifestam aqueles valores e normas (para nos referirmos aos sistemas reais de tipo cultural) característicos e dominantes numa dada cultura. Mas, quando KELSEN diz que são os mesmos elementos que ora relacionados como causa-efeito dão a natureza, ora relacionados sob a forma lógica de normas dão a sociedade, devemos entender que essa forma de ordenação ou relacionamento dos fatos não é arbitrária. Como na teoria kantiana do conhecimento, as categorias aplicam-se às impressões sensoriais, mas há índices objetivos que orientam o emprego desta ou daquela categoria. Assim, nem todo dado fáctico é relacionável normativamente. Fatos físicos, geográficos e biológicos entram, sim, no universo normativo do direito, mas tão só como antecedentes, cujas consequências — direitos e deveres — somente têm sentido no campo da conduta humana. Interrelacionar puros fatos físicos, biológicos ou geográficos (físicos) normativamente conduz ao sem-sentido. *Apenas* no nível *histórico*, não *gnoseológico*, é compreensível. A mentalidade primitiva o faz, concebendo a natureza como parte da sociedade, vinculando os fenômenos materiais de seu contorno imediato debaixo das categorias normativas de ações

e sanções, o que, no final de contas, bem expressa aquele grau rudimentar de seu processo de objetivação: a transferência da subjetividade para o lado dos fatores causais objetivos, que, por isso, aparecem como agentes personificados dos efeitos, valorados consideravelmente pelas suas repercussões concretas para a vida individual e coletiva.

Cremos que justamente porque KELSEN mantém a dualidade natureza-sociedade (cultura) como resultante do método, e somente por isso, é que a irredutibilidade, que tanta ênfase recebe em sua teoria do direito, perde o rigor quando se tem em conta os objetos mesmos. Não há, nessa teoria, como dissemos acima, duas regiões, fenomenologicamente irredutíveis, a da natureza e a da cultura. Há tão só, dois procedimentos sintéticos de coordenação de dados, para dizermos em léxico crítico-transcendental, e o objeto é o produto do modo de síntese. Sobre os *mesmos elementos* dois modos de síntese: a de causa-efeito, e a de consequência que deve ser, dada a verificação empírica de certos fatos, que, *eo ipso*, cobram a dimensão de jurídicos, ou ingressão num dado universo de normas, uma de cujas espécies é o do direito.

O dualismo resulta, portanto, somente gnoseológico. Decorre da impossibilidade de considerarmos dois fatos quaisquer simultaneamente como causa-efeito e como nexos normativo, ou de deduzirmos a ordem causal da normativa, e, vice-versa, a ordem normativa derivarmos da ordem causal. Mas, nos termos da teoria em exame, nada impede que a sociedade possa ser considerada uma parte da natureza, se o conceito da causalidade perde aquele caráter de necessidade absoluta — residualidade perde aquele caráter de necessidade absoluta — residuo da concepção normativa do universo, superada pelo progresso da ciência positiva — e se apresenta como enunciado de probabilidade, estatisticamente verificável nos fenômenos, quer naturais, quer sociais. Está afirmado concludentemente que “Não existe diferença social entre as leis naturais e as sociais, isto é, entre as leis que determinam a natureza e as que determinam a sociedade, tão logo a lei natural mesma abandona sua pretensão de necessidade absoluta e se satisfaz com ser uma asserção de probabilidade estatística”.

Parece-nos que o caráter probabilístico da causalidade, que a torna aplicável aos dois sistemas de objetos, os naturais

e os sociais, não elimina a diferença entre ambos, nem conduz ao monismo naturalista, substituto científico-positivo do "monismo sócio-cêntrico" da mentalidade primitiva, ainda com resíduos em alguns aspectos do pensamento filosófico do ocidente, mas já eliminada da ciência com COPERNICO, KEPLER e NEWTON. O que mantém essa diferença, não eliminável pelo processo generalizador da causalidade, é a circunstância de a cultura ser como o território síntese, o ponto de intersecção de fatos naturais e significações (valores e normas), de homens em relações recíprocas, operando sobre o mundo físico circundante, e modelando ou imprimindo forma às condutas em interação e aos componentes físicos do mundo circundante, mediante valores e normas. Essa a tri-componencialidade ou tridimensionalidade do domínio ou universo da cultura, reconhecida por um SCHELER, um HARTMANN, um CASSIRER, um GURVITCH ou um SOROKIN, entre tantos outros. Justamente porque três dimensões compõem o domínio da cultura, há que se conceber modos de relacionamento e não mera justaposição entre os mesmos. Entre esses modos de relacionamento, a causalidade é fundamental. Pacífico é existência de causalidade física, psico-física, bio-psíquica, sociológica, histórico-cultural. Causalidade pode existir em qualquer dos subdomínios do real (12).

* * *

Podemos dividir a realidade empírica em dois setores: de um lado, natureza, ou seja o sistema de todos os fatos estruturados sob o regime da causalidade e alheios aos sentidos e valores. De outro, o setor ocupado pelos fatos que direta ou indiretamente se relacionam com as realizações de valores, que não se opõem à causalidade, mas antes, sobre ela se assestam, acrescentando à natureza a dimensão de sentido. É necessário que um sistema seja, primeiro, causal, para que venha a ser, depois, suporte de valores. Se inexistir uma estrutura ordenada regularmente, se a qualquer fato sucede qualquer outro fato, em puras séries de coexistência e sucessão, sem nenhum ser fator interveniente no aparecimento de um outro, em suma, num caos de objetos, sem o cosmos natural, seja per-

tinente às coisas físicas, ou à entidades humanas e suas ações, então, é impossível implantar valores e obter cultura. A personalidade ética pressupõe o fato psicológico, causalmente formado, do eu ou sujeito, que compreende causalidade bio-psíquica, psico-física e estritamente psíquica. É sobre isso que reside a possibilidade da psicologia científica. Os sistemas de normas (religiosas, convencionais e do uso, da moral, e do direito) são factíveis de orientar a conduta individual e coletiva não porque a liberdade importe na suspensão da causalidade, mas precisamente porque existem causalidades no processo do comportamento subjetivo e intersubjetivo. Sem estruturas psicológicas e sociológicas de conduta, nenhuma norma teria eficácia, força para orientar, desviar, modificar condutas no sentido do axiológicamente positivo para a consciência estimativa da comunidade. Por outra parte, a forma de relacionamento de fatos, que é a causalidade, não é estranha ao conhecimento dos fatos com sentido cultural. MAX WEBER e outros assinalam a necessidade de o sociólogo se valer das relações causais na exposição dos fatos históricos (.) Além de causalidades típicas, de correlações recorrentes, tem-se também, por sobre as formas de causalidades universais, que se repetem, as causalidades individuais, que compõem um contexto concreto, temporalmente vinculados, único, inconfundível (as que integram e explicam os contextos: Renascimento, Reforma, Revolução inglesa de 1688, etc). (13)

* * *

Neste ponto, convém retomar o conceito de sociedade, o contraposto kelseniano do conceito de natureza. Em rigor, o âmbito sociedade abrange dois aspectos inseparáveis e, também, de certo modo, irreduzíveis. Inseparáveis no objeto material, discerníveis como objetos formais. Delinear objetos formais, com base num objeto material, é tornar temático, em linguagem husserliana, um momento da coisa, inserindo, entre parentese metódico provisório, os restantes lados do objeto. A recomposição total, dos *membra dissecta*, seccionados pelas ciências especializadas, faz-se como termo final, em uma teoria do objeto, no caso, em uma ontologia da cultura.

Constata-se, sem maior esforço, a dualidade integrante do conceito de sociedade. Dentro do universo sociedade temos, de um lado, teorias filosóficas e científicas, sistemas de ciências e estruturas tecnológicas de atuação sobre o mundo físico, doutrinas e sistemas éticos, teorias e sistemas jurídicos, para o controle ou a ordenação da coletividade, saber filosófico do direito, saber científico do direito e aplicação de regras jurídicas; teorias estéticas, escolas artísticas, estilos e concepções estéticas do mundo; teologias, dogmas e preceitos de ação dentro da comunidade religiosa. O inventário está incompleto. Mas, tudo isso representa idéias, pensamentos, concepções, crenças, atitudes estimativas, valorização e valores, conhecimento, sensibilidade, vontade, experiências diversas da consciência humana diante do mundo, que não simplesmente surgem, fluem e desaparecem, mas que sobrevivem aos atos subjetivos através dos quais foram criados. De algum modo, não são subjetividade, pois esta é individual, temporalizada, fluente, na duração real. Não se compõem da subjetividade, mas se põem através dela. E sobrevivem não só porque representam o transsubjetivo, mas, ainda, porque se documentam, se convertem em coisas, se implantam no real, no real físico, ou no real humano (na personalidade e sua conduta). Documentando-se, tornando-se realidade o que é meramente idéia e ideal, é susceptível de acumulação, de transmissão, de reiteradas experiências através das gerações, como o acentua a antropologia cultural. O modelo dessa documentação ou mundanização das idéias e valores reside, para a antropologia, na linguagem, sistema de símbolos fixados em sons articulados e sinais gráficos, ponto comum de encontro dos sujeitos individuais, e repertório de experiências, que se acrescentam e transitam de época para época, garantindo a continuidade histórica do grupo, nada obstante a variação de seus membros.

Mas, no universo que é a sociedade, ao lado do que se documenta em livros e obras de arte, em templos, vias de comunicação e meios de transporte, em códigos e artefactos industriais, em poemas, preces e fórmulas científicas, em escolas, teatros e órgãos de governo, em parlamentos e leis ditadas, em tribunais de justiça e sentenças proferidas, em universidades, em ensino e pesquisa realizados, enfim, ao lado de tudo isso,

que entra na categoria geral do simbólico (CASSIRER), existem os modos como os indivíduos entram em relações uns com os outros, as maneiras pelas quais as condutas reciprocamente se interferem. Com efeito, não é uma espécie, paralela a outras espécies (as objetivações da cultura acima descritas) os modos de interrelacionamento de condutas. Uma coisa é uma proposição científica, uma escultura, um instrumento de guerra ou uma ferramenta de trabalho, e outra é a forma como as condutas se interferem para produzir ou manter ciência e arte, estratégia militar e multiplicação de bens econômicos (14).

* * *

De uma parte, os fins alcançados, os resultados obtidos, as obras realizadas, os valores objetivados em componentes do mundo material, que, por isso mesmo, se elevam ao nível do símbolo (substrato portador de significados). De outra, uma vasta e complicada combinação de ações ou condutas: ações que se interferem como ordenar e obedecer, cooperar e competir, afastar-se e aproximar-se, isolar-se e estar em contacto; interações estáveis ou infixas, organizadas ou inorganizadas, igualitárias ou estratificadas; sistemas de interações que se convertem em estruturas situacionais ou em estruturas grupais, abertas ou heréticas, homogêneas ou com diferenciação funcional. A inter-relação social, que tem na interação seu *Grundersheinung*, ostenta toda essa variada morfologia. São formas de estar um com o outro, são formas de intersubjetividade a imitação, a chefatura ou caudilhismo, a adaptação e a desadaptação o nivelamento e a desigualdade, o conflito e a comunhão, a dominação e a subordinação, a individuação e a coletivização. São, em última análise, interações que se multiplicam e se aglutinam, que se repetem em função de modelos (normas), repetição que cobra estabilidade e duração no tempo, sobrevivendo aos indivíduos atuais, substitutos fungíveis de uma entidade im-pessoal: a família, a nação, a classe, a igreja, a escola. Enfim, corpos coletivos, fundações, corporações, instituições no sentido mais largo. Ou categorias funcionais abstratas, que, em último termo, representam modos ou formas de síntese social: o operariado, o empresariado, a magistratura, o magis-

tério. O último elemento, o fato atômico, não mais divisível, é a relação recíproca entre pelo menos dois sujeitos, a interação diádica, de onde parte toda a rica fenomenologia social (15).

Foi SIMMEL quem, com insuperável precisão, anotou a impossibilidade de colocar-se lado a lado as obras e os processos de interação, a cultura objetivada e as formas de ação recíproca dos indivíduos (16). O social não abrange toda a sociedade: por isso, sociologia não equivale à enciclopédia das ciências sociais. Poderíamos dizer: nem tudo que se dá no âmbito da sociedade é social. Assim, os fatos psicológicos dos sujeitos em interação. Se não, a psicologia seria absorvida pela sociologia. Tampouco é social (interacional, ação recíproca) os fins e valores que se incorporam ao mundo natural. As obras de cultura fornecem a temática para a história da cultura, as ciências sistemáticas da cultura e a filosofia da cultura. Prolongar a sociologia até tal limite redundaria em dissolvê-la em filosofia da história, ou da cultura, e, no que respeita às ciências sistemáticas de segmentos da cultura (ciência do direito, da linguagem, da arte, da política, etc.) leva-a a recair no dilema: ou é supérflua, porque tais ciências sistemáticas já esgotaram o campo de investigações, quando muito sendo a sociologia um método, como o indutivo, ou, ao contrário, resulta em sociologismo (redução da ciência do direito à sociologia do direito, da ciência política à sociologia política, da teoria do conhecimento à sociologia do conhecimento).

* * *

Não se convertem, pois, em capítulos da sociologia pela circunstância de apenas dentro do universo social ser possível a percepção de tais fatos e suas respectivas ciências. Captar "fatos" requer coleta de dados, seleção de objetos, quadros teóricos de referência e parâmetros axiológicos de confronto, cuja origem e formação revestem caráter social. Percebemos os fatos mediante as formas da intuição e as categorias objetivas do entendimento, as quais estão isentas do subjetivismo in-

dividual, mas não totalmente depuradas dos "quadros sociais do conhecimento", ou do subjetivismo coletivo. Basta refletir que jamais vamos aos fatos, apreendendo-os puramente, como queria GOETHE, mas através da linguagem, entidade portadora de significações, de relações com o mundo de objetos, mas também vinculadas aos sujeitos integrantes da "comunidade do discurso", por isso que seus símbolos cristalizam as maneiras de pensar, sentir e querer da coletividade.

O certo é que uma significação lógica, estética, religiosa se concebidas por uma mente isolada, ou se pensadas por uma multiplicidade de pessoas, sem daí advirem contactos, sem sua presença mental simultânea se explicar por mútuas influências, sem sua origem ser condicionada às posições dos sujeitos dentro das formas sociais, então tais significações apenas transcendem o universo da idealidade para inserir-se no real, até o limite dos atos e vivências, até onde chega a psicologia. Nessa hipótese, as significações não se socialificam, não provocam relações interhumanas, ou não provêm de interações. As interações tendem à uniformidade, a um equilíbrio de relativa estabilidade, equilíbrio lábil, graças à inércia, à rotinização da conduta, à segurança advinda do cumprimento da ação típica não desviante ou discrepante, e, também, devido à inserção de significações objetivas; de regras comuns para dirimir os conflitos de interesses, de valores comuns para ajuizar as ações, de noções objetivas para apreender cientificamente e manipular tecnicamente os fatos constitutivos do mundo circundante. Em suma, das significações ou sentidos objetivos, que, para entrarem na realidade precisam dos sentidos subjetivos.

Temos em conta aqui o mínimo de ontologia daquelas significações. Que sua objetividade provenha tão só da generalidade com que valem para uma coletividade, ou que, por sobre tal aspecto social da validade, as significações ou sentidos tenham existência ideal (no que é difícil evitar certo platonismo metafísico), para as ciências empíricas da sociedade e da cultura, as significações diferem dos corpos, de suas propriedades físicas ou biológicas, e não se reduzem aos puros estados psicológicos, como desejo, vontade, afetos, etc. como que projetados ou objetivados no mundo material circundante. Valores, normas, significações, sentidos, significados, como quer

que se denomine, o sociólogo ou o cientista da cultura os encontra como dados objetivos no universo das interações humanas.

Temos, por assim dizer, estratos superpostos, ou, antes graus no desdobramento da realidade humana: o dos fatos puramente psicológicos, o das formas de interação e o dos fins e valores incorporados em obras. Níveis separáveis em abstrato tão só. O psíquico (humano) puro é ou uma abstração científica, o corte metodológico para delinear objeto ou campo de uma teoria relativamente autônoma — a psicologia empírica — ou se verifica geneticamente, em fases elementares da evolução histórica da consciência. Pois ali onde se julgava poder isolar não só metodologicamente, mas ontologicamente, os fatos psicológicos de seus contextos sociais revelou-se impossível. Quando se passa além da vida psicológica elementar (sensações, reflexos, associações simples, correlações do psíquico com fatos físicos ou fisiológicos), a implicação do social é manifesta. O mecanismo da memória, como fato psicológico, se desenvolve dentro de “quadros sociais” bem analisados por HALBWACHS. As impressões sensoriais e as reações sensorio-motoras são uniformes, independentemente dos contornos sociais. Mas, já as percepções, que envolvem juízos e valorações virtuais, desdobram-se dentro de configurações sociológicas, ou requerem, como LEVY-BRUHL anotou, a presença da “mentalidade coletiva”, sendo por isso que o campo perceptual dos primitivos difere do de um homem civilizado. Mesmo quando se procura eliminar não só a configuração social, mas inclusive o psíquico como aspecto irreduzível, no behaviorismo, diferente é o sistema de respostas aos estímulos físicos, das respostas multiplicadas, e complexas aos estímulos, por assim dizer, sociais. Aqui, interpola-se entre estímulo e resposta uma série de intermediários, constituídos pelas interações e os significados aderidos aos objetos sociais. Têm-se respostas culturais, como chamou RUTH BENEDICT, onde o mundo circundante do indivíduo está representado por modelos ou padrões, por valores que se objetivam (socializam-se) em forma de exigibilidades normativas. Dir-se-á que uma psicologia científica, empiricamente fundada, pode prescindir do complexo sócio-cultural dos fatos em exame. Isto até certo ponto. Já tem sido

contestado que essa purificação vá além de certo limite. As correlações empíricas, experimentalmente verificadas, exercem-se, nos laboratórios de psicologia, com o uso de instrumentos, técnicas e relações interumanas bem vinculadas ao círculo da cultura e inseridas nas estruturas sociológicas de civilizações maduras. Com o que as respostas psicológicas são respostas sociologicamente situadas, ou funcionalmente relacionadas, tanto mais que a forma ou a estrutura total (seja a do sujeito individual, seja a de sub-sistemas e sistemas sociais) é tanto um fator de unificação — o que refuta o atomismo, tanto na psicologia quanto na sociologia — quanto de acrescentamento de propriedades novas, garantindo a cada grau da realidade ser irreduzível ao anterior — o sociológico ao psíquico, o cultural ao sociológico (17).

Por isso que se tratam de graus ou estratos superpostos, as formações sociais contêm os de nível anterior: a vida biológica ingressa dentro da vida psicológica, os processos psicológicos estão contidos pelas formas sociais, e as objetivações da cultura se verificam através das interações e estruturas de convivência humana. O corpo humano, que em nível biológico, é uma parcela do mundo natural físico, uma coisa entre outras coisas, cobra novo sentido quando é o corpo de um sujeito psicológico, que mediante êle se põe em contacto com o mundo circundante, mundo que é o contra-polo do sujeito, sua oposição e, ao mesmo tempo, condição de existência; o mesmo corpo converte-se em instrumento de contactos inter-subjetivos, entre sujeitos que se exteriorizam em ações, reciprocamente dirigidas, e cuja subjetividade permaneceria em total soledade e hermetismo não fôsse o corpo como meio material de expressão (18); o mesmo corpo sensível ganha novos significados quando é objeto para a forma estética, ou objeto de valoração moral, ou objeto de um direito fundamental do indivíduo. Em termos gnoseológicos, como já vimos: o mesmo dato converte-se em objetos distintos, tantas sejam as formas de síntese em que êle ingressa, ou tantas sejam as categorias de ordenação. Em termos de teoria da realidade: o mesmo dato entra em universos diferentes, cada um envolvendo o anterior, adicionando-lhe características novas, o que faz que o mais simples se contenha no mais com-

plexo, mas não explique causalmente o complexo, pois neste está presente um fator totalizante, chame-se figura, forma ou estrutura, cuja técnica metodológica de investigação é a análise estrutural ou funcional, empregada pela biologia, pela psicologia, pela sociologia, pela antropologia social, pelas ciências sistêmicas da cultura e pela história (19).

* * *

Em SIMMEL, o problema gnoseológico fundamental, para a sociologia, consistia em tomar o contínuo-heterogêneo, a realidade histórica, e isolar o fato puro da socialização, proceder a um corte categorial no todo, mediante o conceito de ação recíproca. Tal corte implicava em separar o social de seus condicionamentos — os processos psicológicos, mas reconhecendo que “a socialização é um processo psíquico”. Sem os interesses, os impulsos, os estados afetivos, os atos concretos de pensar, as tendências e a vontade não se pode explicar que os indivíduos entrem em ações recíprocas, constituam grupos, se aglutinem em processos de mando, de liderança, de segregação, de concorrência ou luta. Para a dinâmica das ações recíprocas é preciso um substrato de motivações, de fatores que impulsionem os mecanismos ou estruturas psicológicas pre-sociologicamente constituídas, ou advindas dos contactos sociais (psicologia individual e psicologia social). A psicologia está, assim, implicada. Mas, é de dizer com DURKHEIM: o social não deriva somente da natureza psicológica do homem em geral e sim da maneira em que eles, uma vez associados, afetam-se mutuamente.

É possível isolar o fato puro da relação recíproca, para tomarmos o fato microsociológico, ou o social, para considerarmos desde os elementares aos globais, considerando que há uma variação, relativamente independente, entre tais fatos e os que representam a dinâmica da motivação psicológica; de outra, a variação relativamente independente entre os fatos de socialização e os sentidos puramente objetivos expressados na economia, na técnica, na arte e na ciência, no direito e na moral. Diferentes motivações psicológicas, diferentes estados de consciência, e distintos fins subjetivamente queridos podem dar lu-

gar a um mesmo tipo de ação recíproca, como, inversamente, vários tipos de ação recíproca (cooperação, conflito, concorrência, etc.) podem ser expressão de um mesmo motivo, fim ou sentido subjetivo. Relativamente às duas variáveis, os modos da ação recíproca funcionam como a forma diante de conteúdos. O conceito de forma é um conceito dependente. Forma o é porque algo é conteúdo. Formas puras, com eliminação dos conteúdos particulares, só se obtêm no grau de abstração formal, em nível das formas lógicas e das formas matemáticas. Mas, as formas sociais não meramente consistem. Elas existem na realidade dos “sistemas empíricos sócio-culturais” (SOROKIN). Por isso, porque existenciais, são formas de certa matéria. É expressivo que SIMMEL entenda, também, por conteúdo o aspecto objetivo da forma social. Chamo conteúdo, ou matéria da socialização, diz êle, a quanto exista nos indivíduos (portadores concretos e imediatos de toda realidade histórica) capaz de originar a ação de uns sobre outros ou a recepção de influências: chame-se instinto, interesse, fim inclinação (20). Mas, também, o lado objetivo das significações realizadas. Tanto que, sublinha, as ciências sociais estabelecem-se *pela diversidade de conteúdo*, o que quer dizer, *pela diversidade dos sentidos objetivos* (éticos, jurídicos, econômicos, etc.)

A lição de SIMMEL, para a teoria da cultura, é a de que existe, para utilizarmos categorias hegelianas, entre o espírito subjetivo e o espírito objetivo, entre os atos subjetivos e os sentidos objetivados um terceiro campo, se não *ontologicamente* subsistente, pelo menos *gnoseologicamente separável*: o das formas sociais, o dos modos de ação recíproca entre os sujeitos. Existem como objeto formal. Formas sociais puras, sem substrato psicológico e sem componente objetivo de sentido, não se encontram. As formas podem abrigar diferentes ou quaisquer conteúdos, fácticos e axiológicos, subjetivos e objetivos, mas têm de ter um conteúdo. Demais, a forma pura da ação intersubjetiva, que é temática para a sociologia abstrata, generalizadora e tipificadora, não exclui o estudo das relações entre formas e conteúdos, o que dá lugar aos contactos estreitos entre psicologia social e sociologia, entre sociologia e ciências da cultura. Tomando-se em consideração as relações entre formas sociais e conteúdo objetivados de sentido, decorrem sociologias concretas, so-

ciologia da cultura (da arte, do direito, da linguagem, do conhecimento, da religião, da economia) (21).

A área das formas de interação é um domínio intermédio entre os atos que se verificam no interior de cada sujeito e os significados (fins, valores, idéias, ideais, normas, como quer que se denomine) incorporados em atitudes, comportamentos, condutas, ou entes do mundo físico. Um domínio intermédio, discernível, por técnica metodológica, um corte abstrato, mas não subsistente por si mesmo. Não encontramos formas puras de associação humana, sem matéria que provenha do polo subjetivo e do polo objetivo. A dualidade sujeito-objeto nelas se faz presente. O social contém matéria subjetiva, mas é o domínio da inter-subjetividade, da experiência compartilhada de muitos sujeitos, o ponto de encontro que dá margem àquele *ego social* de WIESE. Não que o ego social importe num ego superpessoal, que exista sem os sujeitos individuais, hipóstase esta a que facilmente conduz o emprêgo do idioma e à necessidade que temos de identificar um sujeito coletivo, centro substantivo de imputações sociais.

* * *

As formas de interação humana manifestam o mesmo processo de objetivação que reside na essência da cultura. É a superação da subjetividade particular, desigual, inconstante, com base na qual nenhuma vida em comum cobraria estabilidade, nem previsibilidade de condutas, continuidade no tempo, institucionalização de qualquer processo, a relativa estática numa dinâmica desordenada e destrutiva de qualquer progresso material e espiritual. Entregues cada sujeito à sua subjetividade, ninguém saberá o que pode e o que deve fazer, o que os demais farão ou deverão fazer. Com apoio no sujeito concreto, nenhum acôrdo, como vira ROUSSEAU, seria cumprido, nenhum contrato contaria amanhã com a decisão de hoje. Mesmo, o acôrdo, o mínimo de consenso que reside em toda espécie de interação, em todo grupo, comunidade, associação, requer, por sobre os fins individuais, acima dos interesses e impulsos que partem do ego e a ele regressam (porque prisioneiros do círculo fechado da subjetividade) uma zona de intersecção dos fins diversificados, o

fim comum que, sociologicamente, dá lugar a ações coordenadas, ações uniformes e pautadas normativamente, a distribuição de papéis a cada sujeito interveniente, na relação social, o que fundamenta recíprocas expectativas de condutas. Ingressando no domínio das formas sociais, o sujeito, de certo modo, objetiva-se (sem prejuízo de sua subjetividade, que cresce em profundidade e extensão, com a multiplicação dos círculos sociais em que participa): adota "maneiras de pensar, sentir e querer" que preexistem e sobrevivem a sua existência individual posta e impostas pelo contorno social, utiliza um acervo de experiências que já encontra, concebe e manipula os objetos através de quadros de conhecimento e valoração de que não foi autor, insere-se dentro de formações coletivas sem decisão própria (família, classe, nação) e o social inteiro como que se condensa e lhe penetra gradual e impositivamente através da linguagem, o fator de objetivação social por excelência.

Irredutíveis ao fluxo interior do vivido, à corrente temporal da consciência individual, as formas sociais mantêm, todavia, uma relação dialética entre os indivíduos e a comunidade, entre a subjetividade e a objetividade. Os fios de que se tecem o social são de ordem psicológica, mas a composição, a combinação dos elementos, a constituição de figuras e formas, estas ultrapassam as lindes até onde vai a psicologia empírica. Esta relação dialética mostra-se na busca dos fins. Nenhum fim objetivo (objetivo, aqui, como equivalente a social) existe por si mesmo, contra ou acima dos fins subjetivos de todos os componentes individuais de uma formação social. A realização do fim objetivo, razão de ser de uma forma social, conta com a adesão dos participantes, com um promédio de valorações favoráveis ao fim e com as motivações. Diferentes motivações conduzem ao mesmo fim, como, inversamente, diferentes fins podem ser procurados com igual motivação. O indivíduo cumpre o fim objetivo, porque, também, encontra nêle, de algum modo, a realização de seu fim subjetivo. Ou procurando exclusivamente a implantação de seus propósitos pessoais e de seus fins particulares, quando ingressa na órbita do social, os efeitos de sua ação dependem da conexão com outros fins e com os meios disponíveis, obtendo resultados que ultrapassam sua previsão. Engajando-se o indivíduo, muitas vêzes, a sistemas de fins im-

personais, pela sua dimensão e duração no tempo, o que deu margem à conhecida análise hegeliana, de que o "espírito objetivo" ou o sistema da cultura objetiva vai descrevendo seu itinerário histórico, valendo-se das paixões, interesses e móveis pessoais, pondo astuciosamente o concreto individual a serviço do racional abstrato (23). Do ponto de vista sociológico, o importante é sublinhar: o estabelecimento de um fim comunal ou objetivo-social traduz-se numa interação, num processo de cooperação, de subordinação, de rivalidade, interação que, repetindo-se uniformemente, conduz a *situações sociais*, e destas se convertem em *formações sociais* — grupos ou sociedades parciais e sociedades globais (24). A objetivação que as formas sociais ostentam reside na força de suas exigências, na duração com que ultrapassa o indivíduo ou gerações (não, porém, todos os indivíduos ou todas as gerações), na uniformidade da conduta, não simplesmente fáctica ou causal, mas normativa — regulada por modelos ou padrões. Com isso, está claro, não se entende a objetividade como a absoluta exterioridade às consciências ou a subsistência do ente social face a todos os indivíduos (25). Sem cada consciência individual repetir em si mesma o conteúdo dessa consciência coletiva, sem a re-experiência, que se renova e se multiplica nos sujeitos concretos, de um núcleo permanente de normas, de símbolos, de crenças e de atitudes, nenhuma forma social sobrevive aos indivíduos, os "portadores imediatos e concretos de toda realidade histórica". A forma social é constantemente renovada em cada ato subjetivo, repetidamente reafirmada, pois ela é o segmento em que todos os atos se encontram, sem o cômputo daqueles traços em que diferem, diferenças relevantes para outros pontos de vista (ético, estético, religioso).

Se, de um lado, as formas sociais constituem-se com os atos, e seus centros viventes, os sujeitos, pois, provêm de atos e perduram na medida em que sejam confirmadas em renovados atos, que poderíamos compendiar como termo schmittiano, para dar tônica à vontade, em atos de decisão de cada indivíduo e de cada geração, por outro aspecto, às formas sociais ligam-se aos significados, aos valores ou sentido objetivos. A estas duas vertentes das formas sociais SIMMEL chamou de conteúdo. Os homens associam-se ou dissociam-se, aproximam-se ou afastam-se, man-

dam ou obedecem não apenas pela dinâmica das tendências: pelo instinto ou inclinação de sociedade — visível já nas espécies animais —, ou pelo medo, ou pelo afã de segurança, pela "vontade de poderio", pelo impulso de obedecer. SCHELLER chamou a atenção para a importância dos fatores que mergulham suas raízes na natureza bio-psicológica, de grau pré-cultura, mas presentes na estrutura do mundo histórico. Se os impulsos cósmicos propõem os homens a se associarem, implantando rudimentar nível de sociedade, não desconhecida em pequeno grau na escala animal, o sobrevir de *significados* logo integra a mera sociedade e a convertem em universo cultural — este, sim, privativo da espécie humana.

A interação, por isso, somente entra dentro do campo do sociológico porque contém um "sentido subjetivamente mentado" (26). Sem intenção dirigida a outrem, reciprocamente referida, as ações de dois sujeitos caem na órbita do sociologicamente indiferente: são insusceptíveis desse ato específico de captação de sentido que é o compreender. Agora, temos de completar o ângulo subjetivo da interação com o objetivo: o dos significados objetivos, ou sentidos objetivos. Em si mesmos, os significados não são matéria social. Uma teoria, uma proposição, uma norma, um valor carece das propriedades dos objetos reais: são alheios às propriedades físico-químicas da matéria, ou às características dos fatos psíquicos; tão pouco são objetos sociais. Uma teoria científica, uma regra de comportamento, um valor estético ou religioso objetivados num fragmento do universo físico diferem de uma forma social, de um processo social, de um complexo coletivo ou abstrato (WIESE). Com a investigação sociológica não captamos a *essência* nem alcançaremos fundamentar a *validade* da proposição científica, a justiça do preceito de conduta ou a valiosidade intrínseca da obra de arte. Alcançaremos, sim, com a teoria lógica, com a teoria gnoseológica e a metodologia empírica; mais, com as ciências sistemáticas do normativo e a teoria filosófica do domínio ético (moral e direito), e por último, com a teoria da arte ou a teoria estética. O certo é que o domínio das significações, teóricas, estéticas, éticas, etc. penetram, por assim dizer, no mundo histórico através dos sujeitos e suas vivências, e encontram-se no espaço social. Mas, valha-nos, aqui, o argu-

mento simmeliano: os fatos astronômicos, físicos, químicos, biológicos são objetos de ciências, que se não convertem em meros capítulos da psicologia, tão somente porque tais fatos "só adquiriram realidade na consciência humana".

* * *

Quando se diz que há significações, valores, normas, sentidos objetivos que constituem, fenomenologicamente, uma região, na qual se acham as diversas sub-regiões — significações ou valores lógicos, gnoseológicos, científicos, éticos, jurídicos, estéticos, etc., — somos inclinados, por um reducionismo empirista e naturalista, a considerar que todo êsse estrato componente da cultura se não se identifica com o material ou corpo físico da cultura, é real na forma de atos. Cai-se num realismo: ora de atos do sujeito, psicologicamente tomado, ora de atos inter-subjetivos, ou, propriamente, sociais, interacionais. Com o que se recusa a tese da idealidade das significações (valores e normas), reputando-a metafísica, cientificamente inservível, ou meta-científica. Todavia, a tese da idealidade é puramente ontológica, tomando o termo ontológico com aquela reserva que o fez HUSSERL (27). Então, ontologia nada mais exprime que tipologia de objetos, descrição preliminar de setores daquele pluralismo de experiências, pois cada tipo de objeto pede um tipo de estar com êle, de acesso à sua estrutura. Há, assim, uma experiência do jurídico, outra experiência do ético, outra do estético, ou do logos, outra do sagrado (28), uma experiência das coisas físicas, outra dos valores para os quais os dados físicos são suportes fáctivos.

Idealidade, pois, representa um universo, diferente do universo físico, ao qual se chega, também empiricamente. Nada quer dizer senão que uma proposição lógica, um enunciado científico, uma regra de conduta, um valor estético, sacral, econômico carecem das propriedades físicas da matéria, não são os atos subjetivos — temporais, individuais, vinculados às conexões variáveis de cada vivência —, nem se dissolvem em relações de poder, de aproximação ou distância, de imitação ou de inovação, de adaptação ou desajustamento, numa relação conflitual ou competitiva. Fundam-se, isto sim, na corporeidade

das coisas, nos sujeitos e seus estados, nas relações recíprocas entre sujeitos, estratos aos quais chegamos, respectivamente, mediante a percepção sensorial, a auto-percepção, a introafeção e a compreensão sociologicamente entendida. E cada experiência é fundante em relação à seguinte. Sem a percepção sensível da expressão física, não acedemos à percepção da psique do próximo; sem percepção do aspecto psicológico das relações sociais, não atingiremos as estruturas sociológicas ou as formas de interação. Todas essas experiências precedentes, cooperam no apreender valores. Essa dependência genética dos valores em relação aos substratos nada diz contra a objetividade e autonomia-ontológica do axiológico, quanto a um possível ser *a se* dos valores. Empiricamente, apreendemos uma relação formal, mesmo em lógica pura, com um mínimo de suportes de linguagem — a linguagem formalizada dos seus símbolos. O artista não capta, em intuição a pura forma estética, na fase da criação interior, sem imagens ou representações sensíveis para, depois, de convertê-la em presença plástica no mundo visível. Mas tudo isto é cultura porque se projeta na existência exterior, a partir do momento em que o significado serve-se do símbolo — gesto, vocábulo, conduta ou coisa —, em que escapa da mente e dá início a uma série de ações recíprocas entre os homens. No momento em que se dá a objetivação ou a socialificação: o significado é fator de processos sociais. Em um excelente manual de filosofia, observa o autor: "Um matemático descobre novo e importante teorema e escreve em seguida um artigo para uma revista. Não haveria feito isto se não houvesse encontrado o teorema. Tão pouco teria sucedido muitas outras coisas: o correio não se teria ocupado com o envio, o tipógrafo não teria composto o artigo e outros matemáticos não teriam se irritado. O que produziu todas estas alterações? Manifestamente, a circunstância de que o pensamento do teorema fosse capturado pela mente do sábio naquele momento. A entrada desse pensamento no mundo da temporalidade alterou muitos processos psíquicos e físicos." Está implícito, além da alteração do curso do suceder físico e psíquico, houve alteração de relações recíprocas: uns adotaram a nova proposição, outros recusaram e combateram-na. Os institutos de matemática entraram em ação, aglutinaram-se várias pessoas para ouvir conferências a

respeito, deram-se cursos, provocaram-se novas relações docente-discentes; escreveram-se livros, que entraram no mundo dos fatos econômicos; como bens econômicos passaram a ser matéria de formas jurídicas, surgindo autores, editores e público comprador (29).

Vê-se como o teorema, uma estrutura de significação lógica, é capaz de desencadear uma série de alterações, impelindo, desviando, ou suspendendo a corrente dos fatos físicos, mentais e sociais. O teorema mesmo fica incrustado num sistema total de significações proposicionais: repercute noutros teoremas, pois com eles mantém relações, não psíquicas, ou físicas, ou sociológicas; sim, relações de implicações: é uma consequência de outras proposições fundamentais — axiomas, postulados, definições —, mantém coerência com outros teoremas, rechaça também outros, que assentam em diferentes proposições fundamentais. Mas ainda. Essa totalidade coerente, formalmente compatível em sua interna articulação, repercute sobre outros sistemas científicos, naturais ou sociais. Dão-se relações inter-sistemáticas, entre sistemas matemáticos e sistemas físicos, entre sistemas jurídicos e sistemas econômicos, entre sistemas políticos e sistemas de filosofia social. Utilizando a terminologia diltheyana: além das relações entre os sistemas de organização exterior da sociedade; há relações entre os sistemas de cultura objetiva e interrelações entre sistemas de organização exterior e sistemas de cultura: os primeiros, objetos da sociologia, os segundos, objeto das ciências sistemáticas da cultura; as últimas tema da sociologia da cultura, a ciência que estuda o campo de encontro de duas áreas só abstratamente — mediante conceptualização científica — separáveis (30).

Se as significações (valores, normas) resistem à redução às propriedades físicas dos corpos, ou aos estados subjetivos dos indivíduos em interação, igualmente, são irreduzíveis às interações como tais. Encontram-se como dados no objeto social, melhor dito, sócio-cultural, recolhidas por uma experiência que não é a experiência dos objetos físicos, ou a experiência dos objetos psíquicos, como o anotaram, desde distintos pontos de vista, SIMMEL, DURKHEIM, GURVITCH, SOROKIN (31). Nem a percepção sensível, que atinge a manifestação exterior

das condutas, pode surpreender o valioso (estético, jurídico, moral, econômico, religioso), que eleva uma pluralidade de condutas ao nível de condutas criadoras do belo, do cômico, do trágico, do lícito, do ilícito, do permitido, do proibido, do bem, do mal, do útil, do sagrado, do profano. Um empirismo radical, que ponha a percepção sensível externa como único método de acesso aos objetos, não consegue distinguir, numa multiplicidade de homens que se associam, se se trata de uma comunidade para o trabalho, ou de uma comunidade religiosa, de uma associação para o lóbro de fins científicos ou desportivos; se se trata de um grêmio de artistas ou de uma sociedade de propósitos lucrativos. O mesmo dado exterior, um grupo de indivíduos, ora representa um comité revolucionário, infrigente do ordenamento jurídico, ora toma a significação de uma comunhão para fins tutelados para mesma ordem jurídica. O mesmo grupo de homens, ora constitui-se em comunhão religiosa, no templo, ora, reúne-se em associação para defesa de seus interesses profissionais, e o mesmo grupo é sindicato; materialmente, o mesmo ente coletivo é partido político, é uma equipe de sábios ou de artistas, ou constitui um governo num regime parlamentar. Há, evidentemente, um fator de síntese, que reúne os elementos em totalidades novas, cada uma, irreduzível à outra. Os processos psíquicos, que estão na base de cada uma podem coincidir; assim, os impulsos, os interesses, os sentimentos e aspirações; os processos sociais, as formas de interações, as modalidades de se interrelacionarem os homens podem se encontrar em totalidades de sentido diferentes. Adaptação, estratificação, liderança, etc., encontram-se num sindicato, num colégio de sábios, numa agência de governo: são processos universais, atravessam verticalmente a sociedade total (com seus grupos, sub-grupos, ou sistemas parciais). Mas, o que define conjuntos humanos, o que demarca funcionalmente uns em face de outros é o sistema de significações (ou valores e normas) de que são portadores. Estas significações não são apreensíveis pela percepção externa, ou pela introspecção; requerem, sim, um tipo de apreensão que DILTHEY e WEBER cunharam, a compreensão, numa espécie de leitura de coisas-sinais, indo do sensível ao significado (subjetivo e, também, objetivo), ou tomando o dado como incorporação simbólica de idealidades

(idealidade, tipo de objeto, abrangendo tanto os valores positivos como os negativos, de cada sub-região da idealidade: a teórica, a estética, etc.) (32).

* * *

O final complemento de tudo isso reside numa teoria geral das significações ou numa teoria do axiológico, espécie de fenomenologia material de uma região e que funciona a título de pressuposto ou postulado, e, por isso que acima das ciências empíricas, de caráter meta-científico. FURFEY (33) observou-o no que toca à sociologia. O sociólogo parte de postulados meta-empíricos os "metasociological value judgements". Entendamos. O objeto social é incluído dos valores, normas, significados. Há uma dimensão axiológico-positiva, que nós encontramos no "imediatamente dado", no fenômeno, no social como ele aparece. Se é *datum*, os conceitos científicos recolhem-no. Mas, para selecionar os dados, o cientista social parte de um mínimo de princípios, uns lógico-formais, outros lógico-materiais, e outros extra-lógicos. Neste grupo, "assumptions" de valores. Não se tratam dos valores que o sociólogo encontra no objeto: são valores que ele aceita, tomadas de posição inevitáveis, que requerem decisões, à parte mesmo os prejuízos ideológicos, objetivamente não controláveis e, por isso, cientificamente além da verdade e da falsidade. Ora, teorizar sobre os valores, acrescentemos, importa numa auto-reflexão da consciência estimativa sobre si mesma, em regredir à consciência individual e seguir a intencionalidade para o valioso, acompanhar sua direção para um tipo de objetos diferentes do puramente psíquico e do puramente (in abstracto) interacional. A regressão dos objetos para as formas de significação exige aquela alteração de atitudes ante o mundo que HUSSERL chamou "reflexão lógica". Em relação a cada ciência particular, equivale a uma meta-teoria, ou uma lógica da ciência.

Esse retroceder da análise, que se verifica na sociologia, também se dá nas ciências sociais particulares (ciência do direito, ciência da linguagem, ciência da arte, etc.), na teoria da cultura e na história. Sociologia e teorias sistemáticas e

teorias históricas da cultura, todo conhecimento do sócio-cultural (assim: sociologia geral, sociologia da política, ciência política, história política) tomam como pontos de partida pressupostos ou proposições meta-científicas (*stricto sensu*), cuja procedência reside na teoria da ciência — lógica e a teoria do conhecimento — e na teoria dos valores. Cada ciência particular do social e do cultural não reputa como tema seu a conversão dos problemas axiológicos e lógicos. Importaria num conhecimento de nível mais abstrato, e num salto de um sistema para outro sistema. Não seria problema intra-sistemático. O que não impede, ao contrário pede que o cientista especializado, faça, também, teoria de segundo grau lógico, que se dê conta, também, da filosofia da ciência social e da filosofia da ciência da cultura, momento em que se convertem em temático aqueles *anfangsgruende*, que havia aceito como condições indispensáveis de seu trabalho de investigação empírica. Essas duas direções do pensamento completam-se. De um lado, impede a recaída num empirismo radical, que reduz toda teoria do valor à psicologia e à sociologia dos valores; de outro, corrige o idealismo metafísico sem vínculo com a realidade: o idealismo representará a teoria de um tipo de objetos, a ontologia da idealidade, onde se alojam as significações lógicas, éticas, estéticas, jurídicas, religiosas, econômicas.

A estas duas direções do conhecimento, aspecto gnoseológico do problema, juntam-se as duas vertentes do objeto, aspecto ontológico da questão. A cultura nem é pura realidade, nem pura idealidade. É uma síntese de elementos em recíproca influência, uma inserção das significações no domínio da natureza, uma transformação dos fatos que compõem o sistema natural em sustentáculos de sentidos que, em si mesmos, pertencem "a um outro mundo". Tanto uma realização da idealidade, quanto uma idealização do real. O que quer dizer que ambos os fatores, ao atuarem, penetram em universos diferentes; por isso, não permanecem intactos em sua contextura primitiva (34). As formas estéticas imprimem-se no mármore, na cor, no som e, ao mesmo tempo em que elevam a matéria prima ao nível do sentido axiológico, dobram-se às exigências das propriedades meramente físicas. Sem a resistência da matéria não se ganha o plástico da forma; então, a du-

reza, a resistência corpórea é limitação ao arbítrio da pura forma estética, mas, também, é uma condição. Se as interações humanas seguissem um curso inflexível, imodificável, ou se ocorressem sem qualquer ordem, incomputáveis em seus motivos e efeitos, um sistema de normas não encontraria as condições de passarem da mera validade para a eficácia, do puro ser-valioso, para o nível do dever-ser efetivo, posto pela comunidade ou por um agente individualizado, órgão da comunidade, fase em que o dever-ser insere-se na consciência individual e coletiva, como representação do obrigatório, como experiência subjetiva e inter-subjetiva do normativamente exigido. Condutas, agentes ou sujeitos se não têm, como as coisas, compacta resistência de entes físicos, antes de o serem normativamente um universo, contém já um mínimo de ordem natural, são natureza, um cosmos. Tanto natureza ou cosmos em sentido formal, pois este é o sentido transcendental (gnoseológico), não coincidente com o sentido material, quanto natureza equivalente ao domínio do inorgânico, do biológico e do puramente psíquico, comum aos animais e homens. Sem a existência humana coletiva ser já natureza, ordenação causal — psicológica e sociológica — de condutas, nem a norma atingiria fatos, nem os fatos se elevariam ao limite dos significados. A força normativa dos fatos — não só no âmbito do normativo-jurídico — e o poder fáctico do normativo são os dois polos de um só *Grundfaktum*, o da cultura, uma síntese de fatores em relação interdependencial, por isso, acertadamente, caracterizadas pela dominante teoria da cultura como síntese dialética, uma, por assim dizer, tensa relação dialogada, como o *logos* bipartindo-se para dar lugar ao movimento, ao discurso histórico da cultura.

Podemos evitar a metafísica hegeliana que nisso se insinua. Não a idéia, fecunda empiricamente para a sociologia e a teoria da cultura, de que há um dualismo empiricamente irreduzível na história humana, chame-se real-ideal, fatos-valores (normas, significações, sentidos), em muito a versão, cientificamente depurada, do dualismo espírito subjetivo-espírito objetivo (o espírito subjetivo sendo um grau na evolução da natureza) (35)

NOTAS

(1) — “A mão do homem é a menos especializada e assim utiliza sua versatilidade para o manejo de instrumentos artificiais... e, tem, devido a sua estrutura complexa, um assombroso número de formas de agarrar... ARISTÓTELES descreveu essa admirável versatilidade da mão do homem, e KANT, em uma metáfora, a chamou o “cérebro externo do homem” Vd. DAVID KATZ, *Animales y hombres, estudios de Psicología comparada*, p. 23. Espasa, Madrid, 1942.

(2) — ALOIS DEMPFF, *Filosofia de la cultura*, ps. 99 e ss. Madrid, 1933.

(3) — Chales P. LOOMIS e Zona K. LOOMIS; *Modern social theories* (ROBERT K. MERTON as a structural analyst) ps. 246/319. London, 1965.

(4) — F. BRENTANO, *Psychologie du point de vue empirique*, ps. 92/112. Paris, 1949.

(5) — A interrelação funcional entre a sociedade, a cultura e a personalidade é demonstrada por SOROKIN. Vd. *Society, culture and personality*, ps. 714 e ss. N. York, 1947.

(6) — “I find continually present and standing over against me the one spatiotemporal fact-world to which I myself belong, as do all other men found in it and related in the same way to it” (p. 106). A amplitude do que encontro, do que me circunda, não se restringe às coisas, pois “... ‘this world is not there for me as a mere world of facts and affairs, but, with the same immediacy, as a world of values, a world of goods, a practical world’”. “These values and practicalities, they too belong to the constitution of the actually present object as such”. E. HUSSERL, *Ideas: a general introduction to pure phenomenology*, p. 103. London, 1931.

(7) — E. SPRANGER, *Formas de vida*, p. 114. B. Aires, 1948.

(8) — A tese de um “peculiar ontological status” dos valores reside, segundo F. KAUFMANN, na aceitação dos juízos de valor como proposições sintéticas. Mas, “value judgements are analytic propositions. The erroneous view they are synthetic propositions has its root in the elliptical formulation of value judgements and value problems. The sentence: *A certain action a' is morally good in terms of a good* is elliptical. Its complete formulation is *a' is morally good in terms of a good* system of axiological rules, by virtue of its having the properties *p', p''... p'n*. If the presupposed synthetic propositions asserting that *a'* has the properties *p', p''... p'n* are confounded with the value judgement proper, then it seems as if the value judgement itself were synthetic”. Vd. *Methodology of the social sciences*, p. 137. Igualmente, seria a formulação elítica de normas, omitindo a referência às regras axiológicas pressupostas ou admitidas — a título de postulação — o que conduz à tese de que há normas e valores “belonging to a separate ontological realm”. Op. cit. p. 208. London, 1944.

(9) — Nem um passo se pode dar sobre esse tema sem acudir a CASSIRER: “The process of language formation shows for example how the chaos of immediate impressions takes on order and clarity for us only when we name it and diate impressions with the function of linguistic thought and expression. In this so permeate it with the function of linguistic thought and expression. In this new world of linguistic signs the world of impressions acquires an entirely new permanence, because it acquires a new intellectual articulation”. Vd. *The philosophy of symbolic forms*, p. 87, T. I. New York, 1953.

Na linguagem reside (como vira HUMBOLDT) “the bridge between the subjective and objective”. O que a consciência plena do sentido exige, encontra

Sinnliche Wahrnehmung ist die Voraussetzung. Der Tastsinn, als der elementare, ursprüngliche Sinn, aus dem sich die anderen Sinne erst entwickelt haben, verlässt das Bewusstsein der eigentlichen Berührung. Wir brauchen hier nicht viel Worte zu machen, um die unausschöpfliche Bedeutung, die die durch die Haut Vermittelten Kontakte fuer die menschlichen Beziehungen haben, hervorzuheben". (op. cit. ps. 228/229). O conceito de contacto social abrange modalidades (ps. 226/239). Sob esse ponto de vista, "... jeder Mensch ist in ein System von Nah- und Fernkontakten eingeschlossen, dessen Einzelercheinungen wechseln".

(19) — Entende-se que a cultura é um sistema, não uma congerie de elementos ou uma justaposição de ações, condutas, obras, símbolos, valores e normas. Cada elemento desempenha um papel, que advem do relacionamento com o todo. Impõem-se, em consequência, a análise funcional, que no domínio histórico-social, não pode seguir o modelo referencial da biologia, como o adverte R. K. MERTON, ao verificar os postulados metodológicos de RADCLIFFE BROWN e de MALINOWSKI (Vd. MERTON, Teoría y estructura sociales, ps. 35/71), anotando que no universo sócio-cultural além de processos funcionais há que registrar os disfuncionais e os a-funcionais.

(20) — SIMMEL, Sociologia, estudios sobre las formas de socialización, p. 14, t. 1.

(21) — N. J. SPYKMAN (The social theory of GEORG SIMMEL) estudando SIMMEL, diz que a realidade sócio-cultural pode ser tomada em três ângulos: a) o dos indivíduos, "the bearer of the social situation"; b) o das "forms of the reciprocal relations between the individuals" e c) o do "factual content". As ciências sociais particulares baseiam-se na divisão material, diferem em conteúdo; somente a sociologia geral saca a pura forma de socialização (socialization), traça a linha que intersecciona todos os setores materiais do social (vd. op. cit. ps. 45/54).

O funcionalismo simmeliano decorre do relativismo gnoseológico. O mundo social não é substantivo, um ser em si. Independente, digamos, dos sujeitos intervenientes, e dos sujeitos, terceiros cognoscentes, para os quais o social é objeto. O social é processo, dinâmica atualidade. "Society is analysed in terms of component elements, not as individuals existences, but as bearers of relationships. It is analysis in terms of function, not in terms of substances; it is an analysis in terms of relationships, not in terms of individuals" (SPYKMAN, op. cit. p. 88). Por isto, "society as form, as associations, is nothing but the sum of the integrating functional relationships".

(22) — "O indivíduo é, por uma parte, um elemento nas interações da sociedade, um ponto de cruzamento dos diferentes sistemas dessas interações, que reage com uma vontade consciente com ação sobre a influência desses sistemas; é, ao mesmo tempo, a inteligência que contempla tudo isso e o investiga" (DILTHEY, op. cit. p. 50).

(23) — Justamente porque "as ações individuais são, independentemente de suas motivações, partes de um conjunto estruturado", verificando-se contextualmente, em função de um marco ou sistema, é que, além do registro dos agentes causais, é necessário a interpretação estrutural ou funcional (MANNHEIM, Ensayos de sociología de la cultura, ps. 109/123. Madrid, 1957). Aquele que leva a terno a ação não é, muitas vezes, consciente do significado funcional dela, de seus condicionamentos, e de suas consequências. MERTON, acertadamente, introduz a diferença entre disposições subjetivas e consequências objetivas, estas funcionais. Uma ação é, para um sistema, seja funcional, disfuncional ou a-funcional. Um contexto sempre oferta ao agente "alternativas funcionais" aquele horizonte de possibilidades, de cujo repertório a vida humana vai sendo feita

em seu discurso individual, conforme ORTEGA Y GASSET. Sobre o problema do contexto estrutural da ação, R. K. MERTON, op. cit. ps. 60/92.

(24) — Interpretando GURVITCH: A realidade social é um universo multi-dimensional (magia, arte, direito, técnica, poder, economia, saber) e uma realidade estruturada em estratos, em "paliers en profondeur", o que exige investigações em sentido horizontal e vertical. Em níveis, por assim dizer, superpostos: uma base exterior, morfológica, superestruturas organizadas, abaixo das quais fluem os processos espontâneos, não fixados em conceitos, normas ou instituições, a corrente dinâmica do social, inovador, criador de novas valorizações e valores, e de novos meios de expressão simbólicos. O conhecimento sociológico orienta-se por modelos não idênticos ao generalizador da ciência natural, nem conforma-se com o individualizador da ciência histórico-cultural, mas buscando estruturas fundíveis com o individualizador da ciência histórico-cultural, mas buscando estruturas que se repetem tipologicamente. Assim, temos tipologia das relações recíprocas elementares: as formas de sociabilidade - as mais susceptíveis de repetição, por isso um tanto abertas ao procedimento indutivo-generalizador, o domínio do micro-sociológico; a tipologia das estruturas (em cujo âmbito adquirem configuração as formas elementares de sociabilidade) ou grupos; finalmente, tipologia do todo social, das sociedades globais, abrangentes de sub-sociedades ou sociedades parciais. Estas são configurações concretas, cuja individualidade exige a aproximação individualizadora ou idiográfica, própria do conhecimento histórico. Vd. GURVITCH, La vocation actuelle de la Sociologie, ps. 7/15 e Sociology of Law, ps. 198/286, onde aplica o modelo lógico do tipo à investigação do direito, distinguindo a micro e a macro-sociologia do jurídico.

(25) — É, ainda, com WIESE: "Die sozialen Gebilde sind dem Konkreten Einzelmenschen gegenüber nichts anderes als die Einflüsse der Gesamtheit aller anderen Menschen, die gleichzeitig sind, vor ihm waren und kommen werden (da sehr viele soziale Gesamtschaften teilweise auf zukünftige Generationen gerichtet sind) — op. cit. p. 509. Mais, "... die sozialen Tatsachen sind nichts anderes als eben auch wieder nur menschliche Dinge. Sie gehören demselben Genus an wie die individuellen. Sie sind nicht uebermenschlich und nicht untermenschlich, sind nicht verhungerswuerdiger, geheimnisvoller als die Regung der Einzelseele; sind nicht dauernder als die seelischen Prozess, da sich diese bestaendig in anderen Menschenseelen wiederholen", id. p. 508.

(26) — A interação não é entre sujeito e objeto, é intersubjetiva. Ali onde a relação parece ser apenas entre homem e coisa, é inter-humana. A ação externa "... quando se orienta pela expectativa de determinadas reações de objetos terna" (M. WEBER, op. cit. 21, T. I). As coisas físicas são objetos do conhecimento social — sociológico ou cultural — como suportes de interações, como meios através dos quais se exteriorizam significados, ou sempre em referência a significados e valores. Significados, valores, sujeitos são os quadros de referência do conhecimento sócio-cultural.

(27) — Em nota às "IDEAS", diz HUSSERL: "On historical grounds I had at that time (HUSSERL faz referência ao vol. 1., § 67 das Investigações Lógicas) not yet dared to make use of the alienating expression Ontology, and I described their study as a fragment of an a priori theory of objects as such which A. v. MEINONG has brought more compactly under the title Theory of the object (Gegenstandstheorie). In supposition to this arrangement, I now hold it to be more correct, in sympathy with the changed condition of the time, to make the old expression Ontology current once again" (op. cit. p. 68).

Sociologicamente, significação é o sentido da ação, que se não reduz apenas, como insiste M. WEBER, ao sentido subjetivo. Significação, é referência a objetos e referência a outrem. Os diferentes tipos de referência a objetos dão as diferentes tipologias teóricas, estéticas, jurídicas, etc. Os diferentes tipos de referência a outrem dão a rica morfologia das interações: competir, imitar, mandar,

social implica o pressuposto de uma teoria do homem. Só uma antropologia filosófica existencialmente projetada nos dá uma real teoria da vida humana (vd. entre sua extensa produção científica. Tratado Geral de Sociologia, ps. 109|139). Isola o objeto formal quando assenta: "Ainda que os fenômenos de que se ocupa a Sociologia estão dotados de sentido, o que a Sociologia estuda não é o conjunto de uns sentidos abstraídos dos fatos reais em que tais sentidos se tem criado, como se estes fossem uma espécie de estruturas ideais autônomas. Pelo contrário, o que a Sociologia estuda é o conjunto de uns fatos humanos específicos, os fatos sociais, como fatos no espaço e no tempo, como realidades empíricas, só que tomando em consideração o sentido de que estão dotados, pois a compreensão desse sentido é necessária para explicar o processo real de tais fatos" (op. cit. p. 92).

TEMPO DE PIÉRON

PAULO ROSAS

Introdução

Estive em Paris um pouco antes e algum tempo após à morte do professor Henri Piéron (1). E ao lado de homenagens formais e comentários de praxe, que lhe foram então naturalmente tributados, pude compreender que o papel de Piéron no quadro geral da Psicologia Francesa representa antes de mais nada o de promotor dos estudos científicos, pelo menos promotor da mais considerável parcela dos estudos científicos ao seu tempo realizados na França no domínio da Psicologia. Não apenas — embora também — um cientista. Mas, suponho que conscientemente, um "propagandista", um "persuasor". Por mais que se digladiem as correntes e os grupos, Piéron, líder de um grupo, de vários grupos, é também, sem favor, líder de uma época. Tempo de Piéron.

Traço de união entre divergências. Entre oponentes. Não que não tenha sofrido, êle próprio, oposição, objeções, críticas. Sofreu-as. Mas, sempre o exame desapaixonado levava a reconhecer no professor Piéron um homem sincero, devotado à ciência por seu trabalho inteligente e seu ardor de crente.

Nesse sentido, Henri Piéron lembra Granville Stanley Hall. Autor de ensaio clássico sobre a adolescência (1905), integrando uma corrente de pensamento, não se ilhou na sua perspectiva; e, apesar de os primeiros autores de estudos sobre a adolescência quase mutuamente, se desconhecem sobretudo quando as contribuições vinham de países diferentes, em geral citam Stanley Hall. Criticam-no muitas vezes. E o citam e o criticam com respeito. Malgrado a vulnerabilidade de seus pontos de vista. Seus métodos improvisados e a carência de outras perspectivas antes elaboradas de modo sistemático sobre a questão, fazem de Stanley Hall "não um mestre incontestável nem um erudito indigesto",

mas um "fecundo iniciador" — escreve Maurice Debesse (*Comment étudier les adolescents*, PUF, Paris, 1947). Diz ainda Debesse, referindo-se a Stanley Hall: "Todos os que o conheceram foram batidos por sua vitalidade, por seu dinamismo interior, que fazia dele um professor capaz de entusiasmar um auditório, de fazer nascer vocações, de provocar veneração".

Não conheci pessoalmente o professor Piéron. Contudo, a vibração com que escreve, mesmo quando o assunto é árido, a vibração com que sobre ele se escreve, mesmo quando se o critica, sugeriram-me a associação entre o papel de Stanley Hall nos Estados Unidos, quanto à Psicologia da Adolescência, e o papel de Henri Piéron, na França, quanto à Psicologia Experimental. Falei dessa associação à Sra. Geneviève Oléron, sua ex-discípula e atual vice-diretora do Instituto de Psicologia da Universidade de Paris. De início, concordou comigo a professora Geneviève Oléron. Para acrescentar em seguida: "...mas, no caso de Piéron, há uma diferença: sua influência se estende a toda a Psicologia, e não se limita à Psicologia Experimental".

Posterior familiarização com a obra de Piéron e contatos com numerosos psicólogos atuando em universidades francesas de Paris, Strasbourg, Lyon, Marseille, Aix-en-Provence, Toulouse e Bordeaux, confirmaram a observação da Sra. Oléron.

De certo modo, Piéron viveu na França, quanto à Psicologia, o papel que Stanley Hall viveu nos Estados Unidos, quanto à Psicologia da Adolescência. É bem verdade que Stanley Hall era realmente um iniciador. E se estudos outros tinham sido publicados abordando a adolescência, particularmente *La Puberté*, de A. Marro (1897), é lícito atribuir a Stanley Hall o papel de iniciador dos trabalhos sistemáticos sobre a questão. Já Piéron, contava com as experiências da Psicofísica (entende Reuchlin que em nada Piéron deve sua formação aos laboratórios alemães, embora conhecesse muito bem todos os seus trabalhos). Contava com as reflexões científicas de Claude Bernard. Contava com um comêço de tradição, que vinha de Janet, de Binet, de Ribot. Com a antevisão das aplicações da psicologia experimental, alimentada por Edouard Toulouse. De outro lado, é justo acrescentar a favor de Piéron: se também ele

não é um mestre incontestável, seus procedimentos metodológicos, que explora, aperfeiçoa, inventa, são bem menos improvisados, bem mais tecnicamente analisados, bem mais válidos do que os procedimentos empregados por Stanley Hall. E se vários deles são hoje superados e já se os não usa, outros há que ainda são adotados com êxito ou simplesmente foram modernizados em face do nível técnico atualmente alcançado, ou, ainda, serviram como paradigma ontem, hoje, como sugestão. Que mais se pode exigir da reflexão científica?

Fui, assim, sensibilizado pela personalidade e pela obra de Henri Piéron. E decidi-me a estudar o que estou chamando de "tempo de Piéron" — o presente artigo é uma primeira aproximação ao problema.

Desde os primeiros passos, detendo-me com certa minúcia sobre alguns documentos básicos (*Notice sur ses travaux scientifiques*, 1923; *Supplément à la Notice sur ses travaux scientifiques*, 1936; *Notice Supplémentaire sur ses travaux scientifiques*, 1942), verifiquei ser a tarefa por demais complexa. Pois a obra de Piéron se estende por livros sobre diversos e especializados campos da Psicologia e, sobretudo, por centenas de artigos, críticas, conferências, cursos, comentários. Durante os meses de minha permanência na França (novembro de 1964 a junho de 1965), pesquisei quanto me foi possível — quer entrevistando antigos alunos de Piéron, hoje pesquisadores e mestres, quer trabalhando sobre sua imensa colaboração a revistas científicas, particularmente a *L'Année Psychologique* e ao *Bulletin de l'INOP*.

Não obstante, devo honestamente observar que longe estou de cobrir toda a extensão de suas pesquisas, pelo menos de modo sistemático e suficientemente refletido. Continuarei estudando o assunto.

Ressalto, enfim, que nesta primeira fase de minhas pesquisas sobre o "tempo de Piéron", muito contribuíram as sugestões que me foram feitas pelos professores Geneviève Oléron e Maurice Reuchlin — êste colocando à minha disposição artigos seus inéditos, datilografados ou em parte manuscritos. Agradeço à compreensão da ASTEF (*Association pour l'Organisation des Stages en France*), à compreensão do Sr. J. Meyour,

mas um "fecundo iniciador" — escreve Maurice Debesse (*Comment étudier les adolescents*, PUF, Paris, 1947). Diz ainda Debesse, referindo-se a Stanley Hall: "Todos os que o conheceram foram batidos por sua vitalidade, por seu dinamismo interior, que fazia dele um professor capaz de entusiasmar um auditório, de fazer nascer vocações, de provocar veneração".

Não conheci pessoalmente o professor Piéron. Contudo, a vibração com que escreve, mesmo quando o assunto é árido, a vibração com que sobre ele se escreve, mesmo quando se o critica, sugeriram-me a associação entre o papel de Stanley Hall nos Estados Unidos, quanto à Psicologia da Adolescência, e o papel de Henri Piéron, na França, quanto à Psicologia Experimental. Falei dessa associação à Sra. Geneviève Oléron, sua ex-discípula e atual vice-diretora do Instituto de Psicologia da Universidade de Paris. De início, concordou comigo a professora Geneviève Oléron. Para acrescentar em seguida: "...mas, no caso de Piéron, há uma diferença: sua influência se estende a toda a Psicologia, e não se limita à Psicologia Experimental".

Posterior familiarização com a obra de Piéron e contatos com numerosos psicólogos atuando em universidades francesas de Paris, Strasbourg, Lyon, Marseille, Aix-en-Provence, Toulouse e Bordeaux, confirmaram a observação da Sra. Oléron.

De certo modo, Piéron viveu na França, quanto à Psicologia, o papel que Stanley Hall viveu nos Estados Unidos, quanto à Psicologia da Adolescência. É bem verdade que Stanley Hall era realmente um iniciador. E se estudos outros tinham sido publicados abordando a adolescência, particularmente *La Puberté*, de A. Marro (1897), é lícito atribuir a Stanley Hall o papel de iniciador dos trabalhos sistemáticos sobre a questão. Já Piéron, contava com as experiências da Psicofísica (entende Reuchlin que em nada Piéron deve sua formação aos laboratórios alemães, embora conhecesse muito bem todos os seus trabalhos). Contava com as reflexões científicas de Claude Bernard. Contava com um comêço de tradição, que vinha de Janet, de Binet, de Ribot. Com a antevisão das aplicações da psicologia experimental, alimentada por Edouard Toulouse. De outro lado, é justo acrescentar a favor de Piéron: se também ele

não é um mestre incontestável, seus procedimentos metodológicos, que explora, aperfeiçoa, inventa, são bem menos improvisados, bem mais tecnicamente analisados, bem mais válidos do que os procedimentos empregados por Stanley Hall. E se vários deles são hoje superados e já se os não usa, outros há que ainda são adotados com êxito ou simplesmente foram modernizados em face do nível técnico atualmente alcançado, ou, ainda, serviram como paradigma ontem, hoje, como sugestão. Que mais se pode exigir da reflexão científica?

Fui, assim, sensibilizado pela personalidade e pela obra de Henri Piéron. E decidi-me a estudar o que estou chamando de "tempo de Piéron" — o presente artigo é uma primeira aproximação ao problema.

Desde os primeiros passos, detendo-me com certa minúcia sobre alguns documentos básicos (*Notice sur ses travaux scientifiques*, 1923; *Supplément à la Notice sur ses travaux scientifiques*, 1936; *Notice Supplémentaire sur ses travaux scientifiques*, 1942), verifiquei ser a tarefa por demais complexa. Pois a obra de Piéron se estende por livros sobre diversos e especializados campos da Psicologia e, sobretudo, por centenas de artigos, críticas, conferências, cursos, comentários. Durante os meses de minha permanência na França (novembro de 1964 a junho de 1965), pesquisei quanto me foi possível — quer entrevistando antigos alunos de Piéron, hoje pesquisadores e mestres, quer trabalhando sobre sua imensa colaboração a revistas científicas, particularmente a *L'Année Psychologique* e ao *Bulletin de l'INOP*.

Não obstante, devo honestamente observar que longe estou de cobrir toda a extensão de suas pesquisas, pelo menos de modo sistemático e suficientemente refletido. Continuarei estudando o assunto.

Ressalto, enfim, que nesta primeira fase de minhas pesquisas sobre o "tempo de Piéron", muito contribuíram as sugestões que me foram feitas pelos professores Geneviève Oléron e Maurice Reuchlin — êste colocando à minha disposição artigos seus inéditos, datilografados ou em parte manuscritos. Agradeço à compreensão da ASTEF (*Association pour l'Organisation des Stages en France*), à compreensão do Sr. J. Meyour,

que tenha a ASTEF contribuído com livros e publicações outras para facilitar a realização do presente trabalho.

A formação psicológica de Piéron

Em *Bref Historique des Tendances de la Psychologie Française* (2), Maurice Reuchlin compara o período inicial da Psicologia Francesa a uma obra teatral, cujo primeiro ato seria marcado pela passagem de Ribot pelo Collège de France (1888 a 1912), quando Piéron, “recolhendo a herança de Binet”, tornou-se Diretor do *Année Psychologique* e do Laboratório de Psicologia Fisiológica da Sorbonne. O herói teria sido Ribot, coadjuvado por Janet, Dumas, Binet e, “no fim do ato”, por Piéron.

É que a par de mais jovem, Piéron vinha de outro ramo de estudos. Não da Medicina (3), que Ribot considerava o primeiro passo para ser psicólogo. Mas, da Filosofia. Na realidade, depois de licenciado em Filosofia, é que Henri Piéron procurou Binet, dizendo de sua pretensão de se dedicar à Psicologia. Isto no limiar do século XX.

Iniciando-se como auxiliar de N. Vaschide, no Laboratório de Psicologia Experimental do *Asile de Villejuif*, onde Edouard Toulouse era Diretor, já em 1902 publicava seu primeiro livro, escrito em colaboração com N. Vaschide. Tratava-se de um estudo sobre os sonhos (*La Psychologie du Rêve aupoint de vue médical*). Não há qualquer referência a Freud. Aliás, por sua formação experimental, seu interesse pelo objetivo ou o subjetivo, “quando objetivamente constatável” (escreve em 1907), Piéron jamais deu bastante atenção à Psicanálise.

A carreira de Piéron é rápida e fecunda. Sua produção cresce em número, mas também cresce em originalidade e pela profundidade de suas análises, pelo aperfeiçoamento metodológico. Justifica-se, pois, que Reuchlin fale — tratando de sua suposta obra teatral — do segundo ato dominado pela figura de Piéron: Piéron e a Psicologia Fisiológica.

Vindo, assim, de uma licença de Filosofia, Piéron desenvolveu formação psicológica em laboratório. Em laboratório, Piéron experimentou, refletiu sobre a conduta do homem, examinou hipóteses, formulou explicação e definiu sua perspectiva de interpretação psicológica, inclusive quando pensou uma Psi-

cologia Aplicada. A Psicologia Aplicada em Piéron é conscientemente uma tentativa de simplificação das técnicas mais complexas empregadas nos laboratórios.

Escopo da Psicologia Experimental

No começo do século, quando Piéron iniciou suas pesquisas, reinava certa indefinição quanto ao escopo da Psicologia. Havia, antes de tudo, a tradição filosófica, insistindo sobre uma visão que, desde Fechner, satisfazia cada vez menos. Havia as arestas nascidas da polêmica entre Gabriel Tarde e E. Durkheim. Havia a admirável antevisão de Claude Bernard, pensando com originalidade sobre a “medicina experimental” (1856) e abrindo perspectivas novas para o estudo das ciências humanas. E em toda a parte as hipóteses de August Comte faziam-se rapidamente preconceitos. Na França, a despeito de Pierre Janet, a Psicologia praticamente não se arriscava além dos limites dos fenômenos conscientes e estritamente “positivos”. Não eram poucos os que, como o próprio Piéron, ao lado de respeitoso afeto por Janet, não o aceitavam, por considerarem sua metodologia carente de objetividade científica.

Problemas inúmeros se punham na ordem prática. Um mesmo termo tinha conotação diferente quando empregado por “psicólogo” de formação filosófica, fisiológica, sociológica, médica. Alguns propuseram terminologia nova (Beer, Bethe, Uexküll), na expectativa de contornarem as dificuldades. Pensavam, por exemplo, em substituir expressões clássicas, como sensação tátil e sensação visual, por *tango-recepção* e *foto-recepção*. Piéron rechaça tal hipótese, por lhe parecer estéril e na realidade nada resolver: além de, no seu modo de ver, não tardar a serem usadas as duas expressões como sinônimos, seu empenho forçaria o completo abandono da introspecção. Abandono com que não concordava Piéron.

Não sei se Piéron teve a intenção, mas suas talvez mais sugestivas contribuições publicadas nas duas primeiras décadas do século XX, reportam-se sobre o escopo da Psicologia. Sua preocupação científica o induz a ressaltar desde logo os “fenômenos objetivos”. Mas, sua intuição e sua clara compreensão da conduta o induzem a não desprezar os dados subjetivos, desde

que, adverte, "objetivamente constatáveis". Nada menos de 18 trabalhos consegui anotar tratando no todo ou em parte sobre a natureza e objeto da Psicologia.

Era comum àquela época que psicólogos ainda não habituados às verdadeiras características da Psicologia Científica, com o ímpeto de cristãos novos e a pretexto de resguardar a natureza científica da Psicologia, se insurgissem contra a introspecção. Sem que se possa edificar a Psicologia Científica sobre uma base estritamente introspectiva, é claro que se não pode abrir mão da introspecção, em se tratando da interpretação psicológica. Esta é hoje opinião corrente entre os teóricos da Psicologia. Há, mesmo, autores do porte de Woodworth, que não admitem ser a introspecção não objetiva: "dados introspectivos e dados objetivos, dizem eles, são fundamentalmente os mesmos — ambos dependem de observações feitas por pessoas. A diferença principal entre os dois tipos de dados é o fato de que os introspectivos são privados — só pode existir um observador para esses dados — ao passo que os objetivos são públicos, isto é, várias pessoas podem observar o mesmo fato e comparar o resultado de suas observações, verificando assim o acôrdo ou a falta de acôrdo entre esses resultados" (Woodworth e Marquis, *Psicologia*, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1958). Em meio aos debates acirrados, Piéron compreendeu que os dados subjetivos eram válidos. Não poderia, pois, aceitar a redução reflexológica de Bechterew. Nem aceitaria mais tarde, coerentemente, o behaviorismo de Watson.

A leitura, como tive oportunidade de fazer, dos artigos de Piéron, seguindo um plano cronológico, dá ao leitor as pegadas de sua reflexão. Pareceu-me apaixonante segui-las. Quase pensando alto, escreve Piéron em artigo hoje documento para a História da Psicologia, publicado em 1907, na *Révue Scientifique*:

"La Psychologie occupe une place distincte dans la biologie, (com relação à Fisiologia), non pas tant d'ailleurs par son objet que par son langage." (4)

E adiante:

"La delimitation de la psychologie de comportement et de la physiologie a pu sembler un peu précaire; toutefois la différence même de langage donne un critère apparent; parler de

sensations et de souvenirs, ou de de métabolisme et d'influx nerveux indique deux disciplines différentes."

Como se observa, justamente, na França, Piéron definiu a psicologia como ciência do comportamento ("science du comportement des organismes") em 1907, antes da "batalha do behaviorismo". Volto a citar suas palavras no mesmo artigo:

"Mais si ces recherches ne portent pas sur la conscience, sur quoi donc porteront-elles, qui ne soit déjà étudiée par la physiologie? Elles porteront sur l'activité des êtres et leurs rapports sensori-moteurs avec le milieu, sur ce que nous sommes en droit d'appeler le comportement des organismes."

No entanto, o sentido do termo "comportamento" conforme é empregado por Piéron, é mais amplo e corresponde melhor ao sentido no momento atual generalizado, do que o proposto e defendido com intransigência por Watson. O que não isenta Piéron de lastimável embora compreensível lacuna, pois implícita e explicitamente é levado a integrar a Psicologia na Biologia, esquecendo ou àquela altura ainda não compreendendo a significação dos dados sócio-culturais para a compreensão do comportamento.

As constantes da Psicologia de Henri Piéron

Igual à sua formação, a obra de Piéron versa sobre os mais variados domínios de que se ocupa a Psicologia. Entretanto, é possível ressaltar duas áreas que expressam as constantes dos trabalhos científicos de Piéron: *Psicologia Experimental* e *Psicologia Aplicada*. Áreas que, por sinal, num certo sentido envolvem toda a Psicologia.

Psicologia Experimental

Homem de laboratório, jamais se limitou Piéron ao laboratório, mas, foi o laboratório seu campo dominante de trabalho. E no laboratório, as pesquisas de psicologia fisiológica é que foram o centro de seus interesses. Ribot imprimira a seus estudos um cunho patológico, que passou a caracterizar em grande parte a psicologia francesa. A nota principal de Piéron, que fez a

psicologia francesa respeitada em todo o mundo, foi precisamente a ênfase sobre o aspecto fisiológico do comportamento.

É certo que muito contribuiu para o desenvolvimento da psicologia animal — também esta era tida na França como “não positiva” e, conseqüentemente, não científica. Em numerosos artigos, alguns dos quais reunidos mais tarde em *De l'actinie à l'homme* (1958/59), Piéron abre novos caminhos para a análise de comportamento animal. E sua *Psychologie Zoologique* (incluída no *Nouveau Traité de Psychologie*, de G. Dumas) atesta igualmente a seriedade de seus estudos neste domínio. Contudo, não foi o animal, foi o homem, que Piéron teve em mira na maioria de suas pesquisas. Haja visto o título de seu último livro, concluído já no hospital, onde veio a falecer: *L'Homme, rien que l'Homme*. Haja visto a penetração, a sensibilidade com que trata da “humanização”, na IV parte de *De l'Actinie à l'Homme*.

É certo que dentro da Psicologia Humana, apresentou valiosa contribuição para o desenvolvimento de estudos de cunho não necessariamente fisiológico, pesquisando sobre a percepção, a memória, a aprendizagem, as emoções.

Mas, é indiscutível terem sido suas análises dos fenômenos psico-fisiológicos que o fizeram mais notável como cientista. Seus pacientes, sistemáticos, ao tempo exaustivos estudos sobre as sensações — *Sensation, guide de vie*, é título de um dos seus livros mais divulgados e em geral apontado como dos melhores. Estudos psico-fisiológicos, que formam o denominador comum, a tônica mais lúcida presente mesmo naquêles trabalhos que tratavam de outra área. O próprio Piéron escreve, abrindo a *Introdução* em *De l'Actinie à l'Homme*: “No curso de um pouco mais de meio século, empreendi pesquisas sobre problemas bastante variados, mas sempre em uma única direção, a da análise dos comportamentos e a descoberta dos mecanismos biológicos em jogo, mecanismos cuja identidade fundamental aparece em toda a série dos organismos, inclusive dos organismos humanos que devem integrar, entre as ações exteriores, as do meio social, sem o qual não poderia existir a humanidade.” (5)

De tal modo, é reconhecidamente válida sua contribuição à Psicologia Fisiológica, que em 1923 foi criada uma cadeira de Fisiologia das Sensações no *Collège de France* destinada a

Henri Piéron, cadeira que ocupou até 1952. Desde então, vale dizer, continua vaga, a despeito de contar a França com professores do melhor nível, nomes entre outros como os de A. Fessard, J. Paillard, B. Metz e, noutra linha de análise, Paul Chauchard.

Ao iniciar suas pesquisas, no campo da psicologia experimental, não dispunha Piéron de procedimentos metodológicos e de aparelhos que permitissem uma experimentação segura, pelo menos com referência a todos os fatos por que se interessava. Mesmo porque desde o início assumira atitude cientificamente crítica em face aos instrumentos existentes. Não lhe satisfaziam muitas das técnicas psico-físicas dos laboratórios alemães, que, desde Wundt e Helmholtz e, mais ainda, com a divulgação dos *Elementos de Psicofísica*, de Fechner, provocavam interesse e curiosidade de meio mundo. Paciente e sistematicamente, com a colaboração de N. Vaschide e E. Toulouse, não apenas experimentou, mas, como já foi dito antes, adaptou, melhorou, inventou dezenas de aparelhos. Ele próprio e seus companheiros de laboratório e alunos funcionavam como sujeitos das primeiras experiências.

A publicação de *Technique de Psychologie Expérimentale*, de Toulouse, Vaschide e Piéron, mórmente a 2a. edição (1911), assinada por Toulouse e Piéron (face à prematura morte de Vaschide), faz patente o nível e seriedade do grupo de *Asile de Villejuif*. Não se trata de compilação (era muito escassa a bibliografia então existente) nem de mero catálogo dos aparelhos conhecidos. Trata-se de uma revisão das técnicas empregadas nos laboratórios franceses, alemães, ingleses, de tal modo minuciosa, que deve ter sido o melhor livro de texto escrito por pesquisador francês e, na época, publicado sobre a matéria.

Ainda sobre *Technique de Psychologie Expérimentale*, é de se notar que a bibliografia citada era toda estrangeira: Judd (*Laboratory Manual of Psychology e Laboratory Equipment for Psychological Experiments*, ambos publicados em Nova Iorque, 1907), Myers (*A text-book of experimental Psychology*, Londres, 1909), Titchener (*Experimental Psychology — A manual of Laboratory Practice*, 4 volumes publicados simultaneamente em Londres e Nova Iorque, entre 1901 e 1904) e Sanford (úni-

co citado em tradução francesa, *Cours de Psychologie Expérimentale*, Paris, 1900).

Dos livros acima, conheço apenas o *Manual* de Titchner, aliás, não a edição completa, de modo que no momento não sou competente para julgar da originalidade de *Technique de Psychologie Expérimentale*. O plano da obra é fundamentalmente didático. Perto de 70 aparelhos são descritos, analisados, criticados, acrescentando os autores sugestões práticas para os empregar na realização de pesquisas. Além da medida das sensações e percepções, tratam do que chamam "fenômenos de objetivação": certeza do testemunho, sugestibilidade, reação voluntária, tempo de reação, rapidez e precisão motoras. Mas, não deixam de trazer uma contribuição ao estudo da personalidade (chamam "determinação da síntese individual") e dos "fenômenos intelectuais", neste caso com a utilização dos testes psicológicos.

Da só discriminação sumária do seu conteúdo, depreende-se que os autores pretenderam cobrir o mais amplamente possível os assuntos estudados pelos psicólogos no momento em que escreviam. Neste sentido, vale como verdadeiro panorama da metodologia psicológica em 1912, admitida na maioria dos laboratórios então existentes. Não vale como panorama das teorias psicológicas, que àquela altura se debatiam, que o próprio Piéron debateria noutros documentos, o que, aliás, não correspondia ao objetivo da *Technique de Psychologie Expérimentale*.

Psicologia Aplicada

Concomitantemente com seus estudos de Psicologia Experimental, Piéron trabalhou sobre a metodologia própria da Psicologia Aplicada. Aliás, outra não é a tarefa que lhe foi conferida por Toulouse, quando o recebeu no *Asile de Villejuif*: "trabalhar para o aperfeiçoamento das técnicas de psicologia aplicada de aplicação individual".

Colaborando com Toulouse e Vaschide, compreendeu Piéron a importância de preparar sob a forma de testes simplificações das técnicas usuais em laboratório, técnicas sem dúvida indispensáveis para a realização de estudos mais finos, mas por

demais complexas e dispendiosas para serem usadas pelos serviços de psicologia aplicada. Vários testes foram então criados, alguns dos quais ainda hoje empregados com êxito por inúmeras pesquisas comprovado. Neste caso, o teste de "atenção concentrada" ("teste de barrage"), de Toulouse e Piéron, que integra a *Bateria Cepa*, de uso corrente no Brasil.

Todavia, é a partir de 1928, com a fundação do INOP (*Institut National d'Orientation Professionnelle*) que é decisiva para a evolução da psicologia francesa e influência de Piéron na tangente à psicologia aplicada. Seu trabalho foi então realizado com a cooperação constante da Sra. Piéron. O *Bulletin de l'INOP*, cuja coleção teve oportunidade de manipular (1929-1964), é testemunho não apenas do fecundo labor científico do professor e Sra. Piéron, como o mais legítimo porta-voz da psicologia aplicada francesa. Nêle colaboram Fontègne, Lahy, Laugier, Bonnardel (6), Faissard...

Nas páginas do *BINOP* e do *Année Psychologique* se iniciam ou se desenvolvem inúmeros dos que edificaram e que ainda fazem a Psicologia Francesa. E a influência do "patrão" estava quase sempre presente.

Como esteve no seu melhor trabalho neste domínio o *Tratado de Psicologia Aplicada*, ainda hoje fonte obrigatória para os estudantes de Psicologia de meio mundo. Escrito com outra linguagem, reunindo contribuição de especialistas como J. M. Faverge (estatística), Pierre Pichot (testes) Jean Stoetzel (estudo da opinião), entre outros, o *Tratado de Psicologia Aplicada* é atualmente, no tocante à Psicologia Aplicada, o que foi no seu tempo *Technique de Psychologie Expérimentale*, no tocante à Psicologia Experimental.

Perspectivas

Ao lado de campos onde tradicionalmente a contribuição da França é estimável, como a Psicologia Experimental, Psicologia Fisiológica, Psicologia Aplicada, Psicologia Diferencial, entre outros, observei em meu contato com centros de ensino e pesquisa franceses particular desenvolvimento dos estudos de Psicologia Social, Psicanálises e por um novo estilo de pesquisa ergonômica e de Psicologia Industrial.

Não seria correto descobrir Piéron no progresso das investigações psicanalíticas — lembre-se que Piéron sempre encarou com reserva as hipóteses da Psicanálise, em especial as generalizações freudianas. Também não vejo sua influência de modo marcante sobre especialistas de Psicologia Clínica e Psicoterapia, embora não de orientação psicanalítica, como os psicanalistas em evidente progresso na França de hoje. A Psicologia Social, como hoje se constrói com Stoetzel, Pagès, Cl. Flament, nutre-se bem mais nas fontes norte-americanas do que na tradição de Piéron. Acredito, ainda, que se realizam independentemente da ação direta de Piéron, ou como consequência imediata de suas hipóteses, os atuais estudos de Psicologia Industrial e de aumento de produtividade (o Serviço de Psicologia Aplicada da *Association Française pour l'Accroissement de la Productivité* — AFAP —, dirigido por François Gauchet, representa um ponto alto neste particular). Como independentemente de Piéron vem pesquisando o *Centre d'études et de recherches psychotechniques* (CERP), voltado para análises ergonômicas, quer de natureza experimental, psico-fisiológica, quer de natureza psico-social. No CERP impressionou-me o professor J. Leplat, um dos mais lúcidos psicólogos que conheci na França.

Nos demais domínios referidos, a marca de Piéron, sem minimizar o esforço de originalidade dos atuais cientistas, é indiscutível. Senão sobre todos os pesquisadores, certamente sobre pesquisadores que se situam entre os mais representativos da Psicologia Francesa, no momento atual. Mestres, como Paul Fraisse e a Sra. G. Oléron, no tocante à Psicologia Experimental; como J. Paillard, no tocante à Psicologia Fisiológica; René Zazzo, quanto à Psicologia Infantil e Aplicada; M. Reuchlin, quanto à Psicologia Diferencial, e, de modo geral à metodologia científica matematicamente elaborada.

Henri Piéron não é um "mestre incontestável". É um cientista, que soube ultrapassar os limites de seu laboratório, para se fazer propagandista da ciência.

NOTAS

(1) Henri Piéron nasceu a 18 de julho de 1881 e faleceu a 6 de novembro de 1964.

(2) Trabalho apresentado ao XVII Congresso Internacional de Psicologia, rea-

lizado nos Estados Unidos. Li os originais datilografados, por gentileza do Autor.

- (3) Lourenço Filho, no Prefácio à *Psicologia do Comportamento*, de Piéron, diz ter sido Piéron médico militar, durante a guerra de 1914-18. Também Paul Fraisse, no *Traité de Psychologie Expérimentale* (Vol. I, pág. 34), fala vagamente de ter Piéron realizado "estudos médicos e científicos"... No entanto, o professor Reuchlin em artigo publicado no *Bulletin de l'INOP* diz não ter Piéron seguido curso médico. E o próprio Piéron assim o afirma, em *Notice sur ses travaux scientifiques* (1923).
- (4) Parêntese meu. Lembro que Piéron se inclinava por classificar a Psicologia, ao lado da Fisiologia, entre as disciplinas biológicas.
- (5) Apesar de sua referência expressa ao social, não me parece que Piéron tenha convenientemente analisado a variável sócio-cultural em suas pesquisas.
- (6) R. Bennardel logo criaria sua própria revista, *Travail Humain*, à qual daria o melhor dos seus esforços. *Travail Humain* é hoje, ao lado de *Ergonomics* e algumas outras revistas especializadas publicadas em outros centros, fonte indispensável para quem pretende estudar com seriedade o trabalho do homem. O *Bulletin du CERP*, dirigido pelo professor Jacques Leplat, é, sem favor, uma dessas fontes.

CARLOS PENA FILHO
(1929 - 1960)

CÉSAR LEAL

A fase mais independente da poesia de Carlos Pena Filho é a dos sonetos do *Tempo da busca*. Nela também se incluem outros poemas anteriores ao aparecimento das *Memórias do Boi Serapião*. Ainda que seja um período de relativa procura, os poemas escritos por Carlos Pena depois de 1954 se ressentem do apoio de uma individualidade legitimamente criadora. O único traço estilístico a apontar nos poemas desse período é o descasamento de velhas associações de palavras. Raros poetas conseguiram enfrentar tal problema com tanto êxito. E se as soluções encontradas não foram as melhores, pelo menos vieram demonstrar que seriam possíveis. Contudo, se abstrairmos esses traços e mais a música bela — como diria Max Jacob — não encontraremos senão o ressoar de vozes no vazio:

Então houve um silêncio escandinavo
e ouvi búzios distantes e atrevidos
soprados por algum centauro flavo.

Eis uma atmosfera de pesadelo, trabalhada de um ponto de vista artístico inconsequente. Poucos versos em língua portuguesa são piores do que este: "Então houve um silêncio escandinavo". Talvez apenas este outro: "e ouvi búzios distantes e atrevidos". Ou ainda: "soprados por algum centauro flavo". Obedeceria isso a algum plano expressivo do autor? Creio que não. A lei psicológica que o obriga a escrever assim resulta de uma busca intencional de originalidade, com apoio numa forma tradicional capaz de forçar a sensibilidade do leitor, acostumado aos ritmos decassilábicos e rimas fortes. A impressão que tem o analista é a de que ele se movimenta num mundo estranho, à procura de algo que de antemão sabe não existir. Por isso recorre à métrica, ao ritmo e à rima que se

levantam sempre, em sua poesia, como potências hipnóticas capazes de colocar em suspensão a atenção do leitor. Ele não pede que o entendam. Pede apenas que o sintam. Ocorre com ele o contrário do que se observa em João Cabral de Melo Neto. Enquanto Carlos Pena desvia a atenção do receptivo, João Cabral o adverte:

Os homens que em geral
lidam nessa oficina
têm no almoxarifado
só palavras extintas;
umas que se asfixiam
por debaixo do pó,
outras despercebidas
em meio a grandes nós:
palavras que perderam
no uso todo o metal
e a arcia que detém
a atenção que lê mal.

Suponho que em Carlos Pena Filho essa "arcia" está representada pelos seus hábeis jogos rítmicos associados a rimas e metros regulares. Em sua poesia, a atenção do leitor é desviada constantemente por uma suave e hipnótica música. A obsessão pela palavra não é descoberta de ninguém; ele o afirma em muitas ocasiões:

Navegador de bruma e de incerteza
humilde me convoco e visto audácia
e te procuro em mares de silêncio
onde, serena e límpida, resides.

Na "bruma", na "incerteza", "em mares de silêncio", é onde ele busca constantemente os elementos de seu realismo poético. Por isso, desprende-se do ouro do sangue e da ferrugem dos ossos e agita nas mãos estandartes coloridos. Contudo seu poema *A Palavra*, apesar do alto nível de abstração em que se realiza, é belo e original. É um dos que marcam com maior força aquela fase de independência a que me referi no início deste ensaio. Seria injusto, porém, afirmar que toda a poesia de Carlos Pena daquela época se realiza unicamente num universo de formas abstratas. O soneto *A rosa no íntimo* possui um núcleo de explosiva beleza que contagia toda a composição. Esse núcleo é o terceto

Enfim, além (no além de tuas pernas
onde Deus repousou a sua face
cansado de inventar coisas eternas).

O soneto é frágil mas possui uma beleza excêntrica que o particulariza:

Entro em teu breve instante, onde os minutos
são três pássaros líquidos e enormes
e contemplo os gelados aquedutos
guardiães do silêncio, enquanto dormes.
Pouso a cabeça nos teus lábios sujos
de mundo e tempo, e vejo que possuis
em teu acios, dois bêbedos marujos
desesperados, só, raros, azuis.
Enfim, além (no além de tuas pernas
onde Deus repousou a sua face
cansado de inventar coisas eternas)
descendo ao desamparo de quem passe,
a rosa que és, a mística e sombria,
o noturna e serena rosa fria.

Observe-se que os elementos integrantes da camada abstrata do poema são absorvidos pelo núcleo significante: o primeiro terceto. O erotismo da imagem, associado à presença da palavra "Deus", um Deus "cansado de inventar coisas eternas", cumpre com êxito a função propagadora da ação poética às demais partes do poema. Isso Carlos Pena consegue através de um imperativo domínio sobre a palavra; uma intuição patrimonialmente delicada e essencialmente mecanizada em seus efeitos rítmicos e sonoros.

Se a fase de Carlos Pena Filho anterior a 1954 é caracterizada pelo signo da busca, ainda que o autor se abandone aos impulsos de um temperamento musical, o período posterior, a partir das *Memórias do Boi Serapião*, é marcado pela presença de uma substância menos "pura", que lhe enriquece o mecanismo poético das combinações e representações de palavras. Antes estivera sob a influência da "poesie pure". Filiara-se voluntariamente à estética de Mallarmé e Valéry, numa busca de transparência que teria como guia único o culto de palavras ordenadas em belos conjuntos rítmicos e musicais. Mas, as-

sim, como Valéry e Mallarmé não obtiveram êxito em seu intento de construir tal poesia, era natural que Carlos Pena chegasse ao mesmo impasse. A única solução era tentar o retorno. *As Memórias do Boi Serapião* assinala o início desse novo período; uma nova tentativa de saída para o mundo. Entretanto, esse retorno não se fez com independência, pois Carlos Pena Filho desperdiçou muito de seu talento, dando ouvidos a uma "crítica" de filisteus que não tinha condições para falar de poesia, a não ser num plano de absoluta clandestinidade. E a nova fase se estrutura sob o signo de João Cabral de Melo Neto. Se o poema *O rio* não houvesse sido escrito, não teríamos, com certeza, as *Memórias do Boi Serapião*. Isso não significa que a linha das influências europeias do novecentos que atuava sobre ele houvesse afrouxado os seus níveis de pressão. Ele próprio o confessa:

Carlos também
embora sem
flôres nem aves,
vinho nem naves.

Tal referência a Baudelaire é significativa. O sonetinho onde essa estrofe aparece figura nos *Poemas sem data*; é possível que haja sido escrito em 1955. Essa facilidade em assimilar influências, em diluir-se na personalidade e no sistema expressivo de outros, é um dos defeitos mais característicos de Carlos Pena. Geralmente, qualquer poeta, após uma luta inicial à procura de caminhos próprios, se vê obrigado a dar passos vacilantes nas seis direções do espaço. Mas, por fim, segue o preceito de Mário de Andrade de que mais vale uma picada estreita aberta com as próprias mãos do que andar livremente nas largas estradas abertas pelos outros. Carlos Pena Filho tinha condições intelectuais para realizar sozinho essa tarefa que constitui a ambição máxima de todo artista verdadeiramente criador. Ele dispunha de um equipamento verbal de primeira ordem; uma elegância inata, uma capacidade vitalmente diluidora das ondas de choque que surgiam dos centros mais noturnos de sua emotividade, o que lhe tornava a expressão ao mesmo tempo contida e irônica. Possuía uma linguagem moderna, uma sensibilidade musical, uma visão moderna do mundo.

Contudo, não soube captá-la. Eis por que, segundo me parece, teria sido obrigado a imitar tantos autores. A arte moderna, especialmente nos dias em que vivemos, não perdoa os que assumem atitudes românticas em relação aos grandes temas de nosso tempo. A poesia moderna, seja qual for a opinião de seus adversários, é caracterizada por uma intensidade psicológica de visão que a torna bastante difícil. Julgo ser muito raro escrever-se boa poesia num século que nos deu Rilke e Eliot, Maiakovski e W. H. Auden, Lorca e Vallejo, Miguel Hernández e Yeats, Carlos Drummond de Andrade e Fernando Pessoa.

A consciência dessa realidade teria sido, possivelmente, a razão que levou Carlos Pena a confundir-se; a experimentar tantos caminhos já percorridos pelos grandes poetas contemporâneos. Dizê-lo apenas, sem dar testemunho não seria uma atitude crítica correta. Razão que me leva a mostrar aqui não serem justos os elogios que se costumavam fazer a tudo que Carlos Pena escrevia, mesmo quando apenas repetia esquemas de outros autores, como no caso das *Cinco aparições*. Tais poemas foram realizados sob o modelo de Fernando Pessoa. Até os títulos apresentam semelhança. Em Carlos Pena Filho, eles se chamam *D. Sebastião, a caminho da África, Napoleão, Pedro Álvares Cabral, Tiradentes, João Alberto*. Em Fernando Pessoa, se intitulam *Ulisses, D. Sebastião, rei de Portugal, D. João, Infante de Portugal e Infante D. Henrique*.

Vou transcrever, de Fernando Pessoa, o poema *D. João, Infante de Portugal*:

Não fui alguém. Minha alma estava estreita
entre tão grandes almas minhas pares,
inútilmente eleita,
virgemente parada.

Porque é do português, pai de amplos mares,
querer, poder só isto:
O inteiro mar, ou a orla vã desfeita
o todo, ou o seu nada.

Agora, o *João Alberto* de Carlos Pena Filho:

Vale apenas saber que a sorte é breve
e que a vida caminha além da morte.
Para quem guerra e amor na vida teve,
é paz a morte.

Hoje lembro que o mundo é brusco e vão
e o ideal, camisa desbotada.
Por isso é que finquei o meu padrão
no nada.

A uma investigação sumária, o poema não apresentaria semelhança. Mas se se observar melhor os indícios verifica-se que ele está "inspirado" diretamente em Fernando Pessoa. Quanto à estrutura, logo se nota não tratar-se de forma fixa. Estamos diante de um esquema próprio, isto é, criado por Fernando Pessoa. O poema tem duas estrofes. A primeira apresenta um período rítmico de 32 sílabas, assim distribuídas: dois decassílabos — "Não fui alguém. Minha alma estava estreita / entre tão grandes almas minhas pares" — e dois hexassílabos — "Inútilmente eleita / virgemmente parada". Em Carlos Pena Filho, a primeira estrofe apresenta um tempo rítmico de 34 sílabas, mas na segunda, isso já não ocorre. A estrofe apresenta, como em Fernando Pessoa, 32 sílabas também. Formalmente, a disposição dos versos varia, por simples desdobramento. Ao invés de fazer a divisão em dois decassílabos e dois hexassílabos como em Fernando Pessoa, ele escreve três decassílabos e um dissílabo — "Hoje lembro que o mundo é brusco e vão / e o ideal camisa desbotada / por isso é que finquei o meu padrão / no nada".

Existiria diferença entre as duas estrofes? Acredito que não. Tampouco se necessita de esforço para demonstrá-lo:

Hoje lembro que o mundo é brusco e vão
e o ideal, camisa desbotada.
Por isso é que finquei
o meu padrão no nada.

Isto é formalmente igual:

Não fui alguém, minha alma estava estreita
entre tão grandes almas minhas pares,
inútilmente eleita,
virgemmente parada.

Observe que ao "virgemmente parada" de Fernando Pessoa, opõe Carlos Pena uma forma igualmente inerte: "É paz a morte". O poema de Fernando Pessoa intitula-se *João, Infante de Portugal*. O de Carlos Pena se chama *João Alberto*. Igual

a D. João, também João Alberto fala ao leitor. Os poemas terminam com a palavra "nada". Mas observemos outra variante em Carlos Pena. "Tiradentes" é o exemplo que pretende vencer o leitor:

É o muito esperar que existe em tórno
que me destina a ação desbaratada.
A morte é bem melhor do que o retorno
ao nada.

Não nasce a pátria agora, o sonho mente,
mas, em meio à mentira, sonho e luto
pois sei que sou o espaço entre a semente
e o fruto.

O poema é belo, mas não pode ser comparado ao de Fernando Pessoa, com exceção dos versos: "Pois sei que sou o espaço entre a semente / e o fruto". Não há dúvida de que a composição tem certa grandeza espiritual. Desgraçadamente, antes Fernando Pessoa já o fizera melhor e isso anula, em parte, a importância das *Aparições*.

Quem analisa a poesia de Carlos Pena Filho, mesmo sem o interesse de fazer investigações profundas sobre a dinâmica interior de seus processos, ou dos valores linguísticos que lhe impulsionam o movimento rítmico, observa que o "azul" é uma côr a que o poeta recorre com insistência quase obsessiva. Investigando as fontes dêsse apêgo ao azul, constatei que, em nada menos de quatro vezes, o vocábulo aparece em *Livro geral*, seguido pelo verde, também mencionado mais de vinte vezes, nesse livro. Nas quase cinquenta vezes em que o azul aparece, funciona, em mais de vinte, como substantivo e nas demais como adjetivo. Em apenas uma composição — *Soneto do dismantêlo azul* — o termo se encontra mencionado nove vezes, entre as quais em duas ou três, aparece como adjetivo. Assim, êsse poema concentra em sua estrutura cêrca de um quinto dos azuis contidos em todo o livro. Observe-se também que, em sua grande maioria, os adjetivos são especificativos. Não seria isso um motivo bastante razoável para uma investigação mais ampla do problema por parte da crítica?

Mas interessante foi a observação que fiz do emprêgo alternado do azul e do verde nas *Memórias do Boi Serapião*. São combinações que se sucedem com regularidade instintivamente reflexa, embora se possa constatar certa disritmia nas relações inter-estroficas. Nesse poema, o azul aparece pela primeira vez no verso 19, surgindo o verde no verso 25:

Instante azul em meus olhos
vazio de luz e fé
contemplando as coisas rudes
que a infância dos bichos é...

No lugar onde eu nasci
havia um rio ligeiro
e um campo verde e mais verde
de uma janeiro a outro janeiro.

Segundo a observação que fiz anteriormente, o verde agora deverá ser seguido por dois azuis. É isso exatamente o que ocorre:

Havia um homem deitado
na rede azul do terraço...

O outro azul que deve corresponder ao duplo verde do verso 25, surgirá agora no verso 38, através da palavra *céu*, que aqui funciona como substituto do azul:

Havia este céu de sempre
e, além disto, pouco mais
que as ondas na superfície
dos verdes canaviais.

Percorreremos agora oito estrofes e novamente surgirá a associação do verde e do azul nos versos 79 e 80:

A verde flora da mata
que é azul por ser da infância.

A esta altura, o leitor pouco familiarizado com problemas de construção artística poderia dizer que as associações até aqui encontradas seriam apenas coincidências. Contudo, restariam ainda 44 versos para chegar-se ao fim do poema. A

impressão é que o artifício não será mais utilizado. De súbito o azul e o verde fazem sua aparição pela última vez, afastando do espírito do leitor qualquer relação de significado puramente ocasional:

Quando o sol doer nas coisas
da terra e do céu azul
e os homens forem em busca
dos verdes mares do sul.

Intencionalmente — como creio — ou coincidentemente, como possam acreditar outros, as associações de verde e do azul são os traços estilísticos que mais se evidenciam na poesia de Carlos Pena. Em outras ocasiões, como no poema *O regresso de quem estando no mundo volta ao sertão* (Livro geral, página 18) essas cores não se apresentam alternadamente, mas através de processos de fusão:

Desta planície azulverde

Ou ainda:

Depois as plantas expulsam
o excesso de cor violenta
e o céu recolhe do espaço
o azul de que se alimenta.

Neste caso, o azul deriva do verde intenso que explode da flora, depois que as plantas o expulsam de si, e o céu o recolhe do espaço para alimentar o seu próprio azul. Há uma certa relação entre esse modo de analisar elementos da natureza circundante e a *Teoria das Cores*, de Goethe. Nesse poema, entretanto, o verde é a cor que domina, sendo o azul empregado com menor exuberância do que nas *Memórias do Boi Serapião*.

Acredito que é chegado o momento de indagar: Que razão obrigaria Carlos Pena Filho a utilizar a palavra azul com tanta frequência em seus poemas? Influências do simbolismo francês — como apontaram alguns críticos — ou o termo seria apenas uma conotação de elementos puramente orquestrais, às vezes observados em poetas cujo senso melódico se sobrepõe ao inventivo? Não estaria equivocado aquele que atri-

buisse êsse apêgo ao azul a influências exclusivamente alienígenas, ainda que se tratasse de boa influência, por exemplo: Mallarmé? Azul como o emprega Carlos Pena Filho nós temos em quantidade inflacionária em nossos poetas, especialmente Cruz e Souza, para utilizar aqui um termo ao gôsto das autoridades monetárias. Nos simbolistas europeus, notadamente Mallarmé, o azul funciona mais como potência simbólica, como elemento de aprofundamento psicológico capaz de libertar forças interiores que irão conduzir o leitor a novos e diferentes níveis de visão. Em Carlos Pena Filho o azul é elemento essencialmente musical que tem por função dar elegância e fluência ao verso. Tal função se cumpre de forma inconsciente. Do ponto de vista *significante*, o azul em Carlos Pena Filho não passa de um maneirismo. Seu gôsto pela música nos faz lembrar um poema de Walt Whitman, como se o poeta pernambucano estivesse submetido ao círculo mágico de seus efeitos:

A orquestra me faz rodopiar em círculos mais
ampos que o vôo do Urano,
Nada eu sabia do ardor que ela arranca de mim.

Eis por que se pode demonstrar *quando e como* o azul faz a sua aparição em Carlos Pena, e deixa de ser um processo de sugestão psicológica, revelador de imagens mais interiores do que visuais, para tornar-se, exclusivamente, elemento de expressão melódica.

Antes de Carlos Pena Filho, outro poeta pernambucano se lhe antecipa no emprêgo excessivo do azul: Edmir Domingues. Mas como, indagariam — se a poesia de Edmir se ocupa tão pouco das cores? Uma resposta a tal objeção terá de conduzir o analista literário para fora do âmbito puramente impressionista da crítica, obrigando-o a servir-se de outros elementos de investigação e análise. Isso não quer dizer que o crítico seja obrigado a transformar-se num alquimista, num químico... Há uma dimensão científica nas dissertações de qualquer crítico moderno, que seja verdadeiramente um crítico. Nenhum poderia fugi-la, pois tudo o que se aprende em crítica, hoje, está relacionado ao esforço geral de muitos investigadores.

Ao pesquisar a presença do azul na poesia de Carlos Pena Filho, surpreendeu-me o fato de não encontrar êsse vocábulo mais de três vezes no conjunto de sonetos de *O tempo da busca*, publicado em 1952. Não incluí o prefácio, onde o azul aparece quatro vezes. Nos duzentos e trinta e oito versos, dêsse volume, em dois poemas apenas, o azul faz sua aparição: *Soneto das metamorfoses* e *Soneto do carnaval*. No primeiro, aparece como substantivo; no segundo, uma vez como substantivo e outra como adjetivo. Verifica-se, dêsse modo, que o azul não era nessa primeira fase de sua poesia uma maneira estilística, como se tornou posteriormente nos sonetos de *A vertigem lúcida*. Entretanto, analisando a poesia de Edmir Domingues, verifiquei que o seu *Rua do vento norte*, publicado em 1952 (no mesmo ano em que foi publicado *O tempo da busca*) trazia, à página 61, um soneto intitulado *Soneto do azul e da busca*, onde o emprêgo do azul se antecipa, por sua exuberância, ao *Soneto do dismantêlo azul*, de Carlos Pena Filho, publicado em jornal em 1954, e em livro em 1956. Vejamos primeiro o soneto de Edmir Domingues:

Azul no chão que um príncipe lá morrido
aqui, ou tinta azul foi derramada,
talvez, quem sabe? à luz da madrugada
em que o amor foi contacto e foi sentido

Não desceria o céu sobre essa estrada
para torná-la azul no azul descido
e a solução é o sangue, o sangue tido
por nobreza que enfim não vale nada.

Eis porque deixo a vida e busco o poço
para perder-me em nuvens de alvoroço
se não te achei, contigo a primavera.

A fumaça do gesto ao mar se arrase,
confio as ter, assim transponha a gase,
onde o tempo não há não cabe espera.

Agora o soneto de Carlos Pena Filho:

Então pinte de azul os meus sapatos
por não poder de azul pintar as ruas,
depois, vesti meus gestos insensatos
e colori as minhas mãos e as tuas.

Para extinguir em nós o azul ausente
e aprisionar no azul as coisas gratas,
enfim nós derramamos simplesmente
azul sobre os vestidos e as gravatas.

E afogados em nós, nem nos lembramos
que no excesso que havia em nosso espaço
pudesse haver de azul também cansaço.

E perdidos de azul nos contemplamos
e vimos que entre nós nascia um sul
vertiginosamente azul. Azul.

São dois poemas semelhantes, onde o emprêgo do azul se equivale. Carlos Pena o empregou nove vezes neste soneto; também o fez Edmir Domingues embora nêle a palavra azul tenha sido escondida cinco vezes, através de metáforas e símbolos como "céu", "luz da madrugada", "príncipe", "sangue tido por nobreza", etc. Não se precisa recorrer a técnicas especiais de análise para concluir-se que o soneto de Edmir Domingues está construído de maneira mais artística, predominando no de Carlos Pena Filho a fluência do verso, a elegância e seu reconhecido senso melódico.

Por que o azul em Carlos Pena Filho atende mais a essa necessidade de expressão musical do que simbólica? Essa indagação exigiria resposta, especialmente do setor não apenas intuitivo da crítica literária: a estilística. Entretanto, para investigar o estilo de um autor contemporâneo nem sempre é necessário recorrer a uma técnica, a uma ciência. Isso ocorre quando a análise a ser feita não envolve senão elementos de forma exterior. Por exemplo, o azul como vocábulo; não como expressão do índice de uma idéia. A compreensão e interpretação de seu uso dispensam a filologia, isto é: dispensam a técnica a que recorre o crítico para explicação de textos. Dito isso, veremos agora, na prática, minhas razões; começarei pelos decassílabos. Servirá de exemplo, ainda, o *Soneto do desmantêlo azul*. O leitor verá que necessidades puramente melódicas fazem com que o poeta o empregue com frequência. Observe que o azul aparece sempre de modo a que o acento recaia, obrigatoriamente, sobre as sílabas pares.

Nessa forma de verso, o azul jamais aparecerá senão nas sílabas segunda, quarta, sexta, oitava e décima. Exemplo:

Então pintei de azul os meus sapatos
por não poder de azul pintar as ruas
depois vesti meus gestos insensatos
e colorei as minhas mãos e as tuas.

Para extinguir em nós o azul ausente
e aprisionar no azul as coisas gratas
enfim, nós derramamos simplesmente
azul sobre os vestidos e as gravatas.

E afogados em nós, nem nos lembramos
que no excesso que havia em nosso espaço
pudesse haver de azul também cansaço.

E perdidos no azul nos contemplamos
e vimos que entre nós nascia um sul
vertiginosamente azul. Azul.

O leitor verifica que a sílaba *zul* somente aparece em zonas de elevação dos acentos. O objetivo apenas musical entra pelos olhos de qualquer investigador do estilo. Como a sílaba *zul* termina em L, a palavra seguinte surge completamente livre, dando ao verso fluência, timbre, harmonia sonora. Isso ocorre na língua portuguesa não apenas com as palavras terminadas em L, mas também nas que terminam em R, M, Z.

É claro que a "musicalidade" aqui já não é programática, como nos simbolistas. Ele quer libertar-se. O poema puro não é mais sua meta — ele próprio confessou tal problema a amigos, inclusive a mim. Daí a tendência, nessa nova fase, a usar a côr como *substância plástica*, o que não deixa de ser contrário aos princípios da "poesie pure", isto é, uma poesia descontaminada de qualquer elemento das outras artes, especialmente a pintura. Esqueceu-se, todavia, de que a palavra *azul*, que pretendia agora usar apenas como côr, possuía uma força auditiva maior do que visual. Antes, como já afirmei, estivera conscientemente filiado à "poesie pure". Agora esforça-se para dela libertar-se e o consegue, até certo ponto, sem, contudo, encontrar solução para o problema. Não importa confessar que está cansado de "azul". O azul agora se tornou *maneira*. O azul se impõe mecanicamente como um resíduo de sua adesão juvenil à música das palavras. Claro que muitas vezes a poesia é apenas isso. Mas o que se deve

pôr em relêvo é o fato de que o *azul* era usado por êle com intenções puramente plásticas. Creio que quando êle fala de pintar de azul os sapatos, as ruas, as mãos, os vestidos, as gravatas não quer senão realizar verdadeiros quadros, à maneira de Picasso, de Portinari ou Francisco Brennand, ao contrário de Rimbaud que pensa tingir de azul as árvores para deformá-las. Contudo, o objetivo não pode ser alcançado, uma vez que os objetos, não encontrando apoio num perfeito sistema de imagens, aparecem esfumados, sem contornos. Não ferem certas zonas profundas da sensibilidade. Com tanto azul, não cria senão uma série de sons verbais, que logo se apaga no espírito do leitor quando as palavras mergulham no silêncio. A poesia não é isso. De tôdas as artes, é a que mais profundamente deita raízes na alma.

Sua revolução, intentada contra a geração de 45, teria chegado a bom termo se êle houvesse encarado as palavras como algo mais do que simples "divertimento" para adultos. No prefácio que escreveu para o *Tempo da busca*, êle se considera um fabricante de brinquedos. Contudo, não são poucos os poemas escritos por êle que ultrapassam o programa de seu manifesto poético e se convertem numa expressão singularíssima, exclusiva e altamente qualificada. Nenhuma composição sua fatiga o leitor, mesmo quando êle se serve de estranhas combinações de substantivos e adjetivos, porque a vibração sonora do verso resulta sempre naquela "música bela".

Seus poemas possuem uma plasticidade que não pode deixar de interessar ao analista literário. Êles não devem ser lidos por olhos demasiadamente atentos; nem por uma atenção excessivamente crítica. O melhor seria lê-los como se fôsem pura poesia; como se o leitor não tivesse nenhuma aptidão para julgá-los ou compreendê-los, mas apenas para senti-los, em toda a sua mobilidade interior. Eis um soneto que deve ser lido assim, dispensando-se toda colaboração do espírito analítico:

E o tempo desmanchou-se no vestido
que demarca teu corpo imaginário;
nem ao menos chegou ao rubro e vário
acidente dos lábios e ao perdido

caminho de teu ventre legendário,
que guarda, há muito, o meu olhar partido
e o mar que se inventou sob o vestido
que demarca o teu corpo imaginário.

Nesse tempo, onde inquieta e rara voas
sobre os nossos momentos perturbados,
mais que o azul de setembro nas canoas,

são tuas mãos longínquas, litorâneas
o azul que viu teus seios transformados
em andorinhas cegas e instantâneas.

Uma observação sumária sobre os dois últimos versos: "O azul que viu teus seios transformados / em andorinhas cegas e instantâneas". Indiscutivelmente, estamos diante de dois belos versos. Mas sinto não possuir luvas de seda, o que me obriga a dizer que ambos não têm qualquer significação: nem significação lógica, nem significação idiomática. São apenas doze palavras rítmicamente distribuídas no papel. Contudo, o soneto nos dá a idéia do que representa uma consciência de busca do nôvo, pois não é comum o encontro de certas combinações desse tipo em formas fixas, especialmente o soneto.

Certa vez, conversando com um jovem intelectual do Recife, dizia-me êle que Carlos Pena lhe dava a impressão de ter sido um pintor cuja vocação não se cumprira. Efetivamente, alguns de seus poemas são verdadeiros quadros, ou pelo menos roteiros para a realização de bem coloridos painéis. Um exemplo, lembrado por Renato Carneiro Campos, em ensaio intitulado — *Carlos Pena Filho — Poeta da Côr*:

Ei-la ao sol, como um claro desafio,
ao tenuíssimo azul predominante
debruçada na areia e assim, diante
do mar, é um animal rude e bravo.

Bem perto, há um comentário sobre o estio,
mermaço e sonolência. Lá, distante,
muitos vagos indícios de um navio
que ela talvez contemple nesse instante.

Mas o importante mesmo é o sol, que esse desliza
por seu corpo salgado, enxuto e belo
como se nuvem fôsse, ou quase brisa

E desce por seus braços, e rodeia
seu brevíssimo e branco tornozelo,
onde se aquece e cresce e se incendia.

A precisão expressiva se torna aqui imediata; mas não é a precisão de uma linguagem essencialmente artística. É antes a precisão de um sonho. Sente-se que a composição é obra de verdadeiro poeta, porque o jardim das formas poéticas possui uma enorme variedade de flôres, segundo a expressão de Curtius. Não há dúvida de que o seu autor é um poeta; um "sensibilíssimo instrumento", capaz de registrar qualquer "realidade" presente ou ainda por surgir aos olhos do leitor; tanto pode dar uma imagem de mundo ordenado em seus valores quanto na beleza de sua desordem geral.

Enfim, êle nunca procurou utilizar a arte como um serviço. Talvez isso haja contribuído para torná-lo tão alheio ao universo circundante. Não pôde assim colocar o seu talento além dos limites de uma simples tentativa de renovação da palavra pela palavra.

Talvez não fôsse outro seu desejo, senão seguir o caminho que escolheu. Mas é possível que se houvesse lido um livro que costumava subestimar — *Literatura e revolução* — de Trotsky, sua atitude houvesse sido outra, pois o velho mártir da Revolução de Outubro não costumava despertar as suspeitas que geralmente levantavam os ideólogos do "realismo socialista", convertido por Stalin em doutrina oficial dos escritores soviéticos a partir de 1934. Sempre me pareceu muito interessante aquêlo trecho de seu livro, citado por Eliot em uma de suas conferências pronunciadas em Harvard, em 1933:

"A criação artística é sempre um complicado retôrno às velhas formas sob a influência de novos estímulos que se originam fora da arte. No sentido amplo do termo a arte é um serviço. Não constitui um elemento isolado que se alimente de si mesmo, senão uma função do homem social ligada a sua vida e a seu mundo".

O PRIMEIRO TRADUTOR BRASILEIRO DA "IMITAÇÃO DE CRISTO"

LUIZ DELGADO

A primeira tradução brasileira desse livro universalmente famoso que é a *Imitação de Cristo*, é obra olindense. O tradutor manteve-se no anonimato, seguindo o exemplo do autor e obedecendo razões pessoais que indicaremos. Sabe-se, porém, quem é êle e eu mesmo tive a honra meio enevoada, quando era menino, de conhecê-lo pessoalmente.

O volume em que se apresentou a edição primitiva é que tem o formato comum dos livros de orações; traz a data oficial de 1897. Lado a lado, por cima dela, vêm duas indicações: "Recife — Mattos Caminha & Cia. — Editores" e "Paris — Jablonshi, Vogt & Cia. — 15 Rue d'Hauteville". Na página fronteira à de rosto, com a declaração da reserva de direitos e de serem considerados falsos os exemplares não rubricados, acha-se a rubrica de Mattos Caminha & Cia. Também se informa que o livro está à venda "em tôdas as livrarias de Pernambuco e nas principais do Brasil e de Portugal".

Data-se de "Olinda, 8 de setembro de 1891" o prefácio do tradutor. Também de 1891 e também de Olinda, mas de 21 de novembro, vem datada a primeira aprovação canônica do trabalho — assinada: "Cônego Fabrício, Gor. do Bispado — trata-se do ilustre sacerdote futuro monsenhor Antônio Fabrício de Araújo Pereira, ocupante interino da sede episcopal. Depois, nas datas sucessivas de maio de 1895 e maio e junho de 1896, aprovam o livro os Bispos D. Manoel, de Olinda (D. Manoel dos Santos Pereira), D. Jerônimo, da Bahia (D. Jerônimo Toné da Silva), D. Adauto, da Paraíba (D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques), D. Joaquim, do Ceará (D. Joaquim José Vieira) e D. João, do Rio de Janeiro (Arcebispo D. João Fernando Tiago Esberard).

Confrontando-se datas e textos, conclui-se que o tradutor acabou seu trabalho em 1891 e, obtida a primeira aprovação indispensável, encaminhou-a à tipografia, certamente na França. É em provas tipográficas que o submete à apreciação dos Bispos da região e de D. João Esberard que salienta haver tomado conhecimento da iniciativa quando era Bispo de Olinda — isto é: entre maio de 1891 e setembro de 1893.

É em 1896 também que o autor redige a dedicatória "Ao Pontífice Máximo, Leão XIII", solicitando "a bênção apostólica para si, para sua família ascendente e descendente e para sua pátria querida — o Brasil". Um ano depois, estará à venda o volume.

Na verdade, em torno do pensamento de traduzir o livro cuja autoria ainda hoje se discute, o tradutor olindense desenvolveu um designio muito mais amplo: acompanhou o texto de notas, acrescentou-lhe "reflexões" a cada capítulo, desdobrou-o num "formulário de orações". Cercou-se de uma aparelhagem técnica da qual se tem de dizer, pelo menos, que é altamente conscienciosa. Coroou o texto com quatro *táboas* analíticas em que os assuntos se relacionam segundo diversos critérios, inclusive um em que a leitura dos capítulos é ajustada às fases do tempo litúrgico.

Para se ter uma idéia dos escrúpulos do tradutor, são eloquentes as notas mediante as quais êle referiu ao Velho e ao Novo Testamentos inúmeras expressões que ia utilizando. Em qualquer página que se abra, vai êsse cuidado a um ponto que se diria expressivo, ao fundar nos livros sagrados locuções inteiramente comuns. Assim, ao acaso, na página 129: "confunde-te, pois, servo negligente, por haver alguns mais solícitos em procurar a perdição do que tu, a vida"; *servo negligente* vem referido a Mateus, XXV, 26, e a parte final, a Lucas, XVI, 8. Na mesma página (onde as indicações assim feitas chegam a dez), "frustrados em suas esperanças" é apresentado como de Jó, XL, 28, e "no dia da minha visita" como de Isaías, X, 3...

Serve isso para mostrar, na amplitude das leituras feitas nos dois Testamentos, o zelo do tradutor em firmar nas palavras inspiradas o seu pensamento ou mesmo, simplesmente, a sua expressão.

Paciência, método, estudo conjugam-se para realçar o mérito dêsse homem piedoso e humilde junto de quem estive muitas vezes — êle, na grande doçura do seu gênio, eu, na minha ignorância pueril. Não podia eu calcular quem êle era, o seu valor. Talvez por isso me sinta agora no dever de lhe prestar esta homenagem que não lhe agradaria.

Com efeito, ao salientar que deixava inteiramente de lado a questão de indagar quem seria o autor do livro, dizia êle reputar "um milagre da recompensa divina à sua humildade conservar-se êle, ainda hoje, tão oculto como nos primeiros dias em que se cogitou, em vão, de descobri-lo. Assim se fazia preciso; o insigne homem de Deus está tão identificado com o cristianismo que melhor é pertencer êle a todo orbe católico do que a uma nação em particular".

Dentro dessa perspectiva, o fato de vir alguém quebrar, quarenta anos depois de sua morte, o anonimato de quem tais palavras escreveu, seria para êle um sinal de que os seus pecados não lhe haviam merecido a graça da obscuridade, do silêncio...

Com referência ao caso particular de sua tradução, o que êle escreve, é o seguinte, no fim do prefácio:

"Apesar da vantagem que nos advém de sermos o último a traduzir um livro já traduzido pela milésima vez, todavia, pesando conscientemente a nossa própria insuficiência, não poderíamos contar com os favores dos leitores se não fôra a prudência a que nos socorremos, servindo-nos de auxiliares prestimosos que grande concurso nos prestaram. Assim, pois, é ocasião azada para agradecermos essa cooperação de bons e ferventes cristãos, amigos íntimos que nos secundaram de modo admirável, já discutindo conosco todos os pontos dúbios, já revendo, uma a uma, a copiosa quantidade de referências às sagradas Escrituras, já se onerando do ingente trabalho material do manuscrito." E conclui: "partilhado entre tantos um tão modesto trabalho, seria uma sem-razão marcar o livro com adjunção do nosso obscuro nome, e, pondo por nossa vez em voga o preceito do anônimo autor — ama nesciri — julgamos de melhor partido seguir tão venerandas pegadas, ocultando de envolta com o dos nossos ilustres colaboradores, o nosso nome também".

Eis aí a razão do anonimato — pelo menos a razão oficial.

Mas, o que é evidente aí é a finura, o requinte de delicadeza da explicação, não a sua força. Sob esse último aspecto, trata-se mesmo de uma pequenina razão, sob a qual transparece um sentimento radicado e substancial, a vontade de apagamento próprio. Era o amor às almas e não a vaidade de ligar o nome a um empreendimento trabalhoso e meritório, o que levava o ilustre cearense domiciliado em Olinda a integrar em nossa bibliografia a pregação ascética de Tomás de Kempis.

O Bispo do Ceará falou muito claro a seu respeito, pois, ao receber as provas tipográficas da tradução exprimiu-se sem reboços: “por falta de tempo, não o examinaremos sinão perfunctoriamente sem mandarmos examiná-lo — o que, entretanto, não nos impede de enunciar juízo seguro”. E diz: “conhecendo particularmente a competência do tradutor no tocante à posse das luzes necessárias para o bom êxito de uma empresa de tal ordem, não só o animamos a tentá-la, mas, a priori, prometemos a nossa aprovação”. Agora — continua — outros “Irmãos no Episcopado” já louvaram o escrito e não mais lhe restaria sinão confirmar a promessa: “há, porém, uma circunstância que deve fazer mais recomendável o livro que aprovamos, e são as ótimas qualidades morais do seu autor, que naturalmente transparecerão neste seu trabalho, revelando a elevação do seu pensamento e a delicadeza dos seus sentimentos”. Fala ainda, o Bispo do Ceará, “na esclarecida piedade em que o autor é formado por longos anos de ininterrompida cultura”; trata-se, em suma, da “bem aproveitada experiência de um secular, chefe de numerosa família de quem é o firme sustentáculo, o qual tem procurado adquirir a verdadeira sabedoria cristã adequada ao seu estado, conciliando perfeitamente a vida ativa com a vida contemplativa”.

Não poderia ser mais encomiástico.

Dom João Esberard que passara de Bispo de Olinda a Arcebispo do Rio de Janeiro enquanto se imprimia o trabalho, designa o tradutor como “piedoso católico da cidade do Recife, cujos sentimentos de fé nos são bem conhecidos, membro zeloso, que é, na benemérita Sociedade de S. Vicente de Paulo”. Conta que estimulou a iniciativa quando soube dela, e prome-

teu aprová-la; agora, o interessado cobrava a aprovação prometida, “sem considerar que nos achamos trasladado a outra Diocese”; “contudo, é tal a estima que consagramos ao autor da nova tradução, que não hesitamos em lhe dar público testemunho do apreço em que temos o seu trabalho”.

No entanto, literariamente, D. João Esberard é menos expansivo que o Governador do Bispado de Olinda: o cônego Fabricio felicita “o ilustre e piedoso tradutor não só por lhe caber a incontestável glória de ter sido na pátria querida o primeiro que levou a cabo uma tradução brasileira, como também por se revestir o seu escrito daquelas qualidades de que, de ordinário, carecem as traduções de lingua estrangeira” e assera que, em face da universalidade do pensamento da *Imitação*, o que cumpre aos tradutores é “nacionalizá-lo pela linguagem, dando-lhe o caráter de vernaculidade; é justamente o que acaba de fazer o piedoso tradutor brasileiro”.

Inclusive por essa preocupação a que também alude o promotor do empreendimento, de incorporar “o Brasil na confraternização do grande livro”, remediando de certo modo “a falta de gosto e de piedade dos homens de letra dêste vasto país”, — fica bem à vista o fato de ter sido uma tarefa intelectual muito séria a que “por longos meses” levou a tôrmo esse homem a cujas qualidades pessoais faziam os Bispos tão elogiosas referências.

Chamava-se êle Francisco Antônio Gomes de Matos.

Precisamente por essa época em que andava êle trazendo para nossa língua os conselhos ascéticos do monge quatrocentista, pude rastrear alguma coisa de suas andanças em Olinda, através de velhos livros de atas da Conferência do Salvador.

“Conferências” chamam-se os núcleos quase sempre paroquiais da Sociedade de São Vicente de Paulo. Em Pernambuco, instalou-se essa Sociedade em 1874, logo depois das lutas de Dom Vital, e o terceiro de seus núcleos foi justamente o de Olinda, fundado em 25 de março de 1876. O livro de atas mais velho que nele se conserva, é de 1882 e nele aparecem notícias referentes aos dois irmãos Gomes e Matos — Manoel Antônio e Francisco Antônio; o primeiro seria mais tarde, já neste século, presidente geral da Sociedade na Diocese, depois

da morte de Dr. Carlos Alberto de Menezes; o segundo é o tradutor da *Imitação*.

Organização modesta se bem que reunindo homens de relevo — o presidente no começo do livro é o Dr. José Soriano de Sousa, o que é significativo —, a Conferência olindense tem umas atas que não são muito claras nem mesmo quanto aos nomes dos sócios; há resumos e confusões. Pode-se no entanto, identificar Francisco Antônio ora trazendo notícias do movimento da Sociedade no Ceará onde estivera (1885), ora sendo portador de esmolas do Bispo, através do Conselho Diocesano da Sociedade, para os pobres. É ele quem traz, certo dia, a informação de ter sido eleito presidente geral da Sociedade, em Paris, Antoine Paget — e sente-se nisso um reflexo das curiosidades do seu espírito.

No ano de 1887, está em dificuldades outra Conferência que funcionava em Olinda — a de Nossa Senhora do Amparo; a do Salvador oferece alguns dos seus membros para ajudá-la e lá vai, entre eles, Francisco Antônio Gomes de Matos que logo é eleito presidente.

Desde que existam mais de uma Conferência numa cidade, o regulamento manda que se institua um Conselho chamado Particular (para se distinguir dos Diocesanos). Alguns papeis remanescentes nos Arquivos, dão Francisco Antônio como presidente do Conselho Particular de Olinda, demitindo-se desse cargo em 1892, por ter vindo residir no Recife, ao que parece.

Precisamente é esse o período em que está ele realizando a sua tradução.

E explica-se não só a citação que fazem os Bispos de sua condição de confrade vicentino como também a introdução feita por ele, das orações em uso na Sociedade, no devocionário que inseriu como apêndice de sua tradução.

No fim da vida, voltou ele a Olinda. Deve ter chegado em 1917 pois se apresenta à Conferência numa sessão de abril desse ano, dizendo a que vem. Assíduo e meticoloso, será tesoureiro entre janeiro de 1921 e julho de 1922; alega, então, motivos de saúde que não lhe permitem enfrentar os trabalhos. Será nomeado vice-presidente. Morrerá em 26 de abril de 1924.

Há nas atas desse tempo duas notícias que nos parecem revivê-lo nas qualidades mais expressivas do seu coração.

Logo em 1917, numa sessão de outubro, a Conferência por proposta dele começa a designar um dos confrades para ouvir missa e comungar num dia da semana, implorando a Deus a paz do mundo. Dois anos depois, um confrade que é dono de um armazém de tecidos, o benemérito Joaquim Gonçalves, oferece à Conferência uns cortes de lona para refazer as camas dos pobres a quem ela socorre: o cuidadoso Gomes de Matos adverte que as lonas somente servirão se os pobres tiverem pregos — e a Conferência resolve dar também dinheiro para isso...

As duas notícias que sobreviveram nas atas, uma revelando preocupação pelos destinos gerais da humanidade, a outra indicando uma caridade que não se esquecia dos mínimos detalhes práticos, mostram-me o coração de Francisco Antônio Gomes de Matos com a mesma nitidez com que estou a ver ainda agora a sua figura física — os olhos claríssimos detrás dos óculos, a barbicha irregular, muito branca, o andar vagaroso e cansado. E tenho a impressão — esta, um pouco vaga — de que estava sempre com um paletó de alpaca e uma gravata fina, de laço, pretas, ambas as peças.

Meu Pai — José Maria de Souza Delgado — era presidente da Conferência do Salvador quando Gomes de Matos voltou para Olinda. Logo que cheguei à idade de me incorporar à Conferência na condição de "aspirante", tive de assumir a obrigação do comparecimento semanal às sessões onde se recolhiam esmolas para serem levadas às casas dos pobres inscritos na Sociedade. Minha primeira função foi justamente essa, de "correr a sacola", recolhendo as esportulas que cada um, em segredo, quisesse ou pudesse dar; depois, fui o leitor das orações com que se abriam e encerravam os trabalhos.

Pois, está ligada a isso uma lembrança pessoal, inapagável, do tradutor olindense da *Imitação*.

Meu Pai que tinha um sincero respeito a Gomes de Matos e lhe queria um grande bem, não se cansava de incuti-lo à minha admiração. E eis que, um dia, quando saíamos da igreja, Francisco Antônio Gomes de Matos me chama à porta, com

imensa delicadeza — pedia licença para me fazer uma observação.

Eu devia ter os meus catorze anos. Imaginei que fôsse alguma estrepolia, algum mau comportamento... Mas, não: era uma correção que eu devia fazer no texto que lia... O original latino fôra traduzido considerando que a oração seria dita pelos sócios privadamente; por isso, falava em "tôdas as Conferências de Sociedades, especialmente *aquela* de que fazemos parte". Ora, uma vez que estava sendo rezada não em particular mas na própria Conferência, eu não deveria dizer *aquela* e, sim *esta*...

Como se vê, nem era minha, a culpa... Mas, gravou-se em mim, de modo inesquecível, a doçura, a delicadeza com que aquele ancião tão venerado por meu Pai, se inclinou sobre mim, pedindo desculpas, fazendo questão de não magoar nenhuma suscetibilidade que eu tivesse.

Depois, muito depois, é que vim a ter notícia mais exata de quem era ele. Renovo dentro de mim a comoção daquele encontro cuja memória, graças a Deus, não perdi. E fico a imaginar quanta bondade não deveria existir naquele coração.

RESENHAS

A ENGENHARIA MILITAR PORTUGUESA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL — General A. de Lyra Tavares.

"Engenheiro, segundo o *Dicionário Histórico* de Moreira, citado pelo autor, "é o nome que têm aqueles que se aplicam particularmente ao estudo da Arquitetura Militar, por causa dos engenhosos inventos que praticam muitas vezes, tanto para a fortificação como para o ataque e a defesa das Praças". Tal significação assinala um ponto de partida. Nêle, numerosas linhas de evolução se iniciam, ora para divergir simplesmente, ora para entrecruzar-se.

No rumo que se consideraria central, há o ajustamento dessa atividade às tarefas das tropas, nas lutas de posição ou de movimento, do mesmo modo que na organização dos exércitos — pois, a Engenharia foi, a princípio, com a Artilharia, uma coisa só; aliou-se, depois, à Infantaria e só no fim veio a ser trabalho e corpo autônomo. Para outro lado, através das Obras Públicas, a Engenharia Civil iria destacar-se do bloco primitivo. Para corresponder a exigências óbvias, Portugal sentia a necessidade de ir dispensando o concurso de padres sujeitos a outra obediência que não a militar, e de estrangeiros, num plano de conhecimentos assim ligados à segurança do país. E haveria o problema especial do Brasil, suscitando novo roteiro para o esforço: o Brasil, com as suas costas a defender, com os seus sertões a penetrar, com os seus limites a definir e guarnecer.

Tudo isso Portugal veio fazendo desde o século XVI, quando fez do estudo da Matemática um "elemento imprescindível", utilizando-o "no sentido quase exclusivamente da sua aplicação à Fortificação e à Navegação" (pág. 15).

Historiador de sua Arma, que é Engenharia, o sr. General Aurélio de Lyra Tavares examinou recentemente, um livro intitulado *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*, êsses aspectos importantíssimos de nosso passado — e não somente o nosso passado militar: na verdade, tanto a alta política negociando fronteiras que teriam de ser marcadas em terreno difícil ou desconhecido, quando o próprio abastecimento cotidiano exigindo em terreno difícil ou desconhecido, quanto o próprio abastecimento cotidiano exigindo aquedutos e chafarizes, dependeram, quando eramos colônia, dos técnicos que a Metrópole empregava na disciplina militar e mandava para estas plagas.

O livro cuja edição é homenagem do Estado Maior do Exército Português e circulou quando o autor era Comandante do IV Exército sediado no Recife, — de 190 páginas, grande formato e excelente apresentação gráfica, — está dividido em duas partes: na primeira, trata dos assuntos apontados acima, inclusive esclarecendo as funções do Real Arquivo Militar criado em 1808 por D. João VI e oferecendo ao leitor uma série copiosa e valiosa de dados — cuja exposição, a nosso ver, ganharia se fôsse mais metódica; na segunda, relaciona os engenheiros militares que vieram para o Brasil a serviço de Portugal, de todos êles fornecendo indicações biográficas.

Como notícia genérica e global a respeito de uma face pouco estudada de nossa formação, o livro do sr. General Lyra Tavares tem um alto sentido e uma real utilidade. As pesquisas que se deixam entrever como base do estudo, foram largas e meticulosas. Só o fato do recenseamento dêsses 238 engenheiros — alguns realmente notáveis como técnicos e como "construtores" do Brasil, e dos quais se relacionam e localizam os trabalhos, dá lugar de relevo em nossa literatura histórica ao ilustre escritor militar. — LUIZ DELGADO.

VIDAS SÊCAS — Graciliano Ramos.

A crítica literária já se habituou a classificar o romance "Vidas Sêcas", de Graciliano Ramos, como uma narrativa construída através de "quadros". Na expressão, hoje vulgarizada, de Rubem Braga, trata-se de um "romance desmontável". A análise da técnica de composição dessa obra pode revelar uma série de elementos sutis a garantir a unidade estilística e as grandes linhas do seu conteúdo ideológico.

"Vidas Sêcas", ao mesmo tempo em que projeta como um romance, vem a ser, também, um conjunto de contos. Cada conto ou "quadro" se constitui numa entidade estética autônoma dentro do contexto da obra; cada uma dessas entidades tem o seu núcleo, o seu ponto vital de interesse, sua periferia precisamente demarcada. Sabe-se que o conto é um gênero narrativo que se desenvolve, de preferência, a partir de um núcleo e nele encontrando toda a sua vitalidade. Tal condição, antes de ser considerada um mero artifício, decorre quase de uma contingência imposta pelo próprio gênero, pela sua natureza monovalente. Isso é tanto mais fácil de verificar quando o conto flui de um processo narrativo de interiorização, pois aí o centro de interesse está sempre a atuar, atraindo todos os elementos para a sua esfera. Não é por acaso que nos contos de grande carga psicológica ou de força introspectiva a narração esteja sobreposta à descrição.

Há de se dizer, contudo, que sendo o romance uma espécie de curso, de fluência, de constante desdobramento de núcleos, de conseqüente expansão da periferia, tal fato seria de modo a compelir o romancista a uma multiplicidade descritiva de detalhes, de incidentes, numa maior soma que no conto. Certo que isso suceda, tanto que o romance não seja absorvido pelo pormenor em detrimento do seu ponto vital de interesse.

Parece que Graciliano tinha em conta, intuitivamente, o conceito gravado por Lukács e que demarca a atitude entre particular e observar, narrar e descrever, pois no romancista "a narração distingue a ordem. A descrição nivela todas as coisas". E como a composição de "Vidas Sêcas", que num escritor mais cromático seria movimentação para o extravasamento descritivo, revela uma sóbria utilização desse recurso plástico, manipulado segundo os personagens, dá-se que o pormenor, o incidente, o fato de aparência irrelevante entroncam no núcleo de cada "quadro" ou conto para que se projetem, numa amplitude, no corpo de toda a obra. Ainda uma vez seria possível trazer Lukács em apoio ao autor de "Infância", deade que "as coisas só têm vida poética enquanto relacionadas com acontecimentos humanos".

Assim, se o romance vem elaborado como um conjunto de contos, cada "quadro" aderente a um núcleo, cada núcleo válido por si mesmo, pelo interesse humano que revela, cada conto se constituindo numa unidade estética, lícito é indagar porque chamá-lo romance. É que cada conto ou "quadro" se interliga aos demais por um só fio e ao mesmo tempo nada consegue destruir essa unidade formal da narrativa conduzida por sobre a descrição. Ainda mais: a unidade ideológica garante o perfeito desenvolvimento da forma.

Note-se como a paisagem forma o quadro geral do romance, de conto a conto, funcionando quase num mesmo nível para todos os personagens da família de Fabiano. É uma paisagem obsessiva e também absorvida, queridamente aceita, tanto quanto pelas circunstâncias cruéis que se abatem sobre as criaturas, possa ela ser detestada.

Toda essa disposição técnica (de aparência simples) é de modo a que o leitor, finda a leitura do romance, dêle não possa ter nenhuma idéia de fragmentação. Tal não aconteceria se os contos não tivessem a mesma trágica e penetrante significação humana. E, no entanto, cada "quadro" pode ser apanhado, isoladamente, sem perda de nenhum dos elementos que perpassam o conjunto do livro. Só assim nos certificamos de que o romance gira em torno de um único núcleo de interesse humano, desenvolvido numa expansão de linhas fincadas a partir do centro.

Todas essas considerações nos levam a dizer, sem medo de errar, que "Vidas Sêcas" é romance de duas estruturas: a do conto e a do romance mesmo. Mas isso além de ser facilmente verificável, não teria exclusiva importância como problema de composição. Outra habilidade a obra revela, que nos cumpre assinalar. É que os personagens são, também, estruturados dentro de dois níveis: o da interiorização e o da criação objetivada por uma terceira pessoa imparcial, direta, discreta. Ainda aqui parece que a anotação recaia sobre o óbvio, mas não devemos esquecer um fato da máxima importância na feitura da história e que consiste no abandono que Graciliano, em "Vidas Sêcas", votou à análise introspectiva habitual aos seus romances anteriores. Abandono que de nenhum modo, e agora o problema assume exclusividade na composição, implicaria na mudança de atitude psicológica no delineamento dos fatos e na fixação das criaturas.

O romancista de "Angústia" fixava os fatos a partir da concepção e experiência de um personagem-narrador. Através dessa criatura, que outra coisa não pode representar senão o mundo de fabulação do autor, o romancista desenvolve uma torturante análise íntima, entrelaçada com acontecimentos tomados de uma certa distância. Assim, (mais uma vez tomamos teorias de Lukács como pontos de apoio ou coordenadas) cabe citar o crítico húngaro: — "O costume de se afastar dos acontecimentos, que permite exprimir uma seleção dos elementos essenciais já operada pela praxis humana, pode ser encontrado nos autênticos narradores até mesmo no caso em que eles adotam a forma de narração na primeira pessoa, isto é, quando fazem supor que o narrador seja um personagem da obra".

Pela primeira vez na obra de Graciliano, em "Vidas Sêcas" o personagem-narrador está ausente em face da variação estilística utilizada pelo autor, o que não importa numa diminuição da força psicológica que confere relevo aos personagens. Alguns críticos (como Olívio Montenegro — O Romance Brasileiro) e João Gaspar Simões (Crítica n.º 1) olhavam com desconfiança para o caráter psicológico de alguns personagens de Graciliano, sobretudo a propósito de "Vidas Sêcas". É que não se conformavam, tais estudiosos, que criaturas como Fabiano pudessem possuir uma organização psíquica capaz de atribuir ao seu portador reações "superiores" diante da vida, reações próprias de "organizações complexas", quando tais seres — "modelos de organizações simplistas" ou "rudimentares", não estavam aptos a pensar superiormente... Não cito neste artigo as palavras textuais dos críticos, mas forneço a restrição que eles faziam a Graciliano, quando o que nos interessa, de fato, é justificar a configuração anímica dos personagens.

Na verdade, e só por um pré-conceito, ocasionalmente arriscamos a idéia de que existem criaturas "destituídas de interioridade". Tal não pode suceder com o homem, e se as suas reações diante da vida nos parecem simplistas, é que confundimos o pensar, o ser na intimidade, com a manifestação intelectual do pensamento. Querida Graciliano em "Vidas Sêcas" alcançar uma narração expansiva e um nivelamento dos personagens na linha exterior da ação, toda vez que se viu obrigado a escrever na terceira pessoa; no entanto, custava-lhe perder a materialidade psicológica que humaniza os personagens (veja-se esse esforço com relação a Baleia, um "criaturão", no dizer de Olívio Montenegro) e foi por causa disso que uniu o introspectivo ao objetivo, destacando a atuação dos personagens em capítulos próprios e nivelando as suas criaturas no conjunto da ação.

Agora é mais fácil penetrar no esforço da inovação técnica do romancista. Habitado a escrever transplantando-se na interioridade de um personagem-narrador, teve no seu último romance de conduzir o seu mundo interior a cinco personagens: Fabiano, Sinhá Vitória, O menino mais novo, o menino mais velho e até mesmo a cachorrinha Baleia...

A estruturação de um capítulo para cada uma dessas cinco criaturas serviu para fixar a densidade psicológica das criaturas, retirando-lhes quaisquer traços convencionais de meras representações ou de personagens a se agitarem no curso da história com o fim único de figurar uma "situação", uma decorrência do meio.

Certo que esse é um ponto ideológico de grande importância, mas essa mesma importância não é alcançada através de simples representações fictícias isentas de subjetivismo, mas pela humanidade, pela existência recriada e não polidamente repetida em algumas fixações. Por esse motivo é que o termo "personagens", retirado do teatro, em obras como as de Graciliano, profundamente realistas, não soam como o vocábulo "criatura" ou pessoa, de maior verdade e relevância.

Já se pode chegar à evidência, partindo da análise dos elementos de composição, que a estrutura do romance "Vidas Secas", fundada em "quadros" ou contos, prestou-se a conciliar o tratamento objetivo da narração com o aprofundamento psicológico das criaturas. E mais: Para interligar os diversos núcleos na mesma linha de interesse humano, firmando a unidade, enfim, da obra. Uma unidade estética e ideológica, conforme dizemos logo de início. Uma outra conclusão seria permitido tirar com base no estudo da composição. É que Graciliano Ramos trabalha a matéria formal do romance na manipulação de recursos que lembram um método, uma técnica, um processo. Mas não vejo nesse seu procedimento uma formalização do elemento psicológico. A mim parece que a psicologia, longe de ser aplicada como processo, método ou técnica, emana do seu romance como uma materialidade e uma essência, livres de formalizações e modelos. Deixo esse resultado entregue ao debate crítico dos estudiosos do romancista de Alagoas, um romancista universal — LEÔNIDAS CÂMARA.

NOTAS:

- a) Lukács, Georg: — Ensaio sobre literatura — Ed. Civilização Brasileira, 1965 — Montenegro, Olívio: O Romance Brasileiro, 2a. ed. 1953 — Liv. José Olímpio.
- b) O presente estudo é simples condensação do ensaio do autor (em fase de publicação) — A estrutura do romance de Graciliano Ramos.

LUIS WASHINGTON VITA, *Triptico de Idéias* (Editorial Grijalbo, São Paulo 1967, págs. 181).

Quem acompanha as mudanças do conteúdo e do aspecto da literatura filosófica e social brasileira, de 1930 para cá (e quando digo aspecto, digo a face gráfica e a estrutura interna), percebe que nos últimos quinze anos houve grandes progressos. É trivial dizê-lo, aparentemente; mas o fato é que tais progressos são paralelos a novas circunstâncias e novas tomadas de consciência. O período 1940-1950 não teve, nem no aspecto dos livros nem no conteúdo, o nível dos que agora se apresentam: pois, apesar da horrível avalanche editorial que se abate sobre o público leitor ultimamente, o padrão dos livros melhora enormemente.

A idéia ingênua de separar a forma e o conteúdo, em matéria de livros, deve ceder passo à compreensão — historicamente fundada — de que o caráter e o sentido de toda obra realmente representativa deve estar solidária com os feitos gráficos. Isto sem falar no compromisso da substância da obra com a estrutura e a sequência que internamente possui.

No Brasil, só recentemente começou a impôr-se um padrão mais desenvolvido nos livros de teoria social (ou nos de teoria em geral). Responsabilizamos por isso a atuação das Universidades e o amadurecimento da dimensão acadêmica da vida cultural, mas também há as circunstâncias da nova vida real do Brasil, com cultura urbana em ascensão.

Os livros de filosofia começam a tornar-se "normais" no nosso ambiente. Tratar de teoria pura, coisa que era antes atividade extravagante ou pastiche pedantesco, passa a ser tarefa integrada nos afazeres do espírito nacional. Livros de substância forte têm-se apresentado, nestes últimos anos, com exem-

plar identidade entre forma e conteúdo. Devo assinalar inclusive o valor das edições paulistas nesse sentido (e devo lamentar, chatado mas com sinceridade, que Pernambuco vai mal neste ponto).

Certas obras recentes têm sido realmente marcantes: entre elas, o recente e notável *Pluralismo e Liberdade*, de Miguel Reale.

Mas esta nota se dirige a recensionar o novo livro de Luís Washington Vita, *Triptico de Idéias*. Título orteguiano, porque o professor Vita — nome grandemente conhecido no país como pensador e historiador de pensamentos —, apesar de tudo, continua orteguiano: no estilo intelectual, na "concepção radical" das coisas, nos *arrières pensées* de seus escritos. E digo apesar de tudo, porque ele quer agora, aproximado que está do marxismo, encontrar colchêtes que abotem Marx com Ortega: ele os encontra, inclusive porque é um mestre em crítica de idéias, mas ao leitor continua cabendo um resto de ressalvas e dúvidas. Eu por exemplo sigo achando que Ortega foi um antimarxista, por mais que Vita assegure o inverso.

Penso, entretanto, que no livro o mais importante não é ainda o estudo "revelador" do ortega socialista (um socialismo de dom José jovem e gárrula), mas a valorização, ou melhor a compreensão do pensamento brasileiro, coisa que aliás vem sendo dimensão maior nas obras do professor Vita, que, de resto, é escritor seguro e de firme gosto literário.

A compreensão do pensamento brasileiro, como fenômeno passível de interpretação sociocultural e como formação histórica peculiar, vem nas "Acheegas à história das idéias no Brasil", que abre o volume.

Este estudo está cheio de conceitos discutíveis e de categorizações provisórias, tudo porém fortemente iluminado e sugestivo. As coisas sobre mentalidade conservadora e mentalidade renovadora estão um tanto esquemáticas e meio arbitrarias; a classificação dos pensadores vigentes segundo posições ideológicas é, embora válida em princípio, passível de restrições. Importante porém é sem dúvida o final do artigo, onde se põem com mão de mestre os pontos caracterizadores da situação da cultura humanística no Brasil, da filosofia e das idéias.

Em consonância com o trabalho de revisão e reorientação do pensamento brasileiro, está o estudo sobre Sílvio Romero. Na verdade, o polígrafo sergipano tem sido objeto de opiniões extremadas, sobre as quais hoje como saldo um juízo negativo. Porisso é oportuna a intervenção do professor Vita a respeito, mostrando a autenticidade das preocupações teóricas do autor de "Doutrina contra Doutrina", enfatizando sua concepção progressista e independente acerca de problemas sociais que muitos de seus contemporâneos tinham descurado ou desvirtuado.

Os trabalhos enfileirados no livro correspondem a artigos e textos já publicados alhures. Fêz bem porém o autor, em reuni-los. É para isso, em parte, que existem as revistas de cultura: para que os ensaios, que nelas aparecem, se transformem em coisas maiores ou se reünam para cumprir melhor a sua função. Esta, dependendo da coerência dos artigos reunidos, vai por conta do autor. — NELSON N. SALDANHA.

FLORESTAN FERNANDES: "A Integração do Negro na Sociedade de Classes" — Dominus Editôra (Editôra da Universidade de São Paulo) São Paulo, 1965. 1.º volume XV-261 páginas, 2.º volume 394 páginas (*)

O Brasil será realmente uma nação sem preconceitos raciais? Essa pergunta daria para dividir apaixonadamente oitenta milhões de brasileiros, seguidos por todos aqueles que conhecem o Brasil ou dele já ouviram falar.

(*) A ser editado em alemão pela Editora Colloquium, Berlim.

Em um mundo que ainda se encontra tramantizado pela irrupção ainda mal sarada na cena político-social de ideologias racistas, em um momento em que ainda há luta contra governos que têm como fundamento ideológico de sua ação o "apartheid" o problema é de vital importância. E tamanha importância lhe tem realmente sido atribuída, que a própria UNESCO se tem encarregado de patrocinar estudos sobre o assunto.

É sobre a integração do negro na sociedade de classes que Florestan Fernandes escreveu o seu estudo mais alentado, publicado pela nova editora da Universidade de São Paulo. O título dos dois relativamente longos volumes é de uma felicidade admirável, adaptando-se perfeitamente não só ao conteúdo como também ao ângulo pelo qual esse conteúdo é apresentado. O primeiro volume tem como sub-título "O legado da "raça branca", e o segundo, "No limiar de uma nova era". Infelizmente não podemos dizer que os sub-títulos, sobretudo o primeiro, estejam tão bem adaptados ao conteúdo dos volumes, como o título geral da obra. Como o processo de integração do negro na sociedade de classes do modo que tem sido vivido até o presente no Brasil, em verdade a obra se divide em três fases: a primeira, começa com o período que antecedeu a Abolição da Escravatura, a partir de 1880, (Abolição da Escravatura: 13 de maio de 1888) e se estende até 1930. A segunda fase começa por essa época, com a República Nova e vai até o início do aceleramento da industrialização do país, enquanto o último período começa aí (1948) e continua em processo, embora o autor se detenha em sua análise no ano de 1960.

O trabalho é uma tese para as provas do concurso da Cátedra de Sociologia I da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Essa circunstância explica certas características do livro: sua densidade e minuciosidade. Cada frase, cada afirmativa, cada argumento a faz acompanhar de dados, de citações, de provas. Sente-se que o livro foi tecido sobre um arcabouço esquemático. E tecido à prova de passíveis interrogações dos examinadores. Outra característica pode ser atribuída ao fato: o livro, embora entre em cheio na polêmica que suscita nos meios científicos o estudo das relações inter-raciais no Brasil, não é um livro polêmico. Defende um ponto de vista. Segue um roteiro. Esse roteiro foi seguido, a partir de uma combinação, bem escolhida de técnicas de pesquisas: as fontes históricas são completadas com análises de dados estatísticos, as pesquisas de campo efetuadas pelo autor são combinadas a outras feitas por seus alunos e vêm completar a bibliografia anteriormente existente. As diversas perspectivas de observação e interpretação nos permitem compreender, como salienta o autor na Nota Explicativa (pág. XI), "os aspectos psico-dinâmicos da mobilização do homem da plebe para os papéis sociais e as situações de vida da ordem social competitiva."

A unidade de investigação escolhida é a cidade de São Paulo. O autor a justifica por ser a cidade em que o regime de classes está mais desenvolvido, mais homogêneo e onde a "revolução burguesa" teve maior vitalidade. As perspectivas que o livro abre são realmente importantes. Integrado dentro da linha do grupo de sociólogos da Universidade de São Paulo, de que ele próprio é o líder Florestan Fernandes estuda, mais de que o negro, a emergência da sociedade de classes, que suplanta a antiga sociedade patriarcal, agrária e escravocrata, transformando, assim, as relações sociais e individuais, entre elas aquelas que se apoiavam nas diferenças de pigmentação.

O negro chegou ao Brasil como força de trabalho não remunerada. Depois da Abolição da Escravidão, ele foi substituído, no sistema econômico de São Paulo, pelo imigrante europeu. Por isso sofreu, logo de início, um processo de marginalização sócio-econômica, que caracterizou a primeira das três fases. Os abolicionistas haviam feito sua campanha apoiando emocionalmente a argumentação em causas morais, como o conceito de "dever" e o de "liberdade". Depois entregaram-se, em sua maioria, à sensação de "missão cumprida", enquanto o negro, desaperceitado social e culturalmente, devia enfrentar a concorrência do trabalhador imigrante europeu na emergente sociedade de classes. O desaparecimento social do negro vinha de sua não participação na vida social, confinado que

estava às suas portas, não tendo, assim, tido oportunidade de aprender as técnicas de controle social. Essa falta de experiência se somava aos estereótipos que os brancos possuíam, criados na vigência da ordem social anterior, que faziam interpretar as ações do negro como falta de "juízo", de "cabeça".

Por outro lado, o imigrante europeu, que chegava em grande número a São Paulo na época, concorria fortemente com o negro, que havia sido, até a pouco, a única força de trabalho na zona rural. Aquele vinha com experiência de desempenhar os papéis de "trabalhador assalariado", "chefe de família", etc. mais adaptado, portanto, aos padrões da sociedade emergente. O negro entendeu a liberdade como "liberdade de não fazer nada", dando ocasião a que os patrões preferissem os imigrantes. Só aqueles negros ou mulatos que tinham tido maior convivência com os brancos podiam vencer por conta própria. Eles se sentiam como se fossem uma elite, porém sem ligações nem obrigações para com os "negros reles". As mulheres, que durante todo o período patriarcal tiveram sempre muito mais ligações com a Casa Grande, com o "mundo dos brancos", tinham, por isso, mais prática na manipulação das técnicas sociais. Além disso a concorrência do imigrante feminino no mercado de trabalho era muito menor, confinando-se este quase só às profissões de auxiliar doméstica. A mulher preta e mulata tornou-se assim o esteio econômico da desorganizada família negra, complicando ainda mais o problema, sobretudo do lado psicológico.

Dos diferentes grupos raciais que concorreram na fase de surgimento e implantação da ordem social competitiva em São Paulo, os negros foram os únicos que não puderam apoiar-se na sua própria cultura para, reinterpretando-a, servir-se dela como instrumentos de integração na sociedade de classes. Os estereótipos que anteriormente agiam como conservadores da relação de dominação-subordinação entre brancos e pretos (inimigos da ordem, por exemplo), foram redefinidos pelos brancos, que passaram a perseguir os negros por ameaça ao decoro, à propriedade e à segurança das pessoas. Estes, que não tinham a embriaguez, como traço cultural, começaram a beber.

A cidade exercera um fascínio nos grupos de ex-escravos, que para ali se haviam começado a mudar desde os primeiros anos após a Abolição da Escravatura. Mas o ambiente urbano não lhes foi especialmente hostil no sentido social. Mas rejeitava os que queriam conservar a "mentalidade de senzala". Mas para eles o permanecer ali significava não se dar por vencidos, não regressir à zona rural. E assim que o autor desce à análise minuciosa da existência que o negro levou na cidade de São Paulo durante este primeiro período. Ele se caracteriza pela pauperização e anomia social das populações negras e mulatas na cidade de São Paulo. A maioria da documentação apresentada é originária de relatos de pessoas que viveram a época, tanto negras como brancas. Começa, porém, dando uma vista nas estatísticas para refutar a tese de que o negro não se daria no planalto paulista, e por isso estaria sujeito a forte dizima. Pelo contrário, os números estatísticos existentes para a época estudada são lógicos, se se tomar em consideração algum embranquecimento havido na população, através dos casamentos com pessoas mais claras. Como diversos autores já haviam registrado, entre os quais Thales de Azevedo (1) que faz um apanhado geral dos estudos a respeito do problema, há uma conceituação "social" da cor no Brasil, que difere do conceito de "raça" ou de "sangue". Para este último, o conceito de cor no Brasil "constitui um dado biológico, uma síntese de raça de origem, tipo físico e valores sociais que levam à socialização, para cada indivíduo, de sua "epiderme social" (2) Essa "ideologia da fixação, para cada indivíduo, de sua "epiderme social" (2) Essa "ideologia da branquidão" está presente não só entre os brancos, mas também entre os negros e mulatos, que querem "limpar a raça", casando com pessoas mais alvas, ou sim-

(1) Thales de Azevedo: "Mestiçagem e Status no Brasil" in *Sociologia*, vol. XXVI, São Paulo, dezembro de 1964, n.º 4, pág. 519-540. Ver bibliografia no fim do artigo.

(2) Thales de Azevedo, cit. pág. 523.

pletamente branqueando sua "epiderme social". Isso faz com que haja sempre dificuldades para quem quer trabalhar com estatísticas sobre o problema da cor. Elas estão influenciadas pelo embranquecimento social dos membros da população preta e mulata. Para contornar tal defeito, Florestan Fernandes faz comparação e deduções, usando diferentes fontes estatísticas, até chegar à conclusão de que não há a propalada dizima do negro paulista. Contudo a população de cor não alcançou um padrão de equilíbrio demográfico vinculado à vida urbana. A situação econômica, social e cultural do negro na cidade agiu como regulador do crescimento vegetativo da população. Eles ficaram, na cidade, no primeiro estágio da "luta pela vida". Como, no período de emergência da ordem social competitiva, a posição de cada grupo étnico dependia fundamentalmente de sua capacidade de participação no crescimento sócio-econômico, os grupos aqui estudados, pelas causas expostas na análise da geração histórico-sociológica do primeiro período, chegaram a uma estado muito grave da pauperização e anomia. Só uma "elite" formada de choferes, empregados públicos, e pessoas em profissões confiáveis, a qual chegaram a essas posições bajulando os brancos, fazia a exceção. Os demais viviam submetidos a condições gerais de moradia e higiene baixíssimas, onde a promiscuidade e a falta de trabalho só tendiam a agravar a situação. O sexo e o erotismo se tornaram as únicas afirmações de "homem" possíveis, e, portanto, exploradas, embora essa afirmação viesse degradar ainda mais o conceito que os brancos faziam da população de cor. As obrigações de auxílio à família extensa, traço que se conserva tão vivo na América Latina em geral, faziam com que os que melhoravam economicamente fossem submetidos a verdadeira exploração, havendo, então, um nivelamento por baixo. A prostituição, a malandragem, e o roubo eram expressões sociopáticas da anomia. O mulato levava uma pequena vantagem sobre o negro, porque estava a mais tempo acostumado a viver em liberdade. O número de suicídio é maior entre os negros. A família, de importante influência socializadora, estava também desorganizada. O autor chega, então, à pergunta paradoxal, mas procedente: Como se explica que eles tenham resistido a condições tão ruins? E vê como resposta o tipo de ajustamento a que o negro se entregou: a apatia e a inércia. A anomia se juntou à pauperização, que era o fator sócio-dinâmico essencial, de modo a libertar e fortalecer os ingredientes "tóxicos" ou destrutivos. Isso explica porque a inércia foi a forma de adaptação seguida, em vez de se libertarem tensões criadoras, como seria de esperar da situação.

O negro agiu, na sua segregação da sociedade, conseguida através da inércia, como se estivesse em uma sociedade de castas, o que caracteriza o processo como de *demora cultural*. Exceto a elite branca, acostumada que era à dominação sobre o negro, a sociedade brasileira tratava o negro com brandura, esperando, porém, da parte dele, um comportamento de servilismo e inferioridade. O "caminho mais seguro" da "paz social" seria manter o negro nessa posição, aonde estava, não por causa do preconceito de cor, mas pela conservação da estrutura da sociedade antiga. Isso gerou o mito da "democracia racial" que convinha ao branco para se pôr em paz com a sua consciência, e manter uma coerência com o padrão ideal da ordem social competitiva, realizada pela igualdade de raças legal.

A situação, porém, iria mudar, dando origem ao segundo período, que se caracteriza pelo aparecimento dos movimentos negros reivindicatórios. Os movimentos sociais no meio negro, que abrem o segundo volume do estudo aqui comentado, surgiram antes de 1930. Assim como os operários, os negros começaram a usar a técnica social do conflito a partir do início da década dos 20. Havia dois dilemas, que são uma síntese de toda a problemática até aqui exposta: o primeiro era o dilema da absorção da população de cor na ordem social competitiva. O segundo era o da associação entre cor e posição social inicial competitiva. O primeiro era o dilema da associação entre cor e posição social inicial competitiva. O segundo era o da associação entre cor e posição social inicial competitiva. O primeiro era o dilema da absorção da população de cor na ordem social competitiva. O segundo era o da associação entre cor e posição social inicial competitiva.

tuação. Os negros compreenderam que o sucesso dos italianos decorria do estilo de vida que levavam. Por isso os movimentos surgidos então, como a Frente Negra (1931-1937), enfatizavam a aquisição de novas técnicas sociais. Eram minorias integracionistas que não negavam a ordem social estabelecida, mas queriam generalizá-la. Assim, tentativas de alinhar os grupos negros dentro do então efervescente movimento comunista, foram em vão.

O autor analisa detidamente as técnicas sociais empregadas pelos diversos movimentos, sobretudo a do desmascaramento da ideologia racial vigente, o papel dos mulatos ali e a reação da sociedade inclusive a eles. Conclui que os movimentos do meio negro falharam: a sociedade continuava a aceitar o negro unicamente como indivíduo, mas não como minoria étnica ou social. Contudo o bem que os ditos movimentos fizeram aos que neles participaram foi muito grande. Não eram as organizações negras que iam abrir um caminho para a solução dos dilemas, mas sim as profundas mudanças por que a sociedade brasileira passou entre 1937 e 1948: a europeização, provocada pelas fortes correntes migratórias foi deixada para trás, e os brasileiros corrigem sua posição na sociedade. A industrialização se eleva à categoria de móvel primeiro da sociedade.

Assim se inaugura a terceira fase da integração do negro na sociedade de classe em São Paulo: com a sua proletarianização. São incluídos na torrente social, por onde podem ascender até a classe média. Deixam de raciocinar e agir como "raça", e passam a fazê-lo como indivíduos. São transformados de "negros" em "brasileiros pobres". Mais uma vez, nesta altura do estudo, o autor recorre aos dados estatísticos para caracterizar essa nova situação, e descobre que há uma diferença entre a população de estoque racial branco e a de estoque racial negro: embora o branco miserável seja tão miserável quanto o negro miserável, a diferença está em que o branco se distribui por todas as classes indistintamente, enquanto o negro se concentra em baixo. As oportunidades teóricas de ascensão social diminuem quando se passa do estoque branco para o preto. Além do mais há uma série de barreiras psicológicas, tanto da parte dos negros, como sobretudo da parte dos brancos, que continuam, influenciados pela inércia, a identificar cor e classe social. Mas a população negra que ascendeu à classe média tem empregado outras técnicas sociais, visando separar suas próprias pessoas dos estereótipos vigentes sobre os pretos.

Contudo, embora se deva responder afirmativamente sobre a pergunta se há preconceito no Brasil contra o negro, esse preconceito se distingue do de outras sociedades, não só na intensidade, como no modo de atuar. O autor não faz comparação da situação do negro com a de outras minorias raciais, sobretudo os japoneses, que, em somente 30 anos, chegaram a subir, não só até a classe média, mas também até posições altas. (3) Aponta, porém, a diferença entre os brancos conhecedores os negros: nos Estados Unidos, por exemplo, os brancos pensam que os negros são menos inteligentes. No Brasil, os brancos aceitam-nos como de igual grau de inteligência. Dessas comparações poder-se-ia concluir, não só, como faz o autor, que há preconceito de cor e de classe, mas também que o preconceito de cor é diferente do preconceito de raça. O preconceito de raça se fundamenta na diferença escalonada de um estoque racial sobre outros (superioridade-inferioridade). Inclui o conceito da transmissão dessa diferença através do sangue, mesmo que a aparência não revele que o indivíduo pertença a determinado estoque racial. O preconceito de cor liga determinação da pigmentação ou à aparência física. No Brasil os nados estereótipos se referem sobretudo a classe social. Mas, segundo estereótipos atualmente se referem sobretudo a classe social. Mas, segundo estereótipos atualmente se referem sobretudo a classe social. Mas, segundo estereótipos atualmente se referem sobretudo a classe social.

(3) Ver Hiroshi Saito: "Mobilidade de Ocupação e de Status de um Grupo de Imigrantes" in *Sociologia*, vol. XXII, n.º 3, setembro de 1960.

do se pergunta sobre a possibilidade de casamento com pessoa de cor. Descoberto o preconceito, a sociedade mais uma vez se amolda, admitindo-o limitadamente. Já no fim de sua irrefutável tese, Florestan Fernandes resume as funções sociais, manifestas e latentes, do preconceito de cor. (2.^o vol. págs. 374 a 379). Essas funções se exercem entre os brancos e entre os pretos. Para terminar o autor aconselha que o Brasil deve fazer uma política de integração racial. "O dilema racial brasileiro constitui um fenômeno social de natureza sociopática e só poderá ser corrigido através de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial." (pág. 391) Enquanto o Brasil não resolver o problema "não teremos uma democracia racial e, tampouco, uma democracia". (pág. 394).

O trabalho aqui exposto é um desses que podem dar direção aos esforços de uma sociedade, mas sobretudo no campo acadêmico, ele pode e deve suscitar estudos semelhantes. A primeira pergunta que nos fica é essa: Em São Paulo as coisas se passaram assim. E no resto do país? Esse quadro será representativo para o Brasil?

Essa pergunta não é simples, e as respostas que para ela se encontrarem serão esclarecedoras também para a pergunta que fizemos no início deste comentário. A organização patriarcal da sociedade brasileira só tardiamente se implantou em São Paulo, e, mais, de que em qualquer outra parte, foi bruscamente interrompida pela imigração estrangeira, quando o sistema econômico local já amadurecia para a implantação das indústrias. Na maior parte do território brasileiro a evolução econômico-social percorreu outros caminhos. A concorrência com o estrangeiro e a rapidez da implantação da ordem social competitiva não aconteceram igualmente em toda parte. Como evoluiu, pois, o problema nos outros centros do país? Que o alto nível teórico e metodológico alcançado pelo autor não sirvam como desencorajamento, mas sim como exemplo aos sociólogos que poderão tratar do assunto.

Se o livro de Florestan Fernandes fosse um romance, teríamos muitos defeitos a apontar: prolixidade, mudanças de ritmo no desenrolar da ação, lentidão excessiva, e assim por diante. Mas, como é uma tese professoral, podemos elogiar esse caráter romanesco que se descobre latente, através de suas sérias e eruditas páginas. Caráter de romance clássico, com um tema de validade universal, cuja ação aconteceu, cujos heróis são toda uma coletividade, cujo desfêcho está para vir, e em cada um de nós pode influir um pouco: o destino do negro na nossa sociedade. — TARCÍZIO RÉGO QUIRINO.